

Tiago Boruch
Henrique S. Vitchmichen
Augusto Borges
Organizadores

**INTERFACES
ENTRE
HISTÓRIA
E MEMÓRIA:**

**NARRATIVAS, LUGARES
E TRANSFORMAÇÕES**

Interfaces entre História e Memória: narrativas, lugares e transformações

**Tiago Boruch
Henrique Schlumberger Vitchmichen
Augusto Borges
(Organizadores)**

**Interfaces entre História e Memória:
narrativas, lugares e transformações**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Tiago Boruch; Henrique Schlumberger Vitchmichen; Augusto Borges [Orgs.]

Interfaces entre História e Memória: narrativas, lugares e transformações.
São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 191p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1117-6 [Digital]

1. História. 2. Memória. 3. Patrimônios. 4. Narrativas. I. Título.

CDD – 900/370

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência.

(Ecléa Bosi)

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 9 |
| PREFÁCIO | 11 |
| Uma sociedade saturada de memória e carente de História Rodrigo dos Santos | |
| CAPÍTULO 1 | 17 |
| A história e o uso da memória no tempo presente Tiago Boruch | |
| CAPÍTULO 2 | 29 |
| A atuação do Comitê Ucraino de Auxílio às Vítimas da Guerra no Pós-Segunda Guerra Mundial Henrique Schlumberger Vitchmichen | |
| CAPÍTULO 3 | 45 |
| História e memória na zona rural de Irati - PR Augusto Borges Luiz Henrique Gonçalves | |
| CAPÍTULO 4 | 59 |
| Conexão transatlântica por garantias de Direitos Humanos aos presos políticos – estudo de caso sobre Manoel da Conceição Camila da Silva Portela | |
| CAPÍTULO 5 | 75 |
| Dreads verdadeiros: cotidiano e trabalho dos regueiros maranhenses Joyce Oliveira Pereira | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 6 | 93 |
| Lucas! Afinal quem és? Disputas pela narrativa histórica e memória do escravizado Lucas da Feira em feira de santana ao longo do século XX | |
| Jaqueline Viera Nascimento | |
| CAPÍTULO 7 | 113 |
| Herança de conflito: debates sobre usos de passados controversos na América Latina | |
| Vagner Silva Ramos Filho | |
| CAPÍTULO 8 | 125 |
| A memória do regionalismo político amazônico a partir de José Coelho da Gama e Abreu | |
| Roberg Januário dos Santos | |
| CAPÍTULO 9 | 143 |
| Primeiro congresso de História Nacional: Henrique Américo Santa Rosa e a construção de uma geografia-histórica | |
| Lucilvana Ferreira dos Santos Barros | |
| CAPÍTULO 10 | 157 |
| O lugar do testemunho na poesia de combate moçambicana | |
| Josilene Silva Campos | |
| CAPÍTULO 11 | 171 |
| Tambor de crioula em comparação: abordagens e caminhos teóricos possíveis para a construção de uma pesquisa sensível | |
| Maria Arthuane da Costa Oliveira | |
| AUTORAS E AUTORES | 185 |

APRESENTAÇÃO

Caros colegas historiadores, é com grande entusiasmo que apresentamos o resultado do Simpósio Temático "Interfaces entre história e memória: narrativas, lugares e transformações". Este livro reúne onze artigos que emergiram das ricas discussões travadas durante o evento intitulado IV Seminário Internacional Histórias Conectadas, promovido pelo departamento de História da Universidade Federal do Maranhão, onde buscamos explorar as múltiplas significações do passado e suas influências no presente, tanto no campo da história quanto no da memória.

Nosso objetivo foi problematizar temas que transcendem os limites temporais e espaciais, abordando narrativas, lugares e transformações que se manifestam através de diversos meios, como relatos pessoais, documentos oficiais, literatura, autobiografias, música, fotografias, entre outros. Enfatizamos especialmente os lugares de memória, que servem como campo de estudo para compreendermos a relação entre indivíduos, grupos e seus contextos históricos.

Como afirmou Pierre Nora (1993), a memória é um fenômeno sempre presente, um elo vivido no eterno presente, enquanto a história é uma representação do passado. Nesse sentido, os trabalhos reunidos neste livro exploram as interfaces entre história e memória, reconhecendo que esses dois domínios podem ser construídos tanto a partir da memória individual quanto da memória coletiva de um sujeito ou grupo de pessoas.

Cada artigo presente nesta coletânea oferece reflexões teóricas e práticas sobre como a memória se entrelaça com a história, moldando tanto nosso entendimento do passado quanto nossa visão de mundo no presente. Os autores contribuíram com análises profundas e inovadoras, oferecendo novas perspectivas sobre como

as narrativas do passado influenciam as transformações sociais, políticas e culturais contemporâneas.

Por fim, este livro não apenas celebra o sucesso do Simpósio Temático, mas também representa um convite para continuarmos explorando as interseções entre história e memória, enriquecendo assim nosso entendimento do mundo ao nosso redor.

Esperamos que esta coletânea inspire novas pesquisas e debates, e que contribua para uma compreensão mais profunda da complexa relação entre passado, presente e futuro.

Agradecemos a todos os autores e participantes do simpósio por sua contribuição para este importante diálogo acadêmico e, ao mesmo tempo, convidamos o leitor a se debruçar sobre as indagações que são levantadas nas páginas que se seguem, levantando seus questionamentos e também indagando cada capítulo proposto afim contribuir com debates futuros.

PREFÁCIO

Uma sociedade saturada de memória e carente de História

A Memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da Identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (CANDAU, 2011, p. 16).

A escrita do prefácio de um livro é um grande desafio e se assume uma imensa responsabilidade, recomendando a obra para o leitor. Ele pretende ser um guia, principalmente para os desavisados, especialmente aqueles que chegam pelo seu título. Nele, que há a demonstração dos objetivos e uma nota breve sobre o conteúdo que será encontrado nas páginas seguintes.

Em novembro de 2023, de forma virtual, um conjunto de pesquisadores, composto por graduados, mestrandos, doutorandos e doutores, se reuniu, oportunizados pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no IV Seminário Internacional Histórias Conectadas, discutindo o simpósio temático Interfaces entre história e memória: narrativas, lugares e transformações. O fruto desse trabalho se transformou neste e-book que ficará salvaguardado para a posteridade.

O Simpósio temático foi coordenado pelos pesquisadores Tiago Boruch, Augusto Borges e Henrique Schlumberger Vitchmichen e tinha como principal objetivo “fomentar as discussões acerca das múltiplas significações do passado e suas ações no presente, tanto no campo da história, quanto no da memória”. Além disso, propunha que: “As interfaces entre história e memória podem ser construídas tanto pela memória individual,

quanto pela memória coletiva de um sujeito ou grupo de pessoas”. Portanto, o que uniu as pesquisas foi à relação entre História e memória, contudo, outros conceitos se fizeram presentes como cultura, representação, ressignificação e identidade.

A temática História e memória é muito cara para os estudos científicos, pois a nossa sociedade é saturada de memória, e ao mesmo tempo, carente de História. No cotidiano, vemos e ouvimos um recordar o passado em todas as suas dimensões, perceptível nos filmes, novelas, programas de televisão, vídeos pela internet e redes sociais. Apesar disso, não é qualquer passado, na maioria das vezes, ele é desprovido da História enquanto ciência, principalmente com os revisionismos, negacionismos e *fake news*, ou ainda, com os memorialistas que tentam se colocarem como guardiões de uma história única, universal e verdadeira. Para os profissionais da área, a História não é memória, mas pode ser uma fonte.

Neste sentido, que a produção ora prefaciada é comprometida, tanto dentro como fora da academia, levando História na dialética presente/passado. O compromisso não é apenas com a memória, mas com a História. Além do que, não é qualquer História, mas uma que problematize e realize perguntas às fontes, não a tratando apenas como um dado e um fato. É uma História que igualmente realiza uma análise da sociedade na sua dupla temporalidade, o passado da fonte e o presente do pesquisador.

As discussões trazidas por essa obra são as mais diversas, mas nenhuma perdendo o rigor que a ciência propõe. A interdisciplinaridade também é um ponto forte da produção, tendo em vista as múltiplas temáticas, bem como a formação de seus pesquisadores. Entre elas, se menciona: zona rural, refugiados de guerra, direitos humanos, escravizados, poesia, reggae, Amazônia, usos da memória, bandoleiros, entre outras.

O primeiro capítulo da obra é um texto de um dos organizadores, Tiago Boruch. Ele que é doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) discute aspectos da dinâmica histórica e o uso da memória no tempo presente. Além do que, aponta que toda interpretação de um passado promove um

impacto na contemporaneidade, pois está a serviço de interesses. Diante disso, promove uma tessitura entre história, memória e tempo presente.

O texto de Henrique Schlumberger Vitchmichen (segundo capítulo), pesquisa de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), discute os refugiados e o Comitê Ucraino de Auxílio às Vítimas de Guerra. O pesquisador utiliza como fonte as cartas dos *displaced persons* ucranianos disponíveis na Sociedade Ucraniana do Brasil, que pediram auxílio à organização.

Outro capítulo da obra é de Augusto Borges e Luiz Henrique Gonçalves. Os pesquisadores trabalham com a zona rural do município de Irati-PR, especificamente o distrito Itapará, discutindo os “lugares de memória” de descendentes de ucranianos e poloneses naquela localidade.

Já Camila da Silva Portela, doutoranda em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), avança nas discussões de “como se deram as disputas entre Anistia Internacional e Estado Brasileiro na proteção de presos políticos no período da Ditadura Militar, iniciada em 1964”. Ela discorre sobre a vida do camponês Manoel da Conceição, oriundo de Coroatá-MA, que a partir do golpe de 1964 passou a integrar a lista dos considerados subversivos.

Joyce Oliveira Pereira que é doutoranda em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) adentra na cultura do reggae com as experiências dos/as regueiros/regueiras. Para atingir esse fim, ela utiliza como fonte os registros fotográficos colhidos entre 2020 e 2023 nos municípios de São Luís, Rosário e Itapecuru-Mirim no Maranhão.

O sexto capítulo é de Jaqueline Viera Nascimento, doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Ela discute o personagem Lucas Evangelista dos Santos, nascido em 1807, que passou a ser conhecido como Lucas da Feira (referência a Feira de Santana na Bahia), em um contexto de representatividade de um homem escravizado conhecido por ser fora da lei e temido

na região. A pesquisadora utiliza uma gama de fontes para destacar sua trajetória e suas ressignificações, até mesmo após sua condenação à pena de morte.

Os usos do passado também foram utilizados na análise de Vagner Silva Ramos Filho, doutorando pela Universidade Estadual de Campinas. Ele discute, no sétimo capítulo da obra, “a herança de conflito do passado de bandoleirismo rural na América Latina ao longo do século XX”. Partindo de sua memória individual, destaca os desafios e possibilidades da pesquisa histórica sobre a América Latina.

Roberg Januário dos Santos, professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), parte de José Coelho da Gama e Abreu para pensar as conexões entre história e memória. O pesquisador discute o livro *A Amazônia: as Províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brasil de 1883* do Barão de Marajó e como ela “produziu uma memória do regionalismo político amazônico frente ao centralismo do Império brasileiro”.

O nono capítulo é de Lucilvana Ferreira dos Santos Barros também oriunda da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), discute o Primeiro Congresso Internacional de História da América, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1914 e sua relação com o historiador amazonense Henrique Américo Santa Rosa. A sua fonte, é a tese apresentada por ele no referido congresso.

O penúltimo capítulo foi produzido por Josilene Silva Campos, professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Ela discute sobre a literatura de combate moçambicana entre 1964 e 1975, destacando a poesia enquanto testemunho pelo movimento nacionalista Frente de libertação de Moçambique.

O último capítulo é de autoria de Maria Arthuane da Costa Oliveira, doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisadora problematiza a prática cultural do tambor de crioula nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, mencionando que: “nenhuma prática cultural pode ser entendida de forma satisfatória se

analisada como um objeto isolado”. Diante disso, reconhece que esta prática possui influência do Bumba-meu-boi, festejos católicos, festividades juninas, entre outras.

Em suma, devido a uma gama de fontes e temáticas, e pela abordagem interdisciplinar essa obra possui textos fundamentais que merece o seu reconhecimento e já deveria ser apreciada. Não obstante isso, ela é um convite para novas produções que adentrem aos estudos sobre memória e História.

Por fim, deseja-se uma proveitosa leitura e uma ótima discussão.

Prof. Dr. Rodrigo dos Santos

Doutor em História Pela Universidade Estadual de Maringá
(UEM).

Em tempos de professor do Curso de História da
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Março/2024.

Referência

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPÍTULO 1

A história e o uso da memória no tempo presente

Tiago Boruch¹

Resumo: No cenário complexo da sociedade contemporânea, a interseção entre história e memória desempenha um papel crucial na construção da identidade coletiva e na compreensão do mundo ao nosso redor. Este artigo propõe-se a explorar a dinâmica intrincada entre a história e o uso da memória no tempo presente, mergulhando nas complexidades que permeiam a interpretação do passado e seu impacto nas narrativas contemporâneas. Diante da diversidade de perspectivas, interesses e interpretações, questionamentos fundamentais emergem, conduzindo-nos a refletir sobre a construção da narrativa histórica e o papel essencial da memória coletiva na tessitura do tecido social. Dessa maneira faremos uma ponte com a História do Tempo Presente, que nos leva a pensar a historiografia na temporalidade atual e que por muitas vezes fomos testemunhas, criando assim um desafio e questionamento do uso da memória.

Palavras-chave: História; memória; tempo presente

Introdução

Na sociedade contemporânea, a interação entre história e memória assume um papel de destaque na formação da identidade coletiva e na apreensão do entorno que nos circunda. Este artigo se propõe a adentrar a dinâmica entre história e o emprego da memória no contexto atual, explorando as complexidades que permeiam a interpretação do passado e seu impacto nas narrativas contemporâneas. Em meio à diversidade de perspectivas,

¹ Doutor em história pela Universidade Estadual de Maringá - UEM.

interesses e interpretações, questionamentos fundamentais emergem, instigando uma reflexão profunda sobre a construção da narrativa histórica e o papel crucial desempenhado pela memória coletiva na configuração do tecido social.

Segundo Delgado e Ferreira (2014, p.8):

A configuração da história do tempo presente está relacionada inexoravelmente à dimensão temporal. Algumas de suas características definidoras decorrem dessa matriz nuclear. Existe um marco de início do tempo presente? Como as mudanças e o movimento da história interferem em sua delimitação temporal? Tais elementos interferem na metodologia de sua pesquisa e na seleção das fontes que serão investigadas e produzidas? Essas são questões que o pesquisador do tempo presente não pode desconsiderar, pois são definidoras do campo constitutivo da história do tempo presente.

De acordo com as autoras, a história do tempo presente está intimamente ligada à dimensão temporal, e suas características definidoras derivam dessa relação fundamental. Não há um marco fixo para o início desse período, pois está sujeito a mudanças contínuas influenciadas pelos acontecimentos históricos em curso. Essas mudanças afetam não apenas a delimitação temporal, mas também a metodologia de pesquisa e a seleção de fontes, elementos cruciais para os historiadores do tempo presente. Portanto, os pesquisadores desse campo não podem ignorar essas questões, pois são essenciais para compreender e definir a história contemporânea.

A História do Tempo Presente emerge como um campo de estudo que promove uma análise crítica e reflexiva dos eventos que moldaram o mundo contemporâneo. Ao contrário de períodos históricos anteriores, a História do Tempo Presente desafia os historiadores a examinarem eventos recentes, muitas vezes ainda em curso, e a interpretarem o impacto imediato que têm sobre as sociedades contemporâneas. Neste contexto, surge uma indagação fundamental: como o uso da memória contribui para a compreensão e interpretação desses eventos recentes?

A memória, seja ela individual ou coletiva, funciona como um filtro através do qual as experiências passadas são processadas e

incorporadas à narrativa histórica. Nesse contexto, estabelecemos uma conexão essencial com a História do Tempo Presente, uma abordagem que nos convoca a considerar a historiografia na temporalidade atual, frequentemente testemunhada por nós. Tal empreendimento propõe um desafio instigante e incita uma profunda reflexão sobre o uso da memória, evidenciando, assim, a complexidade inerente à interseção entre passado e presente.

Imprescindível considerar a seguinte perspectiva: a narrativa histórica do presente é fluida, e seus elementos de análise, ao longo do tempo, evoluem de temas centrais na história recente para se transformarem em objetos de estudo vinculados a um passado mais remoto. Observamos que as possibilidades proliferaram e a dinâmica social impôs uma multiplicidade de questões diversas. Esse fenômeno não apenas reflete a fluidez inerente à história do tempo presente, mas também evidencia a natureza dinâmica e em constante evolução das interações sociais. À medida que os elementos se entrelaçam no tecido temporal, tais transformações conduzem os objetos de estudo para um domínio de imediatez, inserindo-os nas ordens de um passado cada vez mais distante.

Como pondera Helena Muller (2007, p. 25-26), “a história não é apenas a compreensão do passado e sua narrativa, é também a análise das mudanças e a compreensão do presente.” Desta maneira, não podemos destacar que a história advém de uma mera narrativa do passado; ela se revela, ademais, como uma disciplina dedicada à meticulosa análise das transformações e à profunda compreensão do presente. Nessa abordagem, a história não se limita a ser uma cronologia de eventos passados, mas emerge como um instrumento interpretativo que lança luz sobre as dinâmicas evolutivas que moldam a realidade contemporânea. Muller sugere, portanto, que a verdadeira essência histórica reside na capacidade de discernir as raízes do presente por meio da exploração crítica do passado.

Ao definir o campo historiográfico da História do Tempo Presente, Jean-Pierre Rioux (1999, p. 50) faz a seguinte constatação: “Um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida

fora das alamedas percorridas, é um pouco isto, a História do Tempo Presente.” A afirmação de Jean-Pierre Rioux, ao definir o campo historiográfico da História do Tempo Presente, lança luz sobre a complexidade subjacente a essa abordagem. Ao caracterizar esse domínio como um "vibrato do inacabado" que permeia todo um passado, Rioux sugere a presença de uma dinâmica contínua e fluida que transcende a linearidade temporal convencional. O reconhecimento de um "presente aliviado de seu autismo" insinua a superação de uma compreensão estática do tempo, indicando uma abertura para a interação ativa entre o passado e o presente.

A expressão "uma inteligibilidade perseguida fora das alamedas percorridas" aponta para a busca persistente por compreensão e significado além dos caminhos convencionais da história. A História do Tempo Presente, portanto, emerge como uma disciplina que se aventura para além das trilhas já percorridas, buscando uma inteligibilidade que transcende as narrativas históricas tradicionais. Dessa maneira, Rioux destaca a natureza dinâmica, inacabada e desafiadora da História do Tempo Presente, delineando-a como uma tentativa de capturar e compreender a pulsação viva dos eventos contemporâneos, enquanto simultaneamente reconhece as reverberações e influências do passado.

Seguindo o raciocínio de Rioux e adentrando em nosso tema, buscamos de forma argumentativa destacar a compreensão do passado e o uso da memória pela perspectiva da história do tempo presente. Assim nos questionamos: Como a História do Tempo Presente molda a nossa memória coletiva, influenciando a compreensão contemporânea dos eventos passados? De que maneira a interação entre a História do Tempo Presente e a memória contribui para a construção de narrativas que delineiam nossa compreensão atual do passado?

A memória presente e seus desafios ao historiador

No universo da pesquisa histórica contemporânea, a abordagem da memória presente apresenta ao historiador um

complexo quebra-cabeça de desafios e nuances. A imediatez dos eventos e a multiplicidade de perspectivas na sociedade atual acrescentam complexidade à tarefa de capturar e interpretar a memória coletiva. Desde a criação do IHTP² (Instituto de História do Tempo Presente) na década de 1970, na França, um dos principais questionamentos era a preocupação das presenças do passado no presente. Muito em relação as fontes, sendo orais, ou documentais, existia a possibilidade da testemunha e do ator que vivenciou os fatos estar vivo, e dessa forma confrontar a análise e interpretação do historiador.

De acordo com o historiador François Bédarida (em Ferreira, 2012, p.109): “sua característica básica é a presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos.” A afirmação de François Bédarida ressalta a dinâmica única que envolve a pesquisa de eventos recentes, onde os atores ainda estão presentes para influenciar e desafiar as narrativas construídas.

A memória coletiva representa um repositório abstrato de informações referentes a uma comunidade, se constitui a partir de memórias individuais, se expressa materialmente, ancora-se nos lugares de memória e tem como caminho espontâneo o seu desaparecimento. Ao ser considerada como um repositório abstrato de informações relacionadas a uma comunidade, ela ressalta a natureza compartilhada e interconectada das lembranças que formam a base dessa memória. É crucial reconhecer que essa construção coletiva emerge a partir das memórias individuais, sugerindo que a diversidade de experiências pessoais contribui para a riqueza e complexidade desse repositório.

Segundo Maurice Halbwachs (2013, p. 39):

² Criado na França no ano de 1978, o IHTP, teve como primeiro diretor François Bédarida, para ele a História do Tempo Presente, estava associada a uma verdadeira mudança epistemológica marcada pela ascensão da dimensão memorial, a busca ansiosa da identidade e a crise dos paradigmas utilizados nas Ciências Sociais, bem como uma crescente incerteza sobre o presente e o futuro.

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

A contribuição de Maurice Halbwachs à compreensão da memória coletiva destaca a necessidade de reconhecer a importância dos elementos comuns que permeiam as lembranças individuais. Sua ênfase na partilha de dados e noções comuns dentro de uma sociedade ou grupo destaca a influência constante e recíproca entre indivíduos, contribuindo para a formação de uma memória coletiva. Nesse contexto, surge a indagação crítica: como a diversidade de experiências individuais pode ser reconciliada na construção de uma memória coletiva e, por conseguinte, como isso afeta a objetividade do historiador na interpretação dos eventos recentes?

A interação entre a história do tempo presente e a memória emerge, assim, como um desafio complexo e crucial, exigindo uma abordagem cuidadosa e crítica por parte do historiador contemporâneo. Como podemos conciliar as diversas perspectivas e experiências individuais para construir uma narrativa histórica autêntica e representativa do tempo presente? Essa reflexão não apenas enriquece nosso entendimento do passado recente, mas também lança luz sobre os desafios inerentes à busca da verdade histórica em um contexto em que as testemunhas vivas ainda têm voz ativa na construção da narrativa histórica.

As interpretações subjetivas, as divergências nas lembranças e os aspectos emocionais envolvidos nas narrativas testemunhais destacaram a complexidade inerente à construção de uma história autêntica. O historiador se depara, então, com o desafio de equilibrar a objetividade na análise histórica com a compreensão sensível das experiências individuais. O desafio de discernir entre as narrativas imediatas e as interpretações a longo prazo, enquanto as testemunhas vivas continuam a influenciar a construção da história do tempo presente.

A imediatez dos eventos e a multiplicidade de perspectivas na sociedade atual complicam a tarefa de capturar e interpretar a memória coletiva. A presença de testemunhas vivas, seja em casos de reconciliação pós-conflito ou em movimentos sociais recentes, impõe não apenas a responsabilidade de registrar os fatos, mas também a necessidade de lidar com interpretações subjetivas e a complexidade emocional inerente às narrativas individuais. Além disso, a constante evolução das tecnologias de comunicação e o rápido fluxo de informações desafiam a estabilidade das narrativas, exigindo uma abordagem cuidadosa e crítica por parte do historiador na construção da história do tempo presente.

A presença marcante de acontecimentos próximos na memória não apenas desafia os historiadores a enfrentarem as complexidades das narrativas contemporâneas, mas também os impulsiona a examinarem as consequências a longo prazo desses eventos. Observamos essa constatação com as palavras de Rousso (2016, p. 94):

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Portanto não admira que tenha interessado aos historiadores do tempo presente, depois de outros, já que essa presença, sobretudo a de acontecimentos relativamente próximos como as revoluções, as guerras mundiais ou as guerras coloniais, acontecimentos que deixam sequelas e marcas duradouras, tem ressonância em suas preocupações científicas(...)

Ao explorar eventos recentes, como revoluções, guerras mundiais e conflitos coloniais, os historiadores do tempo presente são confrontados com a imediatez da memória, onde as marcas e sequelas desses acontecimentos reverberam de maneira duradoura na sociedade e na consciência coletiva. A presença do passado, enraizada na memória, assume uma importância vital para os historiadores do tempo presente. Ao serem frequentemente solicitados a oferecerem suas "opiniões autorizadas", os historiadores assumem o papel de mediadores entre a complexidade dos eventos contemporâneos e a compreensão pública.

Para Pierre Vilar (1998, p. 280): É impossível, sobretudo quando se é historiador, não sentir os “acontecimentos”. Segundo Vilar “não seríamos historiadores se não formulássemos para nós mesmos as perguntas suscitadas precisamente pelos grandes “acontecimentos”, os que abalam as condições gerais de uma nação, de um continente ou do mundo.”

A memória e a “urgência” da imediatez

A relação entre a memória e a imediatez revela-se não apenas como uma reflexão sobre o passado, mas como uma análise da presença intensa e imediata que molda a interpretação e compreensão dos acontecimentos. Ao desvendar essa conexão, lançaremos luz sobre como a “urgência” da imediatez influencia a preservação da memória, desafiando os historiadores a adentrar pelos desdobramentos rápidos e pelas marcas duradouras que se entrelaçam diante da História do Tempo Presente.

Partindo desse pressuposto de imediatez, o tempo presente, nos envolve em meio a significações e representações, analisamos o que aponta Paul Ricoeur (1985, p. 345):

Por um lado, o presente histórico é, em cada época, o termo final de uma história realizada cumprida, um fato consumado e fim da história. Por outro lado, em cada época também, o presente é – ou pelo menos pode se tornar – a força inaugural de uma história ainda por vir.

A citação de Ricoeur, revela uma dualidade no conceito de presente histórico. De um lado, o presente é caracterizado como o desfecho de uma narrativa realizada, um ponto culminante que encerra uma história cumprida. É o resultado tangível de eventos passados, um fato consumado que, ao se tornar parte integrante do passado, adquire uma dimensão definitiva e conclusiva.

Por outro lado, Ricoeur sugere que, simultaneamente, o presente histórico possui uma potência intrínseca de inaugurar futuras histórias. Cada época carrega consigo a capacidade de ser a força propulsora, o ponto de partida de uma narrativa ainda por

vir. Nessa perspectiva, o presente não é apenas um ponto final, mas também um ponto de origem, uma semente que pode germinar e florescer em eventos subsequentes, influenciando o curso futuro da história. A imediatez, muitas vezes associada à rapidez com que as informações circulam e aos impactos imediatos dos eventos, levanta questões profundas sobre como pensamos e interpretamos o presente.

A proximidade imediata de uma história do tempo presente, mencionada em um testemunho, e a falta de distância temporal em relação ao objeto histórico, frequentemente ainda socialmente ativo, dificultam a compreensão crítica e a obtenção de uma perspectiva distanciada sobre esses eventos. O processo de historização confere significado às experiências das testemunhas, estabelecendo, por sua vez, uma conexão significativa com os conceitos históricos do tempo presente.

Durante esse processo de imediatez dos fatos e das interpretações históricas, por muitas vezes somos parte da história, se envolvemos com os testemunhos e assim encontramos um novo modo de representação. Participar de um tempo histórico, conseqüentemente nos leva a sermos também testemunhas. No desdobramento da imediatez dos fatos e das interpretações históricas, frequentemente nos vemos imersos na própria narrativa histórica, assumindo o papel de participantes ativos no tempo em que vivemos. Ao nos envolvermos com testemunhos e relatos contemporâneos, somos instados a adotar um novo paradigma de representação histórica, onde não apenas observamos passivamente, mas também nos tornamos parte integrante.

O historiador, deve atuar com um certo grau de objetividade histórica, deve possuir a habilidade de discernir entre os fatos objetivos e as interpretações subjetivas dos acontecimentos. Essa capacidade de separar os fatos da narrativa é essencial para garantir a integridade e a precisão da pesquisa histórica. Segundo José D'Assunção Barros (2014, p.247): "O que nos importa neste momento é a compreensão de que, mesmo no interior de uma única sociedade sujeita ao devir histórico, os modos de perceber a relação

entre Passado, Presente e Futuro diversificam-se.” Para Barros, é crucial compreender que, mesmo dentro de uma única sociedade sujeita às vicissitudes históricas, os modos de perceber a relação entre Passado, Presente e Futuro podem variar significativamente.

Essa compreensão se torna especialmente relevante ao considerarmos a imediatez da história do tempo presente. A percepção da relação entre Passado, Presente e Futuro é influenciada pela velocidade com que os eventos ocorrem e são interpretados. Em um contexto de imediatez, onde a informação é acessível instantaneamente e os acontecimentos se desdobram rapidamente, os modos de compreensão temporal podem se tornar ainda mais diversificados. O presente se torna não apenas um ponto no continuum histórico, mas também um espaço onde as narrativas passadas se entrelaçam com as expectativas e ansiedades em relação ao futuro.

Portanto, ao analisarmos a imediatez da história do tempo presente, devemos estar atentos não apenas às transformações sociais e culturais que ocorrem rapidamente, mas também às diferentes perspectivas e interpretações que surgem em resposta a essa dinâmica temporal, como observado por Barros.

Barros (2014, p. 255), considera a abordagem do tempo da seguinte maneira:

Se abordar o Tempo em seus aspectos meramente externos, ou mesmo nos fatores que se relacionam às operações de mediação, constitui uma operação de considerável complexidade, tomar o ‘Tempo’ em sua dimensão subjetiva, humana, dependente da experiência vivida, acarreta ainda muito mais problemas.

Explorar o Tempo em seus aspectos externos ou nos fatores relacionados às operações de mediação já é uma tarefa complexa. No entanto, ao considerar o Tempo em sua dimensão subjetiva e humana, intrinsecamente ligada às experiências vividas, essa empreitada se torna ainda mais desafiadora. A percepção do Tempo como uma construção subjetiva e profundamente enraizada na experiência humana acrescenta camadas adicionais de

complexidade, uma vez que as interpretações individuais e coletivas do Tempo são moldadas por uma miríade de influências, incluindo memórias, emoções e perspectivas culturais.

Considerações Finais

Ao abordar a História do Tempo Presente, se emergem questões fundamentais sobre como interpretamos e utilizamos a memória para compreender os eventos recentes e moldar as narrativas históricas. A complexidade enfrentada pelos historiadores contemporâneos ao trabalhar com a imediatez dos eventos e a multiplicidade de perspectivas na sociedade atual, resulta em uma reflexão desafiadora. A presença de testemunhas vivas e a constante evolução das tecnologias de comunicação desafiam os historiadores a capturar e interpretar a memória coletiva de maneira autêntica e representativa. Além disso, a imediatez da história do tempo presente levanta questões sobre a objetividade histórica e a percepção do tempo, destacando a importância de uma abordagem crítica e cuidadosa por parte dos pesquisadores.

A análise das relações entre memória e imediatez revela não apenas a influência do passado sobre o presente, mas também a capacidade do presente de moldar o futuro. A compreensão da memória como uma construção subjetiva e dinâmica, enraizada na experiência humana, destaca a complexidade inerente à interpretação dos eventos contemporâneos e à construção das narrativas históricas. Se considerarmos, assim como afirmou Marc Bloch, que a história seria “a ciência dos homens no tempo”, como um primado da historiografia, abriríamos uma janela de inúmeras possibilidades para se elaborar uma História do Tempo Presente.

Portanto, é essencial reconhecer e enfrentar os desafios apresentados pela imediatez da história do tempo presente, buscando uma abordagem cuidadosa e reflexiva que leve em consideração a diversidade de perspectivas e experiências individuais. Somente assim poderemos construir narrativas históricas autênticas e representativas, que contribuam para uma

compreensão mais profunda e contextualizada do mundo ao nosso redor.

Referências

- BARROS, J. D. A. A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. **Dimensões**, p. 240–266, 2014.
- BÉDARIDA, F. Tempo presente e presença da história. Em: DE JANEIRO, R.; ED (Eds.). **FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janáina. Usos e abusos da história oral. 5.** 2002.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. Introdução. In: **DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). História do tempo presente** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 7-12.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.
- MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. In: **PÔRTO JR., Gilson (org.). História do tempo presente.** Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 17-30.
- RICOEUR, P. **Temps et récit. T. 1: L'intrigue et le récit historique. T. 2: La configuration dans le récit de fiction. T. 3: Le temps raconté.** Paris: Seuil [1983-1985], 1991.
- RIOUX, J. P. Pode-se fazer uma história do presente? In: **A. Chaveau & P. Tétart, Questões para a história do presente.** EDUSC: 1999. pp. 39-50.
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe. A História, o presente, o contemporâneo.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016, p. 29.
- VILAR, Pierre. Entrevista. In: D'Alessio, Marcia Mansor. (org.) **Reflexões sobre o saber histórico: Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux.** São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p. 280.

CAPÍTULO 2

A atuação do Comitê Ucraino de Auxílio às Vítimas da Guerra no Pós-Segunda Guerra Mundial

Henrique Schlumberger Vitchmichen¹

Resumo: A pesquisa de doutorado em andamento, pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, visa analisar a condição dos refugiados e atuação do Comitê Ucraino de Auxílio às Vítimas da Guerra no pós-Segunda Guerra Mundial no Brasil. Constituído pela então chamada União Agrícola Instrutiva em 09/10/1945 na cidade de Curitiba meses após o encerramento dos conflitos na Europa, o objetivo desse Comitê seria auxiliar a vinda e alocação dos refugiados ucranianos que no país procurassem aportar. Compreendendo a conjuntura do território na época como uma região arruinada tanto pelas tropas alemãs, como sob a ocupação soviética, muitos habitantes cogitaram a vinda ao Brasil em um plano para reconstruir suas vidas e fugir do caos europeu. Para a comunidade ucraniano-brasileira já estabelecida pelo menos desde o século XIX seria imprescindível a mobilização para o auxílio as pessoas e atendimento ao seu bem-estar dentro do cenário nacional. Poderemos atestar a atuação do órgão através de cartas enviadas por deslocados ucranianos que pediam ajuda ao Comitê. Tais cartas se encontram atualmente na sede da Sociedade Ucraniana do Brasil, em Curitiba, e foram enviadas tanto da Ucrânia como de outros países vizinhos. Utilizaremos portanto de leituras e abordagens que levam em conta as migrações transacionais, assim como outras que atentam-se sobre os processos de refúgio no mundo, entendendo-os como um fenômeno constante da contemporaneidade.

Palavras-chave: Comitê; Refugiados; Ucranianos; Brasil.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS-UFPR) e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGH-UEPG).

Introdução

A problemática dos refugiados não é algo estritamente contemporâneo. Desde ao menos o século XVII, diretrizes e regimentos, mais ou menos organizadas e eficientes, surgiram para o amparo às minorias e necessitados, afetados e deslocados, seja por guerras ou perseguições, sendo que a principal destas iniciativas foi a assinatura do Tratado de Vestfália em 1648. A também conhecida Paz de Vestfália, pode ser encarada como um dos primeiros tratados de relações internacionais, que ainda reverberam atualmente, sendo produto direto do encerramento da Guerra dos trinta anos (1618-1648), esta que colocou em campos opostos a casa de Habsburgo e a de Bourbon, e rapidamente alastrou-se por boa parte do continente europeu.

De acordo com Severino e Frota (2018, p. 05), estritamente em relação as formulações político-jurídicas dos Estados Nacionais Modernos e suas atribuições, como soberania e igualdade entre territórios (alguns itens importantes quando abordando processos de refúgio e acolhimento pelos Estados no século XX), observa-se que:

[...] no sistema Westfaliano, o Estado passa a ser o único responsável por determinar sua estrutura doméstica no âmbito interno. Ou seja, no modelo Westfaliano de relações internacionais, o Estado Nacional Moderno, que se inicia em 1648 é soberano para tomar suas decisões internas, o que o transformou no pilar das relações internacionais europeias, sendo, então, o Estado Nação o principal agente das relações internacionais no modelo Westfaliano.

Tendo, ainda que limitadamente, um caráter para proteção de minorias e algum tom de salvaguarda e tolerância religiosa entre diferentes comunidades, já que estabeleceu igualdade e liberdade de escolha entre as três religiões (católica, luterana e calvinista), as bases no entanto que foram lançadas pela Paz de Vestfália foram de atribuição de deveres, direitos e limites dos novos Estados Nacionais, por isso, mesmo que seja importante levá-lo em conta para pensarmos os momentos iniciais desses mecanismos de

proteção às pessoas, no caso dos refúgios, deslocamentos forçados, e seus modos de mitigação, deve-se ter em mente as novas legislações que entram em vigor no século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, e a criação da ONU em 1946.

É a partir da necessidade de se encarar o deslocamento massivo de pessoas por todo continente europeu, e as drásticas consequências humanitárias daquele momento, que as bases do direito aos refugiados se consolidaram. Sendo assim, mesmo que alterações, complementações e mudanças tenham ocorrido em anos posteriores, adaptando as instituições às problemáticas de seu tempo, as fundações localizam-se nas ruínas da guerra, e permanecem norteadoras atualmente.

Das ruínas da guerra às mobilizações humanitárias

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o maior conflito bélico da contemporaneidade, não apenas o continente europeu permaneceu sob escombros, e com a necessidade de reconstruções intensas, mas os processos de violência e violações a qualquer tipo de direitos humanitários ficaram evidentes para o mundo. Em maior ou menor intensidade, mais ou menos conhecidos, foram vastos os processos que levaram populações inteiras às situações de calamidade profundas, longe de seus lares, expulsos de casa por impacto direto da guerra ou ameaças inimigas, eram milhares os vagantes pelas estradas da Europa, homens, mulheres e crianças que sem perspectivas e recursos mínimos, buscando apenas a sobrevivência em meio ao caos, procuravam formas de escapar do horror:

Em 1944 e 1945, grandes proporções da Europa foram deixadas no caos durante meses. A Segunda Guerra Mundial – certamente a guerra mais destrutiva da história – devastou não somente a infraestrutura física, mas também as instituições que preservavam a unidade dos países. O sistema político ruiu a tal ponto que observadores americanos advertiram sobre a possibilidade de uma guerra civil que tomaria a Europa inteira. A fragmentação deliberada de comunidades semeou uma desconfiança

irreversível entre vizinhos; e a fome universal tornou a moralidade individual irrelevante. “A Europa”, afirmava o *New York Times* em março de 1945, “está em uma condição que nenhum americano pode esperar compreender” (Lowe, 2017, p. 10).

A partir disso, vale pensarmos que as tensões e dramas econômicos e sócio-políticos que afetaram populações inteiras do continente, que estavam sendo direta ou indiretamente afetadas pelo conflito, não se encerraram com o abaixar das armas e a vitória dos Aliados. Na realidade, a miséria generalizada e as tensões internas de cada país (que foram por vezes impulsionadas pelos exércitos tanto do Eixo, como por Aliados) fomentaram novos episódios dramáticos; o caso resultante dos anos de guerra e ocupação, abriram oportunidade para o reavivamento de sentimentos de ódio, e rancores que desembocaram em outros processos de violência², portanto:

No período que se seguiu à guerra, ondas de vingança e retribuição se derramaram sobre todas as esferas da vida europeia. Nações foram despojadas de territórios e bens, governos e instituições foram expurgados e comunidades inteiras foram aterrorizadas pelo que se imaginava que houvessem feito durante a guerra. Algumas das piores vinganças foram executadas contra indivíduos [...] O final da guerra também não significou o nascimento de uma nova era de harmonia étnica na Europa. Na verdade, em algumas partes do continente as tensões étnicas na realidade pioraram. Judeus continuaram a ser vitimados, exatamente como acontecera durante a guerra. Minorias em todos os lugares se tornaram, novamente, alvos políticos, fato que em algumas regiões levou a atrocidades tão repugnantes quanto as cometidas pelos nazistas. (Lowe, 2017, p. 11-12).

Para os propósitos do texto, não iremos nos aprofundar na relação dos múltiplos processos de perseguições e violências que ocorreram no pós-guerra, como já antevimos, estas são questões muitas vezes complexas, particulares e sensíveis, e que ainda

² Alguns desses processos, especificamente no leste europeu, foram continuidades de disputas étnico-territoriais, como a situação da Iugoslávia e as tropas de Tito frente aos alemães, e os embates entre poloneses, ucranianos, e soviéticos, o que produziu massacres e violências generalizadas contra civis.

mobilizam discussões e debates entre intelectuais e historiadores, por tais motivos, demandam análises mais apuradas e detalhadas, e que fogem a alçada do artigo. No entanto, vale destacar que é justamente daí, do caos que se espalhava rapidamente e pelo enorme contingente de afetados e pessoas em situação de vulnerabilidade, que foram criados organismos e legislações internacionais, que cuidassem não apenas da reconstrução de sistemas políticos e da infraestrutura local, mas também de seu povo. Nesse sentido, códigos humanitários e direitos inalienáveis foram mais uma vez colocados como pilar central das discussões de época, tanto para prevenir novas ondas de massacres e genocídios no futuro, mas também para o auxílio imediato às vítimas da guerra:

Em tais circunstâncias o estabelecimento de alguma espécie de lei e ordem, para não falar de reconstrução, era pouco mais que um sonho. Somente as entidades externas – os exércitos aliados, as Nações Unidas e a Cruz Vermelha – tinham a autoridade e os homens necessários para empreender tais feitos. Na ausência dessas entidades o caos reinava (Lowe, 2017, p. 13).

No caso específico dos refugiados europeus, vários foram os organismos levantados para ajuda aos necessitados, em âmbito internacional contudo, respondendo diretamente à ONU, o de maior destaque é o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Fundado em 1951, inicialmente seu texto delimitava-se somente para ajudar os vitimados pela segunda guerra e restritos ao continente europeu; devido no entanto as demandas e problemáticas posteriores, em 1967 votou-se novo anexo em sua carta, o que ampliou as atividades para escala global, desse modo, o ACNUR ainda é atualmente, a principal entidade internacional que atua na causa do refúgio. É necessário no entanto, afirmar que destarte suas ações, a perspectiva dos direitos humanos e de asilo aos refugiados, firmou-se a partir de 1948 com assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo Flávia Piovesan (2016, p. 51-52):

A Declaração de 1948 introduz a concepção contemporânea dos direitos humanos, na medida em que consagra a ideia de que os direitos humanos são universais, inerentes à condição de pessoa e não relativos às peculiaridades sociais e culturais de determinada sociedade, incluindo seu elenco não só de direitos civis e políticos, mas também direitos sociais, econômicos e culturais. Afirma, assim, imediatamente, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos.

Obstante ao texto da Declaração Universal, o direito ao asilo por parte dos refugiados também é salientado, portanto os direitos fundamentais à vida, e a consequente violação a esse princípio fundamental, tem como consequência a acolhida humanitária por parte de outros Estados, assim:

Vale dizer, cada solicitação de asilo é resultado de um forte padrão de violência a direitos universalmente garantidos. Quando pessoas tem que abandonar seus lares para escapar de uma perseguição, toda uma série de direitos humanos são violados [...] os refugiados abandonam tudo em troca de um futuro incerto em uma terra desconhecida. É assim necessário que as pessoas que sofram esta grave violação a direitos humanos possam ser acolhidas em um lugar seguro, recebendo proteção efetiva contra a devolução forçosa ao país em que a perseguição ocorre e tenham respeitado ao menos um nível mínimo de dignidade (Piovesan, 2016, p. 53).

Entre diversas nacionalidades que compunham os refugiados, os ucranianos foram vítimas desse processo. Rumando para campos de refúgio erguidos provisoriamente por toda a Europa, e inicialmente controlados por militares do exército Aliado³, assim como outros em situação semelhante, os provenientes da Ucrânia soviética se amontoavam para conseguir qualquer tipo de subsídio humanitário.

³ Após algum tempo, os governos aliados iriam perceber que as organizações militares provisórias não seriam as mais indicadas para cuidar destes campos, a partir daí a tarefa de administração recairia nas mãos da UNRRA (Administração das Nações Unidas para Assistência e Reabilitação), com isso apesar de problemas como insalubridade, furtos ocasionais, episódios de violência, e disseminação de doenças ainda ocorrerem, a situação geral de fato melhorou em comparação com o período anterior.

Dentre suas ações, o envio de cartas para o exterior, consistia em alguma tentativa de procurar familiares, e talvez escapar daquele local, visto que sua terra natal já tinha sido assolada e ocupada por tropas nazistas e soviéticas, a possibilidade de retorno não estava em jogo, mas a esperança de construção de uma nova vida em outro local, se apresentava mesmo que de modo incerto.

Reduzidos a figuras humanas que não possuíam mais nacionalidade e direitos, eram conforme Hannah Arendt (2012) recusados em seu “direito a ter direitos”, sobrevivendo portanto como alguém despido de qualquer proteção, a violência e a humilhação constantes eram a realidade da maioria dos que rumavam aos campos.

Humilhações políticas

Em casos de violações de direitos humanos e extrema violência, os sobreviventes frequentemente são expostos à situações degradantes, que atinge-os não apenas por um plano material, mas que corroem a própria constituição subjetiva das pessoas, dentre categorias e reflexões acerca das vítimas e suas situações, a humilhação é frequentemente encarada, seja de uma forma ou outra, estando em campos de refúgio ou nas estradas, em direto espaço de conflito ou em movimento, a desumanização dos sujeitos é sempre degradante e transgressora:

A humilhação é uma das experiências da impotência. Além disso, este é o segundo nível de análise, a humilhação é um *sofrimento*. Ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor-próprio, desvalorizado em sua autoimagem, é não ser respeitado [...] O indivíduo humilhado se sente como tendo sua afirmação vital negada, rejeitada, destruída, se sente excluído da relação de reciprocidade, experimentando vergonha de si mesmo (Ansart, 2005, p. 15).

O sujeito humilhado portanto sente-se incapaz, espoliado de toda sua humanidade ou constituição humanitária, portanto tais reflexões coadunam com as propostas por Hannah Arendt (2013)

ou Michael Agier (2016), em que afirmam a impotência das pessoas, as suas descrenças em qualquer situação de mudança, a sua vida reduzida apenas a sobrevivência. A humilhação ainda é sempre uma forma desigual, no sentido em que é projetada de cima para baixo, de um agressor (ou uma situação agressiva) para o agredido, que em geral, não possui as mesmas condições para defender-se: “A situação humilhante é, por definição, racional, comporta uma agressão na qual um sujeito (individual ou coletivo) fere, ultraja uma vítima sem que seja possível uma reciprocidade. A ausência de reciprocidade é aqui essencial” (Ansart, 2005, p. 15).

Outro aspecto vinculante, diretamente relacionado com a humilhação, é a vergonha. A vergonha de si mesmo derivada dessa violência racional e planejada, da impotência frente à violência produzida, que afeta o íntimo das vítimas e as coloca despidas de qualquer possibilidade de reação, ou de suas próprias afirmações vitais, o que se demonstra quando todos seus direitos são retirados. Outro aspecto da humilhação é sua destrutividade, e utilização como forma de subjugação social, nesse sentido, ela pode ser utilizada como arma de coerção e submissão, é aí que seu aspecto político é mais evidenciado, vê-se que a situação humilhante nunca é desordenada ou aleatória, mas planejada como ferramenta de poder:

A criação de situações de humilhação, a prática da humilhação é, portanto, uma arma do poder instalado, uma arma estratégica que visa à perfeita docilidade do cidadão. A história do movimento que conduziu à ascensão do regime totalitário nos mostra que a prática da humilhação generalizada, combinada às ameaças policiais, se impôs, conseguindo em particular aniquilar a pessoa, negá-la, para que suas próprias reações naturais fossem destruídas [...] O acúmulo de humilhações chega a destruir a pessoa e a suprimir a questão do sentido de sua existência (Ansart, 2005, p. 18).

O conceito de humilhação política portanto, é plural e complexo, são múltiplos os contextos em que podem ser aplicados,

tal como suas formas de análise⁴, mas pensamos que no caso dos refugiados e da violência perpetrada contra eles, o trauma e a degradação humana à que foram submetidos, o da *humilhação destrutiva* é o que mais consegue dialogar com tais experiências. A ausência de mecanismos de proteção, ou a recusa de qualquer parte por de fato resguardá-los, a retirada de seus lares e direitos, a situação de penúria em que são deixados, seja em campos improvisados ou nas estradas, entre outras tantas ausências degradantes, é o que de fato os atinge.

A partir disso iremos observar como essa situação se reflete especificamente no caso dos ucranianos que rumaram ao Brasil por intermédio do Comitê Ucraniano de Auxílio às Vítimas da Guerra, e em suas cartas destinadas para esse mesmo organismo, entre temáticas distintas e situações particulares de cada sujeito e suas problemáticas, o que os une é justamente o trauma, e a humilhação violenta e degradante do refúgio.

Cartas de refúgio

Diante dos organismos internacionais e países signatários, o Brasil passou a ser visado pelos ucranianos, não apenas por situar-se fora do continente europeu, mas por já contar com uma expressiva comunidade desde ao menos, os anos finais do século XIX, quando os primeiros imigrantes se assentaram na região sul, especialmente Estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

No dia 9 de outubro de 1945, meses após o encerramento da guerra, foi promulgada em Curitiba a Ata de Constituição do Comitê Ucraniano de Auxílio às Vítimas da Guerra. Formada justamente com o intuito de ajudar os deslocados ucranianos. Não apenas em questões de emigração e assentamento, as atividades do Comitê perpassaram outras mais, como envio de suprimentos aos

⁴ Pierre Ansart (2005) nos fala de três categorias passíveis de análise: em primeiro lugar, as humilhações radicalmente destrutivas, em um segundo momento, as humilhações superadas, e por fim, as humilhações instrumentalizadas.

campos e eventuais auxílio nas buscas de familiares dos deslocados. Sendo parte da União Agrícola Instrutiva⁵ os membros do Comitê já tinham uma presença forte no Paraná em anos anteriores, atividades culturais promovidas pela Sociedade e o auxílio a imigração portanto já ocorriam, mas naturalmente adquiriram novos contornos logo após a guerra.

É importante destacar que a formação de um Comitê não foi monopólio dos ucranianos, pois outras nacionalidades contavam com suas próprias iniciativas, mas apesar de o Ucraniano de Curitiba, inicialmente ter sido uma iniciativa local, logo iria alargar suas atividades, tendo reconhecimento tanto por parte nacional, e até mesmo, integrando outras originadas em diferentes países, sendo que quase dois meses após sua criação, no dia 29 de novembro de 1945, ele seria integrado a Agência Central de Ajuda Humanitária da Ucrânia⁶, com sede em Londres, e tendo como participantes, os Comitês de auxílio dos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Bélgica, França, Argentina, Itália, e Suécia.

Com isso, o comitê brasileiro teria não apenas obrigatoriamente de relatório e informes, mas também de assistências regulares para a Europa, assim como diz-se em correspondência recebida pelo Comitê: “Assim sendo, será necessário ao Comitê Ucraniano no Brasil, a transmissão de fundos e parcelas na forma de comida, vestuário, etc, aos endereçados na Europa, como combinado pela Agência Central de Ajuda Humanitária da Ucrânia [...]” (Cruz Vermelha Brasileira, 1945, tradução nossa)⁷.

⁵ A União Ucraniana do Brasil foi formada em 1922 no município de União da Vitória, posteriormente se instalou em Curitiba, e na década de 1930, mudou seu nome para União Agrícola Instrutiva. Atualmente ainda continua suas atividades sob a denominação Sociedade Ucraniana do Brasil (SUBRAS).

⁶ Central Ukrainian Relief Bureau (CURB).

⁷ As such it will be necessary for the Ukrainian Committee in Brazil to transmit funds and parcels in the form of food, clothing, etc to addresses in Europe as arranged for by the Central Ukrainian Relief Bureau [...] (Cruz Vermelha Brasileira, 1945, SUBRAS).

Ao longo de seu período de existência, não apenas correspondências entre o Comitê e outras entidades ao redor do globo foram feitas, mas também com pessoas em situação de vulnerabilidade que escreviam para eles. Apesar de nem todas as correspondências terem sido mantidas, o número de cartas de refugiados recebidas pelo comitê foi expressivo, especialmente entre 1945 e 1949. Atualmente essas cartas, assim como outros documentos do Comitê, são mantidas pela Sociedade Ucraniana do Brasil, elas incorporam-se ao Projeto Memória Ucraniana, que busca revitalizar o acervo local, e colocam-se como valiosos documentos para a pesquisa. Entre vários pedidos, percebe-se a angústia, a precariedade, e a situação degradante aos quais os refugiados se encontravam, estas cartas expõem problemáticas tanto particulares, como coletivas, mas que podem ser compreendidas como geradas da catástrofe, e fruto da humilhação à que eram submetidos.

As cartas (atualmente o acervo conta com cerca de 300 exemplares) estão em processo de tradução, escritas majoritariamente em ucraniano, elas ressaltam tanto as problemáticas dos campos, mas também os dilemas pessoais de cada pessoa. Enviadas em remessas, os remetentes “falavam” de um mesmo local, mas suas percepções eram frequentemente distintas, no ano de 1945-1946 por exemplo, a grande maioria das remessas recebidas advinham do Campo de Rimini na Itália:

Rimini 16/III.1946

À Diretoria do Comitê Ucraniano

Prezados Senhores

Após longa procura por meus sogros eu não posso encontrá-los. Escrevi várias cartas, mas não recebi resposta. Peço por favor repassar esta carta para encontrar essas pessoas. Por isto, serei muito grato.

Me despeço com respeito.

Mykhailo Zakharkiv. (Zakharkiv, 1946).

A partir da carta (vale notar que a grande maioria contém textos curtos, com pedidos objetivos) nota-se a preocupação do remetente com a procura de familiares, este é o tema central da grande maioria

destas correspondências, elas deixam entrever a angústia dos campos, acima de tudo, elas são endereçadas ao Comitê, não sabendo se serão lidas ou respondidas, a esperança de encontrar algum tipo de resposta prevalece, alguns inclusive enviando seguidas cartas sobre um mesmo assunto. No entanto, outros pedidos também são feitos, com reivindicações distintas, seja pedindo por material de leitura, ou apenas uma companhia para atenuar a solidão:

Rimini 20.III.46

À Diretoria do Comitê Ucrâniano em Curitiba

Departamento de busca

Com certeza este meu pedido vai lhes parecer tolo ou um tanto estranho e, pode até ser que acharão ruim, que lhes tiro o tempo com algo tão insignificante, mas isto não me constrange de expressar meu pedido. Eu me encontro no acampamento inglês. Juntamente com meus conhecidos, não tenho nenhum contato, pois minha família ao que parece estão na Sibéria ou Casaquistão. Por isso, lhes peço não jogar fora meu pedido, apenas entregar esta carta a alguma jovem ucraniana, inteligente, simpática, que compreenda um refugiado oficial ucraniano e queira se corresponder e preencher seus dias de acampamento.

Respeitosamente e agradecido pela acolhida do pedido, despede-se

Ohlyk Mykola

Coral do Exército Nacional Ucrâniano. (Mykola, 1946).

Aqui é válido atentarmos para a perspectiva da solidão, o desejo de corresponder-se com alguém além do seu círculo de convivência, o que impele o remetente não a pedir algum tipo de alento material ou informações pragmáticas, mas a companhia de “uma jovem ucraniana”. A etnicidade também vêm nas linhas, a perspectiva de reconhecer-se mutuamente com alguma pessoa ucraniana, permite a identificação com valores deixados para trás, estes que sendo culturais, religiosos, políticos, entre outras formas, moldam parte da identidade subjetiva de cada um. A desestruturação gerada pelo desterro portanto, e a incerteza quanto ao futuro, “desidentificam” a pessoa, utilizando a expressão de Michael Agier (2016) e retiram suas âncoras interiores.

A nacionalidade, a preocupação com a conjuntura ucraniana, também é observada em demais documentos. A situação do

território naquela época era complexa, já que advinha tanto da invasão nazista, da destruição e desterros forçados pelas forças alemãs, como também dos combates entre nazistas e soviéticos, além disso, ainda existe a problemática de guerrilhas locais que lutaram tanto contra forças nazistas, tanto quanto com os soviéticos. Não é intenção do artigo aprofundar na situação geopolítica ucraniana de época, sufocada entre dois exércitos e vivenciando uma situação de profunda miséria, destruição e violência, mas é perceptível que existe entre os refugiados, a necessidade não apenas de relatar suas próprias histórias, mas uma preocupação com o território deixado para trás.

Augsburg 30.III.1946

Ao Comitê Ucraniano em Curitiba

Eu abaixo assinado sou sozinho na emigração. Provenho da Ucrânia Ocidental. Encontro-me atualmente no acampamento ucraniano na Alemanha, na cidade de Augsburg. Aqui há 3500 ucranianos de todas as nossas terras. E ainda o povo viveu em constante medo diante da repatriação forçada. Para vocês com certeza será interessante inteirar-se sobre os acontecimentos de agora na nossa terra querida. Assim sendo, em 1943 começou uma grande luta contra os ocupantes alemães. A juventude colocou-se nas fileiras do Exército Insurgente Ucraniano (UPA). Os alemães foram colocados para fora das fronteiras da Ucrânia. Mas no lugar deles vieram os ocupantes vermelhos – e a luta não esmoreceu. Ela ainda continua. Nos dirigimos a Vós também com um pedido. Sejam generosos e enviem para mim o endereço de alguma pessoa de Bibrechchyna. Ou pelo menos da aldeia de Deviatnek, do distrito de Bibrsk, província de Lviv. Despeço-me com respeito.

Glória à Ucrânia! (Ao Comitê Ucraniano em Curitiba, 1946)

Boa parte dos refugiados ucranianos daquela época viram-se forçados ao deslocamento justamente por conflitos como os evidenciados na correspondência acima, naturalmente, a memória é frequentemente difusa, temporalmente fabricada e moldada, inclusive pelo trauma e humilhação à que estavam submetidos, conforme reconhece Primo Levi (2016, p. 17) quando refletindo sobre suas próprias memórias do *Lager*:

As recordações que jazem em nós não estão inscritas em pedra; não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam ou mesmo aumentam, incorporando elementos estranhos [...] Conhecem-se alguns mecanismos que falsificam a memória em condições particulares; os traumas, não apenas os cerebrais; a interferência de outras recordações “concorrentes”; estados anormais da consciência; repressões; recalques. Todavia, mesmo em condições normais desenrola-se uma lenta degradação, um ofuscamento dos contornos, um esquecimento por assim dizer natural, a que poucas recordações resistem

Levando isso em conta, ressaltasse que apesar de algumas das cartas, principalmente as que inscrevem impressões da política local, poderem ser problematizadas (inclusive por exemplo, o papel do UPA⁸ na conjuntura de época) elas devem ser compreendidas como inscritas no trauma e angústia do desterro, assim, menos um processo de verificação factual, procura-se evidenciar esta carga traumática, carregada de violações e violências, presentes na forma escrita, e permeadas de significado.

Considerações finais

A partir do que foi discutido ao longo do texto, percebemos como a questão do refúgio se inscreveu como trauma para os envolvidos, ao menos a partir das cartas que puderam ser acessadas, uma miríade de pedidos de ajuda, informações, ou apenas relatos, subscrevem o medo e a incerteza que permeou suas experiências, além disso, a degradação e a humilhação, refletem-se da mesma forma no deslocamento.

As iniciativas, tanto internacionais quanto locais, tiveram um papel substancial no imediato auxílio às pessoas, em um momento em que quantidades nunca vistas vagavam sem lar ou

⁸ O Exército de Insurgentes Ucrânicos (Ukrains'ka Povstans'ka Armiia, ou UPA) surgiu em 1942, combatendo tanto soviéticos quanto forças do Reich, seu papel na guerra ainda é fruto de disputas. Para alguns setores são considerados heróis nacionais, outros apontam seus crimes de guerra, como a atuação na repressão contra poloneses na Ucrânia, e até mesmo de judeus na região.

perspectivas, e abundavam o continente europeu, esses acordos e mobilizações buscavam assentar algum tipo de ordem em um ambiente dilacerado pela guerra, a atuação do Comitê Ucraino foi uma de várias outras erguidas ao redor do globo para unir-se ao objetivo de ajuda.

Além disso, é necessário quando fala-se de refúgio, termos noção clara do peso do direito humanitário dentro do assunto, as legislações que surgiriam no imediato pós-guerra, não se delimitariam apenas aquele momento, mas como explorado no texto, foram sendo ampliadas com o passar dos anos, abarcando outros espaços geográficos, e atuando em demais situações de calamidade humanitária. A crise dos refugiados portanto, não é fenômeno passado, ela molda intimamente nosso tempo presente, nos coloca em confronto com uma realidade desigual e violenta, evidencia a desordem e impele ao debate.

As sistemáticas violações humanitárias ocorridas principalmente contra populações vulneráveis, em lugares subdesenvolvidos, externa a política desigual de nosso mundo. Não apenas a guerra, mas a pobreza, a precarização do trabalho, a degradação do meio ambiente, entre outros fenômenos, delinea a crescente erosão do tecido social acentuada nas últimas décadas, e somam-se suas consequências, como o aumento da insegurança, violência, e discursos de ódio que acentuam-se consideravelmente, especialmente na Europa. Falar sobre refugiados portanto não é pensar algo descolado das problemáticas atuais, mas é reconhecer os processos que dia a dia se evidenciam mais graves e danosos.

Referências

AGIER, Michel. Nova Cosmópolis: as fronteiras como objetos de conflito no mundo contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 91, jun/2016.

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. (org). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras.** Uberlândia, EDUFU, 2005, p. 15-30.

AO COMITÊ UCRANIANO EM CURITIBA [**Correspondência**]. Destinatário: Comitê Ucraino de Auxílio às Vítimas da Guerra. Itália, 1946, Carta 55, 2023.

ARENDETT, Hannah. **Nós, os refugiados.** Covilhã, 2013.

ARENDETT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, autoritarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. **CURB.** Curitiba, 1945, Acervo SUBRAS.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades.** São Paulo/Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

LOWE, Keith. **Continente selvagem: o caos na Europa depois da Segunda Mundial.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MYKOLA [**Correspondência**]. Destinatário: Comitê Ucraino de Auxílio às Vítimas da Guerra. Itália, 1946, Carta 46, 2023.

PIOVESAN, Flávia. O direito de asilo e a proteção internacional dos refugiados. In: RODRIGUES, Viviane Mazine. (org). **Direitos humanos e refugiados.** Curitiba: CRV, 2016, p. 51-87.

SEVERINO, Gilvan Alves; FROTA André Matsuno da. De Vestfália ao século XXI: os novos agentes das relações internacionais. **Repositório UNINTER,** 2018, p. 01-15.

ZAKHARKIV. [**Correspondência**]. Destinatário: Comitê Ucraino de Auxílio às Vítimas da Guerra. Itália, 1946, Carta 40, 2023.

CAPÍTULO 3

História e memória na zona rural de Irati - PR

Augusto Borges¹

Luiz Henrique Gonçalves²

Resumo:

Palavras-chave:

Introdução

Quando nos deparamos com fatos que nos aproximam com a história e cultura de um povo, estamos construindo novas percepções e interpretações historiográficas. De tal maneira que compreender elementos e vestígios do passado nos levam a perceber e encontrar situações cotidianas presentes em diferentes meios. No decorrer do tempo a história nos revela acontecimentos impactantes em escala global, mas o que não podemos nos esquecer, são os acontecimentos que fazem parte do nosso meio e conjuntura social.

Para este trabalho objetivamos remontar aspectos da história e cultura do distrito rural de Itapará. Isso será feito através de fotografias de época aliadas a entrevistas. O espaço escolhido por nós, chama atenção por forte influência cultural da imigração europeia principalmente ucranianos e poloneses, que é representado em diferentes aspectos e que se destaca pela memória dos moradores locais, que representam e revivem histórias de um passado. Segundo Pierre Nora (1993, p. 14): “A necessidade de

¹ Mestre em História pela Unicentro, Irati – PR. Professor na Seed.

² Professor da Seed.

memória é uma necessidade de história.” É por meio da lembrança e desta necessidade que buscamos compreender os fatos que se revelam na localidade de Itapará.

Para entendermos por este viés do que se trata este distrito, partimos de um apanhado sobre as origens da cidade de Irati-PR, a qual sedia tal localidade. A ocupação do território de Irati ocorreu com a leva de imigrantes oriundos de países europeus que se achegavam ao Brasil entre o fim do século XIX e início do XX.

Nesse período, o IBGE estimava que a população Brasileira contava com aproximadamente 17 milhões de habitantes. O crescimento populacional do Brasil dobrou em aproximadamente 30 anos. Isso ocorreu devido a um grande número de imigrantes que aportaram em nosso país.

O historiador Diomedes de Oliveira Taborda observa que “aproximadamente 580 mil imigrantes europeus, em sua maioria advindos da região sul da Itália, Ucrânia e Polônia fixaram-se no sul do Brasil neste início de Século” (TABORDA, 1994. p.14). É neste contexto de grande fluxo de imigrantes que se inicia a ocupação das terras onde hoje está situado o distrito de Itapará.³

Abordando mais especificamente a comunidade Itapará, o professor José Maria Orreda conta um pouco de sua história:

A colonização de Itapará foi iniciada em 1908 com a chegada dos imigrantes ucranianos e poloneses. Eram trezentas famílias localizadas em barracões e toscas moradias... a área de 7016 hectares foi dividida em 300 lotes e a direção da colônia auxiliou com sementes e ferramentas... Paulo Schulham foi o primeiro professor e o padre Marciano Chkirpan celebrou a primeira missa na capela construída pelos imigrantes... Em 1909 os colonos

³ O nome Itapará é de origem Tupi. Itá significa “pedra” e pará significa “colorida”. Embora seja negada a presença de indígenas na região à época da colonização, já foram encontrados vestígios dos habitantes indígenas nesta localidade. No caso pontas de lança e de flecha. Estes artefatos estão dispostas no Colégio Estadual de Gonçalves Júnior. Outro ponto interessante de se pensar é que mesmo o nome da comunidade (Itapará) tem cravado a marca dessas populações. Acredita-se que o nome fazia alusão a um dos pontos turísticos locais, a cachoeira de Itapará, que possui uma gruta atrás da queda d’água e a composição do rochedo traz vários tons de marrom e cinza.

começaram a abrir estrada Itapará a Irati... O distrito de Itapará foi criado através da Lei nº 1919, em 23 de fevereiro de 1920. A região de Itapará era área de letígio entre Irati e Prudentópolis... Localizase na sede do distrito o Colégio São Miguel, fundado em 1937 pela Irmã Anatólia Bodnar... a escola do ensino fundamental foi instalada em 1991. As terras do distrito são intensamente lavradas, apesar da ondulação acentuada. A região é banhada pelo Rio dos Patos, Rio Cachoeira, Rio da Prata, Rio do Cobre, Rio dos Luz, Rio dos Antonios, Rio dos Parteka e outros arroios. As principais culturas são milho, feijão, cebola, arroz e fumo. Itapará faz divisa com os distritos de Guamirim e Gonçalves Júnior. Divisas externas com Prudentópolis e Inácio Martins. (ORREDA, 1999. p. 54.)

O distrito de Itapará foi criado através da Lei nº 1919 de 23 de fevereiro de 1920. A referida comunidade fundamenta-se na produção rural, sobretudo na agricultura familiar. É um local que tem grande potencial para turismo rural pois além de contar com muitas edificações com estilo ucraniano, ainda conta como algumas cachoeiras de fácil acesso com possibilidade de camping, por contar com áreas descampadas.

Embora a comunidade já comemore 114 anos de existência, pouco se produziu sobre ela até o momento. O professor José Maria Orreda fez algumas referências à comunidade. Estas ocorreram em momentos marcantes como a passagem do cinquentenário da cidade e posteriormente no seu centenário. Entretanto apontamentos bastante específicos. Outros artigos abordam um pouco da história e cultura local. Um deles – Os Rituais de Casamento Ucraniano: entre permanências e transformações – Irati/PR (1978-2008) – elaborado por Ancelmo Scörner e Lucélia Lucavei trata especificamente do casamento. Outro artigo foi redigido com características mais abrangentes e se tornou um bom aporte para se pensar a formação da comunidade. Cezar Hul em, memória e história nos cem anos da comunidade de Itapará (IRATI/PR) procura remontar uma parte da colonização. Hul chama atenção para a arquitetura local. Para ele este é o maior traço cultural da região pois:

Em Itapará temo pouco da arquitetura que foi construída pelos antepassados, eram casas cheias de detalhes em curvas, com empena⁴ alta, muitas delas com sótão (compartimento superior da casa), paredes altas, cobertas com tabuinha de madeira que com o apodrecimento destas foram substituídas por telhas. (HUL, 2007. p. 06)

Observamos estas características na imagem abaixo. Ela apresenta a moradia do pároco ao fundo e das freiras à frente. Esta foto, segundo o senhor Basílio Gaoich foi feita no ano de 1975.



Atualmente essas casas foram substituídas por construes de alvenaria devido ao fato de serem muito antigas e se tornar inviável a sua manutenção.

A respeito da pesquisa de Hul, esta trata de uma obra que explora a geografia local. Nela há a descrição dos limites da localidade e aspectos do relevo local, um trecho bastante acidentado, marcado por paredes rochosos, rios e cachoeiras. Para compreendermos melhor e entender as representaes históricas da localidade de Itapará, analisaremos algumas imagens que remetem a aes cotidianas e culturais, dessa forma se possibilita reestruturar e entender os acontecimentos em torno da memória da comunidade, dando ênfase a algumas questões: Que memórias são

⁴ A empena é o ponto onde as duas partes do telhado se juntam formando um topo. Ela ocorre em telhados de “duas águas”.

reavivadas com a observação das fotografias? Como estas imagens nos ajudam a entender o cotidiano em que foram produzidas? Em que medida elas nos informam sobre seus idealizadores? O que o momento eternizado na imagem revela? Qual a importância do registro fotográfico nesta comunidade? Quais mudanças e permanências são relatadas no decorrer dos últimos 100 anos? Em que a referida localidade se difere de localidades limítrofes? Qual a importância historiográfica da referida delimitação espaço tempo? Que outras fontes nos ajudariam a remontar este universo?

Fotografias história, memória em Itapará

Quando em 1826, depois de muitas pesquisas, Joseph Niépce⁵ conseguiu fixar pela primeira vez, a imagem produzida por uma “câmara-obscura”, através da janela do sótão da sua casa, foi dada a largada para uma grande aventura fotográfica no planeta. Em 1839, o inglês Talbot e o francês Daguerre anunciaram quase simultaneamente as descobertas de processos inovadores para a obtenção de fotografias.

Em campinas, no Brasil, o francês Hercules Florense também fez descobertas relativas à fotografia em torno de 1932, que só recentemente foram reconhecidas. Hercules foi o primeiro a utilizar a palavra “fotografia” para designar o processo.

No princípio a fotografia era praticada por iniciados, quase alquimistas, as emulsões eram preparadas pelos próprios fotógrafos, em processos que exigiam muito cuidado e conhecimento. Mais tarde surgiram os filmes industriais e o universo de muitos fotógrafos se expandiu.

Quando nos anos 20 a Kodak lançou uma câmera que já vinha com o filme, usando para sua propaganda a frase “faça o clique que

⁵ Em celebração ao dia mundial da fotografia (19/08), a revista Aventuras na História publicou um artigo bastante didático sobre o tema no dia 19 de agosto de 2020. Ele pode ser acessado neste link <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/dia-mundial-da-fotografia.phtml> acesso em: 20/08/2020.

nós fazemos o resto”, a fotografia teve um grande salto e se popularizou. Milhares de “cidadãos comuns” que não precisaram aprender técnicas complicadas passaram a fotografar suas famílias, amigos e passeios.

Com o tempo, as câmaras se tornaram mais leves e baratas e cada vez um número maior de pessoas passou a fotografar.

Mas a fotografia ainda exigia de quem quisesse mostra-la “com boa aparência”, um certo conhecimento técnico que demandava tempo e paciência para adquirir. A boa fotografia muitas vezes era confundida com uma fotografia tecnicamente bem apresentada. (URBAN, 2010. p. 09).

Muito embora o acesso à fotografia tenha aumentado as formas de consumo dessas imagens ainda demandavam de um atendimento profissional externo ao produtor da fotografia. As famílias passaram a registrar os seus momentos sem a necessidade de um profissional, porém precisavam encaminhar um filme fotográfico a um *stúdio* (laboratório) para a impressão (ou revelação) das imagens capturadas e armazenadas num filme negativo.

A partir das últimas décadas do século XX, várias funções da câmara fotográfica passaram a ter um funcionamento automático, dispensando alguns conhecimentos que não estavam relacionados com a sensibilidade e com o talento do fotógrafo, dando mais espaço para um “pensar fotográfico” no momento da captura da imagem. A “foto com boa aparência” passou a ser obtida também por fotógrafos sensíveis que não precisaram ter necessariamente muitos conhecimentos de química, física ou matemática. Muito embora a popularização da fotografia tenha “aposentado” o “fotógrafo alquimista”, os procedimentos complicados de laboratório continuaram a existir.

Conforme aponta Milton Guran em sua obra Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica Notas e Reflexões (GURAN, 2012), nos últimos anos do século XX e no início do XXI, as pesquisas que vinham sendo desenvolvidas desde muito tempo, direcionadas à captura eletrônica de imagens, começaram a ter resultados positivos que rapidamente foram difundidos e industrializados por

todas as marcas de câmaras, ao mesmo tempo que procedimentos de laboratório foram transformados em programas para computadores e, hoje, câmeras de custos bastante acessíveis proporcionam uma nova e imensa expansão entre os produtores de imagens. Já, no prefácio do livro intitulado Poesia da imagem, poesia da palavra, João Urban afirma o seguinte:

Os programas de computadores imitam praticamente todos os procedimentos de laboratórios tornando-os acessíveis a essa nova e grande multidão de fotógrafos. Uma “alfabetização fotográfica” percorre o planeta velozmente. Nos dias atuais fotografamos como quem escreve um diário, tudo é registrado. As formas de consumo dos arquivos imagéticos são instantâneas. Todos buscam retratar algo. E, pensando que este retratar através de imagens nos dá a possibilidade de contar a nossa história através de fotografias. Somos chamados a olhar para nossas vidas, para nossos trabalhos, para o nosso cotidiano por intermédio das imagens. Não apenas para momentos alegres, festas e viagens, mas, para cenas ordinárias que outrora não eram alvo de cliques fotográficos. (URBAN, 2010. p. 10)

A partir da popularização da fotografia, sobretudo nas últimas décadas do século XX tudo passou a ser alvo de cliques. Ao mesmo tempo todos passaram a fotografar. Essa “alfabetização fotográfica” tratada por Urban veio a multiplicar incontavelmente as possibilidades da escrita da história, entretanto, com a popularização e a facilidade da produção da imagem enfrentamos outro problema. Quanto maior o número de fontes acerca de um tema mais difícil o recorte acerca do objeto a ser pesquisado. E é a partir deste ponto que nossa empreitada toma corpo.

Lançando um olhar para um conjunto de fotografias dispostas no acervo de uma escola situada na localidade de Itapará, observamos uma série de elementos historiográficos que nos inquietam. O uso das imagens para retratar um período, um acontecimento ou um fato cotidiano serve para mantermos de certa forma a memória presente no espaço determinado. O que é representado nas imagens, é de certo modo a captura de uma cena que faz parte da vida de um grupo de pessoas ou então apenas uma lembrança.

Dessa forma o uso das imagens e da memória pode servir como forma de se “fixar” o passado, que toma corpo e forma e é compartilhado. Dessa maneira na memória está contida uma narrativa que agrega dois fatores: o passado e o presente. O já vivido em encontro com o contemporâneo. Maurice Halbwachs, em seu livro *A Memória Coletiva*, chama a atenção para uma dimensão da memória que ultrapassa o indivíduo no singular, considerando que as memórias de uma pessoa nunca são só suas e que nenhuma lembrança pode existir separada da sociedade. Segundo Halbwachs (2006, p.46), “as memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada”.

A imagem, como fonte histórica, contextualizada com o conteúdo histórico permite uma construção de interpretações sobre o passado, uma exposição cultural na qual as pessoas se alimentam de relatos e experiências de vida. Segundo Michael Pollak

[...]a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK. 1992, p.200):

Tendo em vista que as imagens nos apresentam mais do que elas realmente mostram, procuramos organizar/catalogar fotografias que se encontravam dispostas num arquivo do Colégio Estadual do Campo Padre Pedro Baltzar. Este colégio está situado cerca de 56 Km da sede do município de Irati, na comunidade rural de Itapará.

Quando as pessoas se deparam pensando em momentos os quais, por um motivo ou outro, tornaram-se inesquecíveis, é fácil identificar aí o papel da memória, principalmente quando esta pode ser acessada a partir de algum elemento externo, tal como uma imagem fotográfica. A memória em si, enquanto um elemento das condições biológica e psicológica do ser humano, retém, quase sempre, o que mais chamou a atenção, o que de mais interessante

aconteceu na vida cotidiana, do mesmo modo se sugere a fotografia. A memória, nestes princípios, é uma memória viva, podendo ser de uma única pessoa ou de um grupo.

Ela, no entanto, não encadeia cronologicamente os pensamentos. Eles vêm à mente fragmentados, selecionados e, não raro, confusos, pela impossibilidade de se pensar euclidianamente. Com isso, a memória corre o risco de se estruturar no “achismo”. “Acha-se” que foi dessa ou daquela forma que determinado fato aconteceu, mas não se delimita de maneira precisa. Isto se dá porque as pessoas podem manipulá-la ou, simplesmente, considerá-la além do vivido, considerá-la como imaginário.

Propõe-se então, traçar reflexões e discussões sobre a chamada “memória urbana”⁶. Esta, na verdade, não existe concretamente, como também não existe a “memória da cidade”, ou, no nosso caso “memória do campo” já que quem faz as ações são as pessoas que nela vivem.

De qualquer forma, por ser a localidade um lugar de encontros e desencontros, de construção e de desconstrução, de sincronias e de diacronias, da base concreta que dá suporte ao vivido, enfim, de, enquanto espaço, tempos materializados, esta apresenta-se como o lugar ideal de memória que está estreitamente ligada aos fatores do tempo, pois cada conhecimento, cada fato está ali representado nas imagens trazem sentidos para a história local.

Quando essa memória deixa de dar por suporte aos grupos vivos, ou seja, quando estes vão se transformando e se refazendo de maneira que as suas memórias não podem mais ser contadas, há a necessidade de registrá-las para que as mesmas perdurem por várias outras gerações. Neste sentido o registro fotográfico se torna um item de suma importância. Segundo Milton Guran:

⁶ Neste ponto, creio que temos a possibilidade de trazer à discussão, mesmo que em nota de rodapé “O sentido das palavras nas ruas da cidade”. Pois, numa alusão ao texto, assim como a força dos nomes e suas designações ajudam a compreender o sentido da cidade (p. 141.) Também a força da memória pode nos ajudar a entender um pouco do que é a localidade. Como ela se estabelece. Quais mudanças e permanências prevalecem com o decorrer do tempo?

Uma fotografia pode ser o ponto de partida de uma reflexão antropológica ou o resultado dessa reflexão. No entanto, jamais poderá se constituir na própria reflexão em si, já que a fotografia, por natureza, é eminentemente descritiva, sem prejuízo das suas dimensões simbólicas e opinativas. Ela descreve, representa ou até mesmo interpreta tudo o que pode ser visto e somente isso, ficando fora do seu alcance a apresentação de conceitos, ideias e processos de raciocínio. (GURAN, 2012. p. 64.)

A partir disso temos na fotografia a oportunidade de lançar especulações onde o “pensar fotográfico” nos ajuda a interpretar o universo em que o *click* foi feito. Desta forma temos a possibilidade de refletir sobre as formas de consumo da imagem, bem como sobre o dito e o não dito da fotografia, pois este tipo de fonte, aliada ao processo de vernaculação tem o propósito de transmitir uma ideia.

Outro ponto importante a ser frisado diz respeito as formas de consumo e produção/aquisição das imagens por parte do pesquisador. Pois embora o que apresenta Guran:

Entre as imagens produzidas no curso da pesquisa, há aquelas feitas pelo próprio pesquisador ou por alguém da sua equipe e as tiradas por membros da comunidade estudada, sob a coordenação do pesquisador ou de forma independente (GURAN, 2012. p. 66).

Entretanto, as fotografias que dispomos para dar início à pesquisa se enquadram em outro grupo de ideias apresentadas por Milton Guran:

Enquanto instrumentos de pesquisa, essas imagens podem ser dois tipos, que correspondem a dois momentos do trabalho do pesquisador: há a fotografia feita com objetivo de se obter informações e a fotografia feita para demonstrar ou enunciar conclusões (GURAN, 1997. p. 67).

No caso, estamos trabalhando com fotografias feitas por participantes de diversas manifestações culturais. Algumas foram produzidas no contexto da colonização da comunidade, buscavam demonstrar o entrosamento dos imigrantes com as novas terras e seus vizinhos tal como se apresenta na figura na imagem abaixo.



Tais imagens foram feitas com o intuito de “guardar a memória”, “servir de lembrança” ou demonstrar e enunciar conclusões pois em dada medida “comprovam” que a organização da comunidade realmente acontecia. Em grande parte das vezes, essa associação entre o registro visual e os relatos de histórias de vida das comunidades fotografadas amplia o nosso universo de referências da pesquisa, possibilitando a criação de narrativas coordenadas onde o visual e o oral se complementam na produção do texto significativo. Quando faltam aportes para pensar ou (re)pensar o passado, a história oral torna-se uma grande aliada. A colonização de Itapará foi favorecida pela câmara de vereadores da cidade de Irati. Sua primeira safra contou com um financiamento do governo do Estado. Entretanto segundo relatos do professor Cesar Hul, conta-se que em 1909 houve o período de seca da taquara⁷ que por sua vez facilitou a infestação de ratos pelas

⁷ Os ciclos de vida de plantas dessa espécie ocorrem a cada 25 anos. Após a seca vem a polinização de suas flores seguida do amadurecimento de suas sementes, o que facilita a proliferação de ratos pois estes roedores são encontrados em

plantações. Não existem registros fotográficos desse período, entretanto ele faz parte da memória dos moradores locais. Conta-se que os colonos passaram a abrir a estrada Itapará até Irati (56km de extensão) em parceria com a prefeitura em troca de novas sementes e alimentação para o período.

Por isso, outro método utilizado, mesmo que secundariamente nessa pesquisa, é a história oral. O caráter auxiliar e periférico a fonte oral neste trabalho não se vincula a qualquer estabelecimento de hierarquia entre as fontes. Para nós, o documento falado é tão importante e valioso quanto o escrito. Optamos por documentos imagéticos por conta dos aspectos a serem investigados. O depoente, referindo-se a uma paisagem, poderá dizer: “isso aqui era tudo diferente, tudo mato” ou “a igreja, quando era de madeira era mais bonita” – ditos muito comuns nos depoimentos sobre a comunidade. Uma fotografia, no entanto, poderá apresentar detalhes a respeito da espécie de vegetação, arquitetura e demais elementos. Mesmo assim, o depoimento não será tratado como uma fonte menor. Segundo Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado:

Na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação. (FERREIRA e AMADO 2008. p. 22).

Desta forma, a história oral tem como objetivo também construir a memória, oferecendo sustentação aos objetos de estudo do passado. Ainda, Alberti (ALBERTI, 2004.) Enfatiza a História como uma forma de operação para que seja possível compreender e conhecer o que já faz parte do passado. Assim sendo, uma entrevista de história oral pode oferecer vivacidade ao assunto

abundância em taquarais que geram alimentação farta à estas espécies. Quando há a seca os bichos procuram e destroem outras plantas até que os novos brotos estejam crescidos.

pesquisado, incrementando-o com características pessoais, como: emoções, observações, reações, entre outros.

A análise de imagens, por sua vez, representa, ainda que de forma precária, a evidência de uma existência. Dizemos de forma precária porque sempre há algo de montagem na imagem fotográfica. Os que vão ser fotografados se alinham, normalmente, para a fotografia. Mesmo que seja um flagra, ou uma paisagem – o fotógrafo escolhe o ângulo, o enquadramento, o zoom, o ponto azimutal e assim por diante.

Através destes métodos de pesquisa citados anteriormente, poderá ser realizada uma ampla descrição a respeito da comunidade em questão, para que assim seja realizado um registro deste distrito apresentando suas particularidades em meio sua multiplicidade.

Considerações Finais.

Traçando um panorama geral acerca da comunidade de Itapará, percebemos que esta é uma localidade cheia de peculiaridades muito importantes para a história do Paraná. Nela existe espaço para a pensar o cotidiano, o cultural, o econômico e até mesmo questões de gênero. Embora seja uma comunidade centenária, pouco se registrou de sua história até o momento. Nota-se que a arquitetura preserva traços da presença ucraniana e polonesa na região, as casas são altas, com telhado alongado. A comunidade apresenta um forte apego pela manutenção das suas tradições, sobretudo do ponto de vista religioso.

Referências

- ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em História oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3ª ed. Petrópolis, Vozes. 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: Usos e abusos da história oral. 3a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. GESTÃO, Ministério do Planejamento, Orçamento e. IBGE. Estatísticas do século XX. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtml> acesso em: 18/10/2023.

GURAN, Miton. Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica Notas e reflexões Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia 2012. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf acesso em 31/10/2023 às 10:32.

HUL, César. Memória e história nos cem anos da comunidade de Itapará (IRATI/PR) Revista Tempo, Espaço e Linguagem. V. 04 - N. 01 - Jan.-Abr. - 2013

SCHÖRNER, Ancelmo. LUCAVEI, Lucélia. Os Rituais de Casamento Ucrâniano: entre permanências e transformações – Irati/PR (1978-2008). Revista Tempo, Espaço e Linguagem. V. 04 - N. 01 - Jan.-Abr. - 2013

TABORDA, Diomedes de Oliveira. **Inácio Martins, aspectos políticos, econômicos e sociais.** (Especialização em História do Paraná) Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

CAPÍTULO 4

Conexão transatlântica por garantias de Direitos Humanos aos presos políticos – estudo de caso sobre Manoel da Conceição

Camila da Silva Portela¹

Resumo: Falar sobre a Ditadura Militar não é algo simples. A disputa entre memórias, versões e relativismo caracterizada pelo avanço de forças conservadoras em nossa sociedade, coloca em xeque princípios fundamentais da organização de um Estado democrático e de direito. Não raros são as questões que envolvem permanências e rupturas em relação ao período do Regime Militar. Nesse sentido, o ensaio vem apresentar como se deram as disputas entre Anistia Internacional e Estado Brasileiro na proteção de presos políticos no período da Ditadura Militar, iniciada em 1964. Para isso, será analisada a vida de Manoel da Conceição, uma liderança camponesa nascida em 1935, na cidade de Coroatá, no estado do Maranhão.

Palavras-Chave: Direitos Humanos; Violência; Ditadura Militar no Brasil

Introdução

O exercício da transparência e do controle independente da administração pública são princípios fundamentais e norteadores do estado democrático de direito. Isso se revela de maneira substancial nos casos de monitoramento das ações do Estado na privação de liberdade das pessoas e, as visitas periódicas nos espaços de detenção,

¹ Doutoranda em História e Conexões Atlânticas pela Universidade Federal do Maranhão.

para vistoriar as condições de encarceramento é um dos meios mais eficazes para prevenir a tortura e os maus-tratos.

Os locais de privação de liberdade são os ambientes mais vulneráveis para a ocorrência destes tipos de violação, pois muitas vezes essas práticas são usadas como maneiras para obter confissões e/ou como forma de castigo ou punição. O estigma sobre a pessoa presa contribui para que essa população fique esquecida, sem as devidas assistências, ou que a sociedade naturalize as violações, ou classifique como justas.

A redemocratização do Brasil foi um período de extrema importância nesse processo, no que se refere a criação de ferramentas de proteção às pessoas encarceradas. Mesmo já consolidada no mundo, as políticas de proteção e combate à tortura e maus tratos, só vieram ser adotadas em países da latino-americanos, após a queda das ditaduras implantadas nas décadas de 1960 a 1970.

No Brasil, os protocolos internacionais de Direitos Humanos, só passaram a ser ratificados, após a Constituição de 1988. No que diz respeito aos avanços apontados nesse campo, o art. 5º da Constituição é cristalino quando a proteção e defesa da dignidade da pessoa humana, destaco aqui o inciso III, que estabelece a proibição das práticas de tortura e maus tratos. No ano seguinte, o país ratificou a Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura, logo após isso, em 1997 foi aprovada a Lei nº 9455/97, que criminaliza a tortura.

Dez anos depois, o Brasil reafirma o compromisso ratificando Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura ou Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas (OPCAT), onde se comprometeu a criar mecanismos preventivos em âmbito nacional, com a função de realizar visitas em estabelecimentos de privação de liberdade de forma independente, com a finalidade de identificar práticas e rotinas que favorecessem prática de tortura. Como resultado, a Lei nº 12847/2013 instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que faz a

gestão do Comitê e do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

A estruturação e consolidação da política, após quase trinta anos do final da ditadura, reflete que a prática de tortura, no Brasil ainda faz parte do cotidiano, principalmente, nas condutas de agentes públicos de segurança, quando são usadas para constranger alguém com o uso abusivo da força. O que nos faz pensar sobre a permanência histórica, quanto aos *modus operandi*, do hoje, aparato de segurança do país, que vem trilhando em caminhos semelhantes ao dos agentes que integravam as forças repressivas do período da Ditadura militar (1964-1985).

Manoel Da Conceição: tortura e encarceramento

A garantia dos Direitos Humanos é uma luta diária aos que acreditam que essa é a melhor maneira de se viver com dignidade e o melhor caminho para se diminuir a desigualdade na humanidade. Esse tema vem sendo matéria de debate desde os escritos bíblicos, passando pelos debates filosóficos gregos e intelectuais da Idade Média, atravessando os tempos modernos, chegando à atualidade (ISHAY, 2013).

Nesse percurso de altos e baixos, hoje o tema permanece sendo centro de debate, com tentativas de desmonte, mesmo possuindo mecanismos de prevenção, defesa, promoção e proteção bem avançados. Tendo em vista a falta de garantias constitucionais e a não observância dos tratados internacionais, o período compreendido de 1964 a 1985 pode ser um ponto de partida para analisar o avanço das políticas de proteção e defesa aos direitos das pessoas privadas de liberdade.

É de conhecimento público e com robustas análises que, no período da Ditadura Militar, no Brasil os sequestros, tortura, desaparecimentos e perseguição contra presos políticos se deu de forma sistemática. Para isso tomaremos como base o caso de Manoel da Conceição, preso, torturado e exilado, que teve sua vida

protegida após ação de organizações internacionais de proteção dos direitos humanos.

Manoel da Conceição nasceu no município de Coroatá, interior do Maranhão, no ano de 1935. Descendia de uma família que, desde o séc. XIX, ocupava pequenas glebas de terra na região do Rio Mearim. Cresceu no meio rural vivenciando um cotidiano de disputas pelo acesso e posse da terra e testemunhou a violência perpetrada contra posseiros e pequenos produtores por parte de jagunços, grileiros e pelo próprio Estado, que atingiram diretamente a sua família.

O seu envolvimento desse processo de luta fundiária, fez com que se tornasse uma liderança, com atuação significativa no período da Ditadura Militar de 1964, quando a região oeste do Maranhão passou por um intenso processo de especulação fundiária impulsionada pelas políticas econômicas voltadas ao projeto político de integração nacional².

Nesse mesmo período, os debates políticos nacionais que buscavam uma solução para o problema agrário começaram a aparecer. Isso se deu, somente a partir da consolidação do campesinato como classe social e do aumento o número de pessoas reconhecidas como integrantes do proletariado rural, daí foi quando as demandas dessa população passaram a ser inseridas nas teses e programas políticos.

A Igreja Católica, através do Movimento de Educação de Base (MEB), representou um dos movimentos de conscientização e articulação política, mais importantes no Brasil do séc. XX. Fundado em 1961, o MEB era um instrumento de instrução dos camponeses, atuando em uma linha de compromisso com a transformação do meio rural nordestino.

Manoel participou das formações do MEB, no Maranhão, em 1963, o que foi fundamental para sistematizar as ideias que havia absorvido até ali. Com as formações do MEB, Manoel transforma

² Para mais informações: GISTELINCK, Frans. Carajás, usinas e favelas. São Luís, 1988.

sua experiência religiosa e social em material político. Além desse ganho intelectual, o MEB foi o canal de cruzamento entre militantes, que vieram a ser perseguidos no período pós 64.

Para Manoel, o MEB foi a ponte que o levou ingressar na Ação Popular, uma organização responsável pela sua inserção em uma rede com capilaridade internacional, responsável por proteger a vida de Manoel durante todo o período da ditadura, além de ter-lhe proporcionado experiências intelectuais, com lideranças políticas internacionais, sobre diferentes maneiras de construir um modelo social mais justo e que se encaixasse melhor a realidade brasileira.

Com o golpe de 1964, o nome de Manoel passou a integrar as listas dos ditos subversivos. Sua primeira prisão foi em 1968, quando Manoel convocou os associados do sindicato de Pindaré, para serem atendidos por um médico, em um pequeno ambulatório que o sindicato havia organizado, momento em que foram surpreendidos pela polícia. Manoel relata o episódio:

Então, aconteceu o seguinte: convidou-se o médico, os velhos, mulher doente, menino. Foram logo pra beira da rodagem; um negócio que a polícia podia chegar assim...E a polícia já de olho! Em vez das armas ficar na mão do pessoal, ficaram escondidas no mato. Só eu é que tinha uma pistolinha do lado.

[...]

A polícia, quando chegou, não conversou:

- Quem é que tá nesta organização aí?

- Sou eu.

- O senhor saia aqui pra falar com nós. E não bole ninguém.

[...]

Fui saindo. Foi chegar na porta e fogo! Deram cento e tantos tiros. Cadê a Guerra Popular? Ninguém sabia onde é que estavam as armas. Saiu tudo correndo (SANTOS, 1980, p. 159).

E continua:

Fui baleado no pé: peguei dois tiros de fuzil.

[...]

Fui arrastado até no carro, que eles tinham deixado lá muito longe pra poder vir de pé, devagarzinho, por trás da barreira. Me boraram derramando sangue na traseira do carro e me levaram para Pindaré-Mirim.

[...]

Passsei seis dias preso na cadeia em Pindaré-Mirim. Era só enfermeira que tinha lá. Lavava a perna com água morna e passava mertiolate. A perna terminou gangrenando (SANTOS, 1980, p. 160).

Em decorrência a violência e negligência institucional, Manoel teve complicações no ferimento e acaba perdendo parte da perna, e posteriormente vira um símbolo de resistência – Minha perna é minha classe. Após esse evento, Manoel se engaja ainda mais na Ação Popular, aproveitando as oportunidades de debater sobre qual seria o melhor modelo de estado a ser implantado no Brasil, tomando como referencial a característica rural do país.

Posteriormente, em 22 de janeiro de 1972, Manoel torna a ser preso, agora no município de Tufilândia, a 284km de São Luís. Naquele momento, havia uma discussão dentro do Sindicato dos trabalhadores rurais de Pindaré e Santa Inês sobre a Guerra Popular e Manoel estava indo pra região para se reunir com as lideranças para discutir sobre o assunto. Mas dias antes de sua chegada, o grupo favorável a Guerra Popular fez uma ação de desapropriação de uma usina de arroz e distribuiu entre os camponeses que estavam passando fome, uma ação que, segundo Manoel, não foi avisada.

Quando tentava chegar na cidade foi surpreendido por policiais e jagunços que efetuaram sua prisão, confundindo-o com os camponeses envolvidos no caso da usina de arroz. Somente na Delegacia de Tufilândia, Manoel foi identificado e informado que, contra ele havia um mandado de prisão decretada pela Auditoria da 10ª Região Militar.

De Tufilândia foi levado pra Pindaré e de lá para São Luís, onde ficou preso na Delegacia de Ordem Política Social. Depois de 10 dias, Manoel foi transferido para o Rio de Janeiro, onde passou a ser mantido incomunicável, não lhe sendo informado sobre o local exato onde estava.

Enquanto esteve preso no 1º Batalhão de Polícia do Exército, onde também funcionava o Doi-Codi, Manoel foi vítima do terrorismo de estado. Como aponta Caroline Bauer:

Os regimes de terrorismo de Estado instaurados pelas ditaduras cívico-militares de segurança nacional do Cone Sul da América Latina podem ser entendidos como “[...] un modelo estatal contemporáneo que se ve obligado a transgredir los marcos ideológicos y políticos de la represión ‘legal’ (la consentida por el marco jurídico tradicional) y debe apelar a ‘métodos no convencionales’, a la vez extensivos e intensivos, para aniquilar a la oposición política y la protesta social, sea ésta armada o desarmada.” Esses regimes podem ser considerados resultado direto do conflito ideológico gerado pela Guerra Fria, sendo a forma de terror aplicada correspondendo a “la máxima racionalización de los programas de contra-insurgencia, intervención militar y guerra psicológica [...]”. Assim, esses regimes passam a ser entendidos não como um fenômeno meramente contingente, mas como “uma resposta coerente à estratégia de segurança continental, formando parte do conflito Leste-Oeste, claramente expressa a falência da ordem política de administrar crises, tendo sido uma opção racional das Forças Armadas da região, respondendo a mobilização da sociedade civil (BAUER, 2005, p. 4).

A análise acima é cristalina sobre o uso de métodos convencionais ou não contra opositores. Logo em um ambiente carcerário, que por sua natureza já transmite esse caráter de isolamento e incomunicabilidade, somados a movimentos institucionalmente repressivos, se torna um espaço violador por excelência.

Manoel, em sua biografia *Essa terra é nossa* (1980), descreveu com detalhes o cotidiano de violência em que passou no Doi-Codi do Rio. Além das torturas, que era submetido a cada interrogatório, permanecia isolado, dificultando muito que qualquer notícia da sua existência fosse comunicada a familiares e amigos. Tal experiência se encaixa no conceito de desejo de desaparecimento (SAFATLE, 2010), algo que se encaixa com uma frase precisa de Derrida (2007):

O que a ordem da representação tentou exterminar não foi somente milhões de vidas humanas, mas também uma exigência de justiça, e também nomes:

e, primeiramente, a possibilidade de dar, de inscrever, de chamar e de lembrar o nome (DERRIDA, p. 140, 2007)

O desejo de desaparecimento, vivido por Manoel e bem relatado por ele em sua biografia, demonstrando um perfil totalitário do estado brasileiro no pós 1964. Além da prisão, os interrogatórios eram realizados com sessões de torturas, em um momento foi coagido a renunciar seu nome, como relatou:

Você não é Manuel da Conceição; não tem documento nenhum! Prova de perna mecânica não vale, porque têm muitos caras de pernas mecânicas. Você vai assinar uma carteirinha, senão pode te levar para a Auditoria. Homem pra ser homem tem que ter documento (SANTOS, 1980, p. 191).

Manoel se recusou a assinar o documento, pois temia que isso contribuísse para que sua vida fosse consumida. Nesse período, já era pública a campanha em favor da vida de Manoel, organizada pela Anistia Internacional.

Manoel da Conceição: proteção internacional e o exílio

Em 1973, a Anistia Internacional (AI)³ lançou o primeiro relatório global sobre tortura, intitulado Relatório sobre as acusações de tortura no Brasil. Tal documento foi fruto de uma Campanha pela Abolição da Tortura, com objetivo de sensibilizar a sociedade e a opinião pública sobre a tortura e da necessidade de se estabelecer normas de combate mais eficazes (MEIRELLES, 2016). Desse movimento, a AI conseguiu que uma petição fosse apresentada a ONU, com um milhão de assinaturas, em que solicitava a elaboração de uma resolução específica sobre o tema.

Este relatório concluiu que, naquele momento, havia no Brasil um aparato inteiro destinado a praticar a tortura sem nenhuma razão, senão a da manutenção do regime. Segundo essa avaliação, a tortura não seria fruto de

³ A entidade de origem britânica, fundada em 1961, a partir das reflexões de Peter Benenson no artigo *Os Prisioneiros esquecidos*, com o objetivo de defender pessoas presas de torturas e do esquecimento no cárcere.

“excessos individuais” e tampouco uma reação contra a luta armada, pois esta, naquele momento, já se encontraria em dificuldade. Ainda de acordo com essa avaliação, a tortura seria a manifestação de um modelo político, com um componente socioeconômico. Nessa perspectiva, ainda que aquela altura não houvesse qualquer tipo de motivação externa (suposta ameaça comunista, luta armada) que a justificasse, a tortura contra dissidentes políticos seria um componente necessário a um regime político de tipo ditatorial (MEIRELLES, 2016, p. 19).

Os efeitos desse relatório no Brasil foram impactantes e, a partir dessa publicação, a entidade passou a ser censurada e sua atuação passou a ser vinculada ao Movimento Comunista Internacional, pelos órgãos de segurança e informação. Não obstante, tais órgãos intensificaram o monitoramento das suas ações que as classificavam suas campanhas difamatórias contra o governo brasileiro.

Antes do referido relatório em 1973, o Brasil já havia sido visitado por membro da AI, no ano de 1969, quando Kjiel Johansson veio

investigar as denúncias de tortura contra prisioneiros políticos. No entanto, os detalhes de sua visita ao Brasil e o trabalho de investigação realizado sobre as denúncias de tortura são pouco conhecidos. Sabe-se que escreveu um relatório intitulado “*Brazil 1969*” sobre as denúncias de tortura a dissidentes políticos brasileiros (MEIRELLES, 2016, p. 30).

Nesse sentido, as ações da Anistia Internacional se constituíam na adoção de um preso político por militante da organização. Onde esse militante encaminhava para todas as autoridades nacionais e internacionais cartas, em que solicitava informações sobre o preso político. Essa estratégia demonstrava que a pessoa presa não estava esquecida, dificultando assim um possível desaparecimento. Segundo Renata Meirelles:

o período de junho de 1972 a abril de 1973 [...] o SNI/AC recebeu cerca de 2.800 cartas de integrantes da Anistia, sendo a maioria delas provenientes da França, Holanda, Suécia e República Federativa da Alemanha (MEIRELLES, 2014, p. 330).

Manoel foi um desses presos protegidos. Estava sob a custódia do estado desde janeiro de 1972, quando foi preso em Tufilândia, permanecendo incomunicável até 15 de setembro, quando foi ouvido pela Auditoria. Vítima do esquecimento no cárcere, ele possuía todas as características necessárias para ser um protegido da Anistia Internacional.

Logo, se iniciou uma campanha em favor da vida de Manoel, que consistia em provocar organizações de Direitos Humanos Internacionais em prol da localização do preso político, movimentação essa articulada provavelmente pela Ação Popular. No bojo dessa ação foi formado o “Comitê de Solidariedade em defesa de Manoel da Conceição” que tinha como ações: publicar em revistas internacionais materiais denunciando o desaparecimento de militante e as condições desumanas a que estavam submetidos os presos políticos brasileiros; encaminhar cartas a autoridades brasileiras e; ocupar o tempo de fala em rádios internacionais.

A carta que dá início a campanha pela vida de Manoel, está presente na Informação nº 558/DIS-COMZAE-4, no Fundo do Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica. O documento trazia diversos anexos e um relatório sobre a atuação da AI no Brasil. O informante escreve no rodapé da carta, escrita em alemão, a seguinte informação:

Esta carta marcou o início da campanha da Anistia Internacional. Mais de 3000 cartas semelhantes a esta, todas mimeografadas, já foram expedidas; as acusações começaram no tema desta carta e chegaram ao máximo de acusarem o Governo de ter assassinado o subversivo (Informação nº 558/DIS-COMZAE-4, no Fundo do Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica, 1972).

Ou seja, esse detalhe demonstra o poder e a capilaridade da Campanha em busca de Manoel. Além da Anistia Internacional, o Comitê Britânico contra a Ditadura no Brasil, Liga Suíça de Direitos Humanos e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, encaminharam cartas aos embaixadores brasileiros na Europa e em

países da América Latina, onde solicitavam notícias e defendiam um julgamento justo ao preso político.

Outras instituições acionadas foi a CNBB e os Ministérios de Justiça e das Relações Exteriores que também receberam solicitação de informação sobre o paradeiro de Manoel. Assim como as rádios internacionais de Havana e da Albânia, interceptadas pelos órgãos de informação, denunciavam o desaparecimento de Manoel e de outros presos políticos.

O conteúdo dessas cartas se resumia na solicitação de informações sobre o paradeiro dessas pessoas, gerando um constrangimento internacional, como analisou Geraldo Cantarino (2014) ao tratar da visão internacional do Brasil através da análise das cartas e relatórios trocados entre diplomatas britânicos.

Esses desdobramentos internacionais tiveram como resultado prático, o julgamento de Manoel pela Justiça Militar, em setembro de 1972, onde foi sentenciado e passou a cumprir pena no Instituto Penal Paulo Sarasate, em Fortaleza, a partir de 1973. Em Fortaleza, teve seus direitos garantidos, tendo acesso a assistências necessárias e podendo receber visitas. Segundo Informação nº 016/19/AFZ/73, Manoel receber visitas de religiosos católicos, que atuavam no Maranhão, no dia 10/01/1973 estiveram no Instituto Penal o bispo de Viana Hélio Campos acompanhado dos padres Eider Furtado e Wilson Cordeiro. Além da garantia de seus direitos, esse movimento impulsionou a institucionalização de Comitês contra a repressão, criados a partir de 1973, que tiveram a busca a Manoel inspiração e norte para sua atuação.

Considerações finais

Os fatos relacionados a vida de Manoel o definiram como uma liderança capaz de resistir e inspirar lutas em favor da justiça fundiária e dos Direitos Humanos. A formação de base no MEB e seu ingresso na Ação Popular, foram ideologicamente estruturantes na construção dessa rede de solidariedade, que resultou na manutenção da sua vida.

Ao tentarem construir uma narrativa oficial sobre os fatos envolvendo a prisão de Manoel e as denúncias de tortura, os militares reconheciam que não podiam simplesmente liberá-lo, mas também não podiam deixar que denúncias mobilizadas pela Anistia Internacional circulassem livremente.

Dar uma resposta pública e construir uma versão oficial dos fatos sobre a prisão de um líder camponês maranhense era indício importante para refletir sobre a história de vida de Manoel da Conceição e como ela conectava em uma rede de relações de poder bastante complexa.

A abertura e disponibilização dos acervos de repressão estão sendo fundamentais para a construção de novas versões sobre desdobramentos que não se limitam aos limites nacionais. Provável, a euforia do milagre econômico ocorrido no Brasil, na década de 1970, fez com que o mundo lançasse sobre o país os holofotes, que por um lado foi positivo do ponto de vista de investimentos econômicos, mas mostrou para o mundo o alicerce violador em que estava sendo construído. Analisar esses contrapontos nos permite descobrir outros pontos de análise, de um período que ainda na atualidade precisa ser decantado e ressignificado.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* – Bauru/SP: Edusc, 2005.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1985.

ARAUJO, Maria Paula, FICO, Carlos e GRIN, Monica (org.). *Violência na História: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu. *Memória, Mediação e Campesinato: as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da pré-Amazônia Maranhense*. Manaus: UEA Edições, 2010.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Ed. 34, 2016.

BAUER, Caroline Silveira. *Terrorismo de Estado e Repressão Política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988)*. Comunicação apresentada no XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

BOURDIEU, Pierre. “O Campo Científico”. In ORTIZ, Renato (org.) Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. in AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

CANTARINO, Geraldo. *A Ditadura que o inglês viu: documentos diplomáticos sigilosos revelam a visão britânica do Brasil desde o golpe de 1964 até o processo de abertura política em 1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

CARNEIRO, Marcelo S. *Terra trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2013.

_____, COSTA, Wagner Cabral da. *A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio*. São Luís: Edufma, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Histórias da AP: estudos sobre as disputas pelos sentidos da história da Ação Popular (AP)*. São Paulo: Alameda, 2021.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia do Gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Brasil republicano vol. 3: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

_____. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

FRANKLIN, Adalberto. *Manoel Conceição: sobrevivente do Brasil*. Imperatriz: Ética, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar esquecer escrever*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GISTELINCK, Frans. *Carajás, usinas e favelas*. São Luís, 1988.

ISHAY, Micheline R. *Direitos Humanos: uma antologia*. São Paulo: Edusp, 2013;

KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. *A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil*. *Revista Brasileira de História*, vol. 17, nº 34, 1997.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MEIRELLES, Renata. *Acender as velas já é profissão: a atuação da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a ditadura (1961-1981)*. Tese apresentada no Programa de Pós-graduação em História Social da USP. São Paulo, 2016.

_____. *A Anistia Internacional e o Brasil: o princípio da não-violência e a defesa de presos políticos*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n.11, p. 327-354, jan./abr. 2014.

_____. *A Tortura em foco: o trabalho da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a Ditadura Militar*. São Paulo, *Revista Angelus Novus*, Ano VII, n. 12, pp. 21-40, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *História contemporânea 2: do entreguerras à nova ordem mundial*. São Paulo: Contexto, 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

PORTELA, Camila da Silva. *Entre a cruz e o fuzil: uma análise das ações do clero católico no período da Ditadura Militar no Maranhão*. Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em

História da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do grau de Mestre em História, 2015.

THIESEN, Icléia. *Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985)*. Perspectivas em Ciência da Informação, v.24, número especial, p.06-22, jan./mar.2019.

RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. *Documentos (in)visíveis: arquivos da Ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil*. Aracaju: Edise, 2017.

ROMÃO, Lucília Maria de Sousa. *A pedra, o pau e a pena: silêncio, formação discursiva e dizeres nas fichas do DEOPS*. In: Discurso & Sociedad, vol. 4, n. 2, 2010, 234 a 256.

RUSEN in MALERBA, Jurandir (org.). *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2016.

___ in SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.

SANTOS, Manoel Conceição. *Essa terra é nossa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da Ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Ed. 34, 2018.

WEBER, M. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2001.

WELCH, Clifford Andrew. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Ed. Unesp 2009.

CAPÍTULO 5

Dreads verdadeiros: cotidiano e trabalho dos regueiros maranhenses

Joyce Oliveira Pereira¹

Resumo: A reflexão sobre a brecha entre o passado tal como ele teria sido e a explicação histórica que o sustenta (Chartier, 2009, p. 12) é essencial na produção do conhecimento histórico que consiga dar a ver as formas pelas quais os sujeitos históricos produziam o mundo e quais as condições que sustentavam essas sociedades (Chartier, 2009, p. 31). Nesse sentido, os estudos acerca do reggae apontam meados da década de 1970 como possível marco temporal da ‘chegada’ do ritmo jamaicano ao território maranhense, dessa forma é possível situá-lo como parte do repertório sociocultural que compõe as experiências produtoras da identidade dos maranhenses, entretanto, não é um processo em via de regra analisado pelos historiadores já que faz parte da construção do Maranhão Contemporâneo. Nesse sentido, é mister refletir e analisar as diferentes formas de capilarização do ritmo ao longo das últimas cinco décadas no estado, a fim de compreender como os sujeitos históricos produziam/produzem as suas experiências temporais que levaram à construção e afirmação das identidades de regueiro/regueira maranhense. Porém, a experiência Reggae Maranhão está para além de apenas ouvir uma música, ela é representada de várias formas pelos sujeitos históricos que a compartilham, no caso os regueiros e as regueiras, então são necessárias identificar as características que podem vir a demarcar as performatividades (Olivar, 2015, p. 151) de gênero, raça e classe construídas nesse processo. Este trabalho tem como objetivo identificar as formas estéticas pelas quais o Reggae Maranhão produz os espaços urbanos através das práticas ordinárias dos sujeitos históricos, nas quais

¹ Doutoranda em História pelo PPGHIST/UEMA. É Mestra em História pelo mesmo programa e professora da Rede Municipal de Rosário nos anos finais. Email de contato: invasoesholandesas@gmail.com.

é experienciado não só nos momentos de lazer, mas também está alijado nas atividades laborais em que os regueiros e as regueiras estão inseridos, assim, sendo possível identifica-los enquanto trabalham. Dessa forma, representam a si mesmos através da performance da experiência reggae Maranhão cotidianamente, afirmando essa identidade em toda a experiência do vivido, não só nas frestas do ordinário (Certeau, 1994, p. 100). Utilizamos como fontes históricas registros fotográficos colhidos entre 2020 a 2023 nas cidades de São Luís, Rosário e Itapecuru-Mirim, que são indícios do fazer singular da massa regueira na produção do cotidiano e de identidades coletivas.

Palavras-chave: Reggae; Maranhão, Memória; Representação.

Introdução

Mais um dia se levanta
Na Jamaica brasileira
Mais uma batalha que desperta
A nação regueira
Eles descem dos guetos logo cedo
Se concentram nas praças e ruas do centro
Lavando, vigiando carros, vendendo jornais
Construindo prédios, obras, cuidando de casas e quintais
Tribo de Jah

A escrita sobre o morto tem como objetivo enunciar algo sobre o passado de forma a introduzir também o futuro, assim, o trabalho do historiador é um ofício político, pois, essa elaboração pode ajudar a afirmar cidadania de grupos sociais quando é produzida a visibilidade desses sujeitos através da enunciação desse outro, assim, o que liga as ideias aos lugares é justamente o gesto do historiador (Certeau, 2013, p. 45) e, nesse sentido as particularidades envolvidas incidem sobre a topografia de interesses desse profissional, sendo possível organizar, delinear os documentos e as questões que vão nortear a operação historiográfica.

O fazer história como uma prática, estabelece fronteiras entre o que é o dado e o que foi criado, transformando o 'natural' em 'cultural, ou seja, opera uma leiturização na relação entre presente e o passado em que este último é um produto. Um gesto fundador modifica o estatuto de objetos em fontes históricas, nas quais é possível compreender fragmentos de um passado: elas serão empregadas em outras fronteiras de uso com um reemprego diferente do que tinha anteriormente (Certeau, 2013, pp. 67-72).

Operando a conexão atlântica é visualizado que havia um contexto parecido entre o surgimento do reggae da Jamaica e no Maranhão dos anos 1970, período em que a expansão do capitalismo foi efetuada pela oligarquia Sarney, a principal gestora e administradora do processo de modernização econômica desse espaço regional. Essa inclusão da economia maranhense à nacional só foi possível através de relações sociais autoritárias que aprofundaram as desigualdades sociais já existentes e que intensificaram os conflitos agrários (Costa, 2015, pp. 191-192).

Isso levou à uma ocupação espacial da cidade conforme a necessidade e a chegada dos migrantes que ou estavam em busca de empregos na indústria ou foram expulsos de suas propriedades agrícolas. Essas ocupações podem ser definidas como 'formais', caso fossem oriundas de instituições de amparo legal à terra ou 'espontâneas', que seguiam a lógica de solidariedade familiar, no caso de parentes que chamavam outros para a capital ou da associação de migrantes em mutirões para a construção de barracos (Pereira, 2015, p. 355).

Esses sujeitos ocuparam as franjas da cidade de São Luís, ou seja, bairros de periferia ao longo dos diferentes setores da capital: aqui se pode citar nominalmente Vila Padre Xavier, Sá Viana, São Bernardo, Ilhinha, Anjo da Guarda, João de Deus, Floresta, Coroadinho, Vera Cruz e Liberdade, locais onde ocorreram muitas ações de despejo ao longo dos anos de 1970 e 1980 a uma população que não tinha muitas opções, pois já provinham de outras regiões do estado:

Assim como na Liberdade e Coroadinho, grande parte da população residente na região Itaqui-Bacanga (área localizada na outra margem do rio Bacanga) se compunha de migrantes e, inicialmente muitos desenvolviam relações de produção com a terra, de curso com as antigas práticas de seus locais de origem. Para se ter uma noção geral sobre essa população local, ao analisar uma amostra de 24 famílias (1310 pessoas) verificou-se famílias migrantes de diversas origens (Belém-PA, Piauí, São Bento, São Domingos, São João Batista, Icatu, Alcântara, 1ª Cruz, Viana (Pereira, 2015, p. 357).

Os sujeitos dessas periferias tinham uma predileção nos momentos de lazer por bailes onde se tocavam ritmos caribenhos como bolero e o merengue e regionalmente como o forró, nos quais se dançavam juntos/agarrados e, nesses mesmos espaços foi que o reggae começou a ser tocado:

Nos anos 1970, era tocado em festas onde predominavam ritmos como merengue, lambada e bolero. Assim, nos intervalos de sequências mais agitadas, os discotecários passaram a tocar estilos cadenciados. Desta forma o reggae foi despontando no cenário musical da capital, onde era conhecido, no início, como música —estrangeira lenta || (SILVA, 1995). Aliás, como estes ritmos que dominavam os salões populares da cidade eram dançados a dois e ninguém sabia o modo de se curtir o —novo ritmo, o reggae passou a ser dançado —agarradinho, como se convencionou dizer. — Em vez Dos passos largos para frente e dos braços para o alto, os ludovicenses cadenciaram ainda mais a dança e juntaram-se em para (Freire, 2010, p. 38).

A difusão do ritmo aconteceu de forma espontânea principalmente pelas músicas tocadas estarem fora do catalogo da indústria cultural jamaicana, sendo que os LPs das músicas preferidas dos maranhenses eram dificilmente encontrados, e um dos fatores de difusão foi o “comércio paralelo, de gravação de fitas, e aluguel de radiolas” (Silva, 1992, p. 55). É possível conjecturar que as redes migratórias constituídas entre os parentes que habitavam a capital e os que estavam no interior, além das relações entre as pessoas que pertenciam a mesma cidade também podem ter sido outro aspecto para o processo de difusão da música no estado, já que o deslocamento territorial não desfez os laços, sendo prática comum o retorno dos à cidade de origem em

períodos de feriados e festas religiosas, como podemos ver na notícia: “Terminal Rodoviário lotado na véspera do feriado: Grandes filas, saguão de embarque cheio e ônibus com assentos ocupados. Este é o cenário para quem vai viajar neste fim de ano na capital maranhense” (O Imparcial, 2017).

Os clubes onde haviam as festas se encontravam em locais de passagem entre essas periferias e com fácil acesso por meio de transporte público, assim como existiam clubes em locais mais “burgueses” conforme o reggae foi sendo reterritorializado e reapropriado pelas camadas sociais ludovicenses: Com exceção de clubes como Espaço Aberto e Clubão do São Francisco – no bairro do São Francisco (embora seja um bairro predominantemente de classe média, é cercado de comunidades onde moram pessoas com menor poder aquisitivo, como Ilhinha, Conjunto Basa e Morro), os já citados Toca da Praia e Arena – ambos na praia da Ponta D’Areia (que, situada em área hoteleira, é próxima também da Ilhinha), localizado na Jorhoa, “Palácio da Seresta (no São Cristóvão), Barraca de Pau (Cidade Operária), Caldeirão do Chopp (Vila Palmeira), União dos Moradores do Bairro de Fátima (Bairro de Fátima), Pop Som II (Coroadinho), Clubão Cidade (Vila Bacanga), CB 450 (Vila Embratel), Jamaica Brasileira (Cohab – Forquilha) (Freire, 2010, p. 63).

Por isso, o reggae sendo uma prática ordinária dos maranhenses possui indícios que remetem à elaboração dos repertórios de resistência afrodiaspórica desses grupos que estão coadunadas ao fluxo da globalização nos séculos XX e XXI. Essa tática (Certeau, 1994, p. 100) modificou o consumo de produtos midiáticos fora do circuito cultural e intelectual que se tinha até a década de 1980, que reafirmavam duas visões essencialistas, seja ela fosse a ‘Athenas Brasileira’ ou a das manifestações de ‘raiz africana’ (Amselle, 2017, p. 16).

Essas duas perspectivas colocavam o reggae como ameaça por ser ‘estrangeiro’ frente à cultura considerada “maranhense”. Eram alicerçadas no colonialismo e nas visões dualistas advindas das religiões judaico-cristãs e, principalmente a última desconhecia o

debate sobre as a produção de identidades através das fronteiras e contatos em África (Poutignat, 2011, p. 33), entretanto “as sociedades se pensam a partir dos instrumentos que lhes são próprios” (Certeau, 2013, p. 65).

Esses laboratórios de experimentação epistemológica que trabalham com o limite do pensável, do universal podem possibilitar que nas pesquisas sobre o tempo presente sejam diminuídas a distância do deslocamento do aparelho (Certeau, 2013). Dessa maneira, o reggae como um marcador da experiência social coletiva dos maranhenses nos séculos XX e XXI aponta para os processos de *bricoleur* (Certeau, 1994, p. 52) existentes nos grupos sociais que dele se apropriaram, (re)construindo seu cotidiano: os negros como forma de resistência ao racismo estrutural, a classe média universitária como *underground* na sua revolta anticapitalista e o Estado ao tomar para si o título de São Luís como “Jamaica Brasileira”.

Apesar de todo esse processo de ‘jamaicanização’ do Maranhão não se pode falar de um reconhecimento político, social e econômico efetivo da população afrodescendente que vive no estado como sujeito de direitos, assim, falar sobre o reggae é introduzir no futuro uma educação étnico-racial que reforce a formação de identidades negras longe das imagens da escravidão, de lugares comuns, mas abordar como existe uma multiplicidade de formas de ser afrodescendentes no fluxo no Atlântico Negro (Gilroy, 2001, p. 163).

A capilarização do reggae na sociedade maranhense

A pesquisa histórica é essencial na construção do conhecimento, entretanto não se deve trazer essa assertiva através do passado pelo passado, mas deve seguir a produção de sentidos que corrijam as carências de orientação no presente (Rüsen, 2010, p. 35).

Na historiografia maranhense existe uma preponderância de trabalhos e pesquisas em torno do período colonial e imperial e, quando se referem ao período Republicano geralmente se limitam

aos estudos em torno do sarneíssmo (Barros et al, 2015, p. 15), o que aponta para uma limitação acerca da multiplicidade das perspectivas em história, já no repertório acadêmico produzido sobre as performances afrodiaspóricas (Mendonça Júnior; Ferretti, 2011, p. 21) que foram construídos através das experiências e territorialidades (Haesbaert, 2001, pp. 95-96) desses grupos há o domínio de categorias como ‘tradição’ (Abreu, 2009, p. 112) quando procura remeter a uma dita ‘autenticidade africana’ o que garantiria a legitimidade dessas manifestações.

O conhecimento histórico sendo de natureza inacabada devido à multiplicidade de perspectivas incluídas no processo de pesquisa, escrita e narração pode trazer à baila novas experiências que foram geradas pelo contexto. Desse modo é possível a partir do procedimento hermenêutico, analítico, e dialético construir e interpretar as diversas experiências históricas em relação a capilarização do reggae na sociedade maranhense, tomando os indícios presentes nessas narrativas acerca das lutas antirracistas e anticapitalista que levem a formação da consciência histórica.

Por se tratar de uma narrativa, que toma os sujeitos comuns como base da construção do conhecimento histórico, pode ser uma alternativa para o entendimento de como o reggae enquanto ritmo conseguiu através de práticas ordinárias, ou seja, aquilo que está na banalidade do dia-a-dia (Certeau, 1994, p. 52) se tornou um elemento de coesão para os desterritorializados de suas cidades de origem e, com o passar de cinco décadas, torna-se um elemento de constituição da identidade maranhense.

Dessa forma, o reggae que, a princípio ‘apareceu’ nos bailes de bolero, nos momentos de lazer dos trabalhadores, será reapropriado de diferentes formas: como o “ritmo do Jimmy Cliff”, tocando no rádio, nas festas religiosas, como o Natal, festejos de santo padroeiros das cidades do interior e outras ocasiões como carnaval e ano novo.

Essa história muito comum a diferentes gerações de maranhenses, pode ser contada por Maria, ou Maroca, José ou Zeca, Francisco ou Chico, Maria José ou Dijé que, quando chegava

a sexta à noite tornavam-se donos e dobas do salão quando 'quebravam o reggae' e abriam espaço ao dançar.

Se tratando de um tempo não muito recuado e, com isso é possível ainda conhecer alguns dos primeiros reggaeiros do Maranhão, narrar esse processo de construção de uma identidade afrodiaspórica a partir dos signos que eles mobilizavam naquele contexto e os que mobilizam hoje e, dessa maneira conseguir acessar a dimensão da experiência histórica que constituiu o maranhense nos últimos cinquenta anos.

Representações da identidade reggae Maranhão

A reflexão sobre essa brecha entre o passado tal como ele teria sido e a explicação histórica que o sustenta (Chartier, 2009, p. 12) foi essencial na produção do conhecimento histórico que fizesse ver as formas como os sujeitos históricos produziam o mundo e quais as condições que sustentavam essas sociedades (Chartier, 2009, p. 31).

Essas significações atribuídas pelos sujeitos aos fenômenos, gestos ou condutas de qualquer natureza (política, econômica, social) são responsáveis pela configuração que elas possuem nos contextos de onde provém, inclusive os textos. Estes não existem fora das vozes, objetos que os transmitem, assim como as formas em que são ouvidos, lidos ou vistos e fazem parte da construção de suas redes de significados (Chartier, 2009, p. 37).

A realidade do social não é construída fora dessa, mas a partir de construções simbólicas e linguísticas que se situam dentro de uma ordem discursiva reafirmando interesses sociais (Chartier, 2009, pp. 47-48). As representações trazem em si objetivos e posições que descrevem as sociedades tal como os sujeitos pensam que ela *é/era* ou como gostariam que ela fosse (Chartier, 2002, p. 19).

Essas representações podem ser múltiplas devido aos embates existentes entre os grupos sociais para a construção dessas significações (seja de forma coletiva ou individual) que serão ocupadas nas narrativas tidas como oficiais/públicas, os alicerces da fabricação do cotidiano das identidades (Chartier, 2002, p. 23).

Nesse sentido, o que chamo de experiência Reggae Maranhão está para além de apenas ouvir uma música: ela é representada de várias formas pelos sujeitos históricos que a compartilham, no caso os regueiros e as regueiras, então são necessárias identificar as características que podem vir a demarcar as performatividades (Olivar, 2015, p. 151) de gênero, raça e classe construídas nesse processo.

Nesse escopo, estão as formas estéticas pelas quais a experiência Reggae Maranhão produz os espaços urbanos, nas quais não se expressa apenas nos momentos de lazer, mas também estão alijadas nas atividades laborais que os regueiros exercem, assim, é possível identifica-los, já que portam camisetas das radiolas² que seguem ou de cantores, de festas que marcam o calendário reggae maranhão.

Essas representações demarcam a preferência por este estilo musical, mas que não pode ser definido apenas dessa forma, assim, os regueiros representam a si mesmos através de adornos, insígnias, marcando cotidianamente a sua existência, o seu trabalho reafirmando essa identidade: Vejamos as imagens abaixo:

² Conjunto de aparelhagem de som composta por diferentes caixas de som, que são organizadas em forma de paredão, semelhantes aos *sound systems* jamaicanos.

Imagem 01: Carrinho de água de coco (São Luís)



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Imagem 02: Caminhão com símbolo de Radiola (São Luís-MA)



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Imagem 03: Oficina mecânica (Rosário- MA)



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Imagem 04: Caminhão com estrutura de radiola (Rosário- MA)



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Imagem 05: Mercado e Bar
(Povoado São Simão, Rosário- MA)



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Imagem 06: Barraca de verduras e Bar
(Povoado São Simão Rosário- MA)



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Os registros de imagens foram realizados a partir da análise da pesquisadora em momentos do cotidiano, no qual comecei a perceber essas diferentes formas estéticas pelos locais em que circulava. As imagens 01 e 02 são da capital, São Luís, em que os trabalhadores e seu trabalho registrados nas fontes são diferentes: na primeira foto, está atrelada ao turismo na área do Centro Histórico e, na segunda é um caminhão de mudança estacionado em frente ao prédio que eu morava.

Ainda falando da imagem 01, vemos a imagem de Bob Marley impressa no carrinho de água coco, demonstrando a preferência da regueira trabalhadora por esse cantor e, é importante ressaltar, que na capital ele é um artista muito admirado. Por isso, todo mês de fevereiro são realizadas diferentes festas em sua memória pela cidade: em 2015, haviam várias programações previstas para o fim de semana em que se rememora o aniversário deste:

Se estivesse vivo o maior ícone do reggae mundial, Bob Marley, completaria 70 anos no dia 6 de fevereiro.

Em São Luís a data não é esquecida e várias casas especializadas em reggae estão programando para esta semana várias homenagens para relembrar o legado do artista que morreu em 1981 em Miami, aos 36 anos.

A partir desta quinta-feira, o público poderá escolher a programação em locais conhecidos e de fácil acesso, confira abaixo o roteiro das festas:

Quinta: Bob Marley 70 anos – Local: Bar do Nelson, Avenida Litorânea, Calhau.

Atrações: Leonardo Scartey e Cássio Maluvem. A partir das 21h:30.

Sexta: Homenagem a Bob Marley – Local: Túnel do Tempo – Madre Deus.

Atrações: Natty Nayfson, Celson Júnior e Ademar Danilo. A partir das 21h:00

Sexta: Marley 70 anos – Local: Porto da Gabi – Aterro do Bacanga.

Atrações: James Brown, Túlio Jamaica, Dudu, Rádio Zion (Marcos Vinícios e Joaquim Zion) e Gerson da Conceição & Banda. A partir das 21h:00.

Sábado: Homenagem a Bob Marley – Local: Bar do Nelson – Avenida Litorânea, Calhau.

Atrações: Vagner Roots, Gilton Black e Gerson da Conceição & Banda. A partir das 21h:30

Domingo: Bob Marley 70 anos – Local: Chama Maré, Ponta da Areia.

Atrações: Ademar Danilo e Neto Miller. A partir das 16h.

Domingo: Homenagem na festa Virada de Disco (ano III). Local: Porto Seguro, Avenida Beira Mar, Centro (ao lado do Mercado do Peixe).

Atrações: Mega Vibes (DJ Waldiney e Henrique Chaves) e Hot Fire (Reinaldson e Tony Vinícios). A partir das 17h (Blog O Estado, 2015).

Como visto, são muitas festas concentradas em poucos dias, quinta a domingo, em diferentes locais da cidade, que vão da periferia (bairro Madre Deus, Porto da Gabi, Centro) como em regiões consideradas nobres e turísticas (Bairro Ponta da Areia e Calhau). Predominam essas festas os *djs* e as radiolas, pois, as bandas de reggae não agradam ao grande público e, é importante ressaltar que não haviam no período dessas festas, muitas mulheres *djs*.

Na imagem 02, o símbolo de radiola que está na parte de cima do caminhão é da Radiola Dinamite Tropical, que possui suas atividades desde o ano 2012 e, por isso já tem fãs e fiéis seguidores, como é típico aqui no Maranhão: quando se é fã de uma radiola, a segue pelas festas onde está e usa as insígnias (bonés, camisetas) para demonstrar essa preferência. Nesse caso, é um adesivo que

representa a identificação do dono do caminhão com a radiola, esta que costuma tocar em São Luís e cidades da região metropolitana.

Já as outras imagens, foram registradas na cidade de Rosário, que fica a 65 km (sessenta e cinco quilômetros) de São Luís, sendo parte da região metropolitana. Essa observação foi possível, devido à pesquisadora trabalhar na cidade como servidora do município e, perceber desde 2020, uma expressão do reggae muito forte nessa cidade e, com formas bem específicas.

Nas imagens 03 e 04, temos uma oficina mecânica que é localizada no centro da cidade, zona nobre e, chamou-me atenção as cores do reggae na fachada e, por isso fui indagar os moradores para saber se o dono é regueiro, fato que foi confirmado. Em outro momento, passando pela oficina, deparei-me com o caminhão que está na imagem 04, pois, ele tem uma estrutura de radiola, com caixas de som agudas e graves – essenciais na batida do reggae maranhense.

Ao indagar meus conhecidos, eles me relataram que o caminhão também pertence ao dono da oficina e, ainda expuseram que ele se confronta com a igreja evangélica localizada a cerca de 200 metros, ligando a caixa de som durante o culto, principalmente porque sua irmã é evangélica e, não gosta do fato dele ser regueiro. Aqui, vemos uma representação do trabalhador regueiro onde há o embate com pessoas e outras formas de vida que tentam invalidar a experiência social reafirmada todos os dias.

Considerarei esses relatos tão importantes, que entrevistarei o aqui chamado senhor Júnior nesse ano, a fim de compreender mais essa dinâmica e essas relações, já que na cidade de Rosário existe uma predominância do protestantismo em suas diferentes denominações tentando moldar os comportamentos sociais.

As imagens 05 e 06 são de estabelecimentos comerciais localizados no povoado em que trabalho, São Simão. Essa comunidade é remanescente de quilombo e, o reggae aparece associado à identidade afrodiaspórica desse grupo, reconhecida pelos adultos e idosos através do reggae roots e, os jovens e crianças pelo reggae digital. Esses dois estabelecimentos realizam funções sociais de

abastecimento: mercado e frutaria/verdureria, mas também são locais de diversão, já que comercializam bebidas alcoólicas.

Na imagem 05, temos a predominância das cores do reggae e, acima temos um emblema circular ao fundo com a bandeira da Jamaica e, na frente parecem ramos de oliveira. A composição feita pelo pintor, parece remeter à elementos do rastafarianismo³. Na imagem 06, também temos a predominância das cores do reggae, porém os moradores desconhecem o significado por trás, que remete à bandeira da Etiópia e à descendência de Hailé Selassié⁴.

Eles utilizam essas referências por conta do ritmo reggae e, um evento importante é que todos os anos esses dois estabelecimentos realizam a pintura ao fim do ano e, alteram a fachada em sua ordem cor e dos elementos representados nelas, portanto outra representação já foi elaborada por esses trabalhadores regueiros ao final de 2023.

Tendo em vista as imagens apresentadas, pode-se concluir que as representações que os regueiros e regueiras constroem no Maranhão podem ser variadas, desde pequenos detalhes até figuras e pinturas maiores, o importante é performar o reggae em outros momentos, que não estão somente associados ao lazer, assim, este é constituinte de uma experiência coletiva singular, assim, os maranhenses constroem o seu cotidiano com base na experiência reggae.

Assim, ao promover estes questionamentos que desnaturalizam e dessencializam as narrativas construídas pelos sujeitos e os grupos acerca da experiência Reggae Maranhão é possível investigar quais são as performatividades existentes dentro desse processo que são responsáveis pela estruturação das vivências, sendo possível dar a ver as formas territoriais e polifônicas construídas pelos sujeitos em seu tempo social (Barros,

³ Religião judaico-cristã afrocentrica que surgiu na Jamaica nos anos de 1930 que toma o rei da Etiópia, Haile Selassie I como a reencarnação de Jesus ou a representação de Deus.

⁴ Nascido Tafari Makonnen, elevado à Ras (rei) Tafari foi regente da Etiópia de 1916 a 1930 e imperador de 1930 a 1974.

2018, p. 17), bem como compreender as performatividades da governamentalidade de repressão e promoção no que seria o reggae no Maranhão (Olivar, 2015, p. 168) por parte do Estado.

Considerações Finais

O Estado do Maranhão possui uma projeção nacional e internacional no tocante ao reggae, de forma que a capital São Luís, ao ser reconhecida como Jamaica Brasileira, recebe muitos turistas a fim de conhecerem como é a experiência Reggae Maranhão, entretanto é preciso ressaltar que o processo de capilarização do ritmo ao longo dos cinquenta anos que foi introduzido no estado, também está em outros espaços, o interior (Continente), e se performa de outras maneiras.

A experiência Reggae Maranhão foi construída ao longo de cinco décadas entre os deslocamentos sazonais realizados pelos maranhenses, entre o interior (continente) e a capital (Ilha de São Luís). *A priori*, fruto do processo de expulsão de suas terras de origem e, depois das teias migratórias construídas daqueles que vão trabalhar/estudar fora de sua cidade natal, mas sempre voltam ao município de origem.

Esse processo de desterritorialização permitiu o desenvolvimento de outras práticas ordinárias, entre elas, o reggae foi inserido e se tornou um repertório de reconstrução de identidades afrodiaspóricas e ao longo desse processo permitiu a construção da identidade estadual, assim, uma 'pedra' (reggae muito bom), como o Melô de Rosimeire (That's What Love Will Do) de Gregory Isaacs ou o melô de Carla Cíntia (Always Remember Us This Way) de Lady Gaga pode nos transportar à infância, adolescência e vida adulta em algum bairro de São Luís, em cidades do continente como Bacabal, Viana, Tutóia, Cururupu e povoados..., para além de apenas um ritmo, a experiência reggae Maranhão está presente no cotidiano do regueiro, por isso, alguns deles fazer questão de deixar isso explícito em seu labor diário: as

positives vibrations são essenciais na construção do cotidiano maranhense.

Referências

- AMSELLE, Jean Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. *In: No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. AMSELLE, Jean Louop; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. (Coleção África e os Africanos).
- BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: UEMA, 2006.
- BARROS, A. Evaldo A. O Pantheon encantado: sujeitos, culturas e questão racial no processo de formação de identidade maranhense. *In: Antonio Evaldo Almeida Barros; Cidinalva Silva Câmara Neris; Reinaldo dos Santos Barroso Júnior; Tatiane Silva Sales; Viviane de Oliveira Barbosa; Wheriston Silva Neris. (Org.). Histórias do Maranhão em Tempos de República*. 1ed. São Paulo/São Luís: Paco Editorial/EDUFMA, 2015, v. 1, p. 21-47.
- BARROS, José D' Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Algés, PO: DIFEL, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _. **A escrita da História**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- COSTA, W. C. da. Do Maranhão Novo ao Novo Tempo: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. *In: Barros, Antonio Evaldo Almeida; Neris, Cidinalva Silva Câmara; Barroso Júnior, Reinaldo dos Santos; Barbosa, Viviane de Oliveira; Sales, Tatiane da Silva; Neris, Wheriston Silva. (Org.). Histórias do Maranhão em Tempos de República*. 1ed. São Luís/MA; Jundiaí/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015, v. 1, p. 189-235.

FREIRE, Karla Cristina Ferro. **Que reggae é esse que jamaicanizou a “Atenas brasileira”?** Dissertação (Mestrado em Ciências sociais). Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, São Luís (MA), 2010.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.** São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX encontro da ANPUR.** Volume 03, Rio de Janeiro, ANPUR.

MENDONÇA JÚNIOR, Heriverto Nunes; FERRETTI, Sérgio Figueredo. “Mina lassaô”: a performance ritual de dois terreiros de mina, em São Luís-MA. **Cadernos de Pesquisa.** São Luís, v. 18, n. 2, maio/ago. 2011, pp. 20-26.

O IMPARCIAL. **Terminal Rodoviário lotado na véspera do feriado.** Disponível em <https://oimparcial.com.br/noticias/2017/12/terminal-rodoviario-lotado-na-vespera-do-feriado/>. Acesso em 05/03/2020.

OLIVAR, J.M.N. . Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira através das políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. **Ambivalências**, v. 3, p. 149-182, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral: velhas questões, novos desafios.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 169-186.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Luta por Moradia e Condicionantes Necessários: História, agentes e organização popular ludovicense entre as décadas de 1970 e 1980. *In:* BARROS, A.E.A.; NERIS, C.S.C.; BARROSO JÚNIOR, R.S.; SALES, T.S.; BARBOSA. V.O.; NERIS, W.S. (Org.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República.** 1ª ed. Jundiaí- SP: Edufma; Paco Editorial, 2015, v. v1, pp. 353-380.

POUTIGNAT, Phillipe. **Teorias da etnicidade**: seguido por grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 2011

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**: teoria da história II: princípios da pesquisa histórica. Brasília. UNB, 2010.

São Luís prepara comemorações aos 70 anos de Bob Marley.

Disponível em: <<<https://www.blogsoestado.com/reggaepoint/2015/02/04/sao-luis-prepara-comemoracoes-aos-70-anos-de-bob-marley/>>>. Acesso em 22/02/2024 às 17:59.

TRIBO DE JAH. **Regueiros Guerreiros**. Formato Vinyl, LP, Album, Brasil, 1992.

CAPÍTULO 6

Lucas! Afinal quem és? Disputas pela narrativa histórica e memória do escravizado Lucas da Feira em feira de santana ao longo do século XX

Jaqueline Viera Nascimento¹

Resumo: Lucas Evangelista dos Santos nasceu (1807) na fazenda Saco do limão, freguesia de São José das Itapororocas, sendo filho de escravizados, Lucas viveu sua infância servindo ao Padre José Alves Franco, em um contexto onde a escravidão e as constantes fugas da fazenda se misturavam ao seu cotidiano. Por volta de 1828, fugiu por definitivo, formando, posteriormente, um bando, do qual tornou-se líder, quando passou a ser conhecido por Lucas da Feira. O bando de Lucas começou a ganhar visibilidade na região de Feira de Santana, sendo acusado por diversas ações criminosas, desde assaltos, homicídios, à estupros, roubo, furtos e lesões corporais. Devido às diversas acusações, não demorou para que o escravizado fugido e seu grupo ganhassem fama e atraíssem olhares não só das autoridades locais, mas também do governo Imperial. Lucas e seu bando agiram por praticamente vinte anos em Feira de Santana e regiões próximas, período onde foram ofertadas recompensas para quem auxiliasse a polícia em sua captura, mas sem êxito. Somente em 1848, após a entrega de sua localização pelo seu companheiro de bando, Lucas da Feira foi capturado, posteriormente segue à sala do júri, onde foi condenado a pena de morte. Nos jornais (*Folha do Norte e o Feira Hoje*) Lucas não era da Feira, pelo contrário, aliar sua imagem a região de Feira de Santana era o que menos as autoridades locais queriam. Para eles, Lucas era o bandido, o escravo fugido que assaltava e oferecia perigo a população. Entre uma notícia e outra a respeito dos seus crimes, as

¹ Graduada (2018) e Mestre (2020) em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e-mail: jaquelinevieira425@gmail.com

construções folclóricas das histórias do bando de Lucas foram ganhando espaço na memória coletiva da população. Discutimos o contexto histórico de sua trajetória, elencando como foi desenvolvido o processo de representatividade de um homem negro escravizado, conhecido por ser um fora da lei, salteador, temido na região durante décadas, até o momento que novos discursos são formados e utilizados como aparato político, social e cultural fundamental na reconstrução imagética do indivíduo, intitulando-o como herói da resistência negra em Feira de Santana. Foram analisadas, jornais, revistas, músicas, cordéis, peça de teatro, blogs, entrevistas, literatura, entre outras produções que abordaram Lucas da Feira e como essas narrativas foram construídas e ressignificadas ao longo do tempo. Trazendo a influência do Movimento Negro no Brasil para a construção da memória heroica de Lucas da Feira. **Palavras-chave:** Lucas da Feira; memória, disputa; resistência; Feira de Santana.

Introdução

Feira de Santana é um município do interior da Bahia, considerada a segunda maior cidade do Estado, possui o mais importante entroncamento rodoviário do Norte/nordeste e exerce uma significativa influência comercial no país. Marcada por uma rica cultura, a cidade é cercada por personagens que construíram sua história e permeiam no imaginário do seu povo. Discutiremos, a seguir, a trajetória do escravizado Lucas da Feira, personagem envolto a uma história forte, com controvérsias, que, ao longo de décadas, foi alvo de debates acalorados que transitavam na dicotomia dos fatos, construindo uma narrativa mitificada ao retratarem ora como vilão, ora como um herói feirense.

Além da dicotomia existente, será analisado como o ideal de resistência foi construído, e os motivos que levaram a ressignificação e valorização da sua história. Identificando a influência dos ideais propostos pelo Movimento Negro ao longo do século XX, e como a utilização de instrumentos artísticos culturais

foram importantes para a representação de Lucas enquanto um ícone da resistência negra em Feira de Santana.

A metodologia baseou-se na análise comparativa das fontes, percebendo como os discursos proferidos sobre Lucas foram sendo apresentados, identificando e comparando as modificações ocorridas ao longo do tempo. Foram analisados exemplares de periódicos como o *Jornal Feira Hoje*, *Folha do Norte*, além de cordéis, literatura, revista em quadrinho, peça de teatro, música e blog, que retrataram a história de Lucas da Feira.

A arte é vista nesse momento como um instrumento político que, ressignifica, dissemina e cristaliza novos conceitos, como aponta Néelson Garcia: “As ações humanas se definem e se distinguem pelo fato de que são realizadas com um caráter eminentemente social, baseadas na cooperação entre diversos indivíduos”.² Entendendo as produções artísticas como práticas culturais realizadas pelos indivíduos, elas são fundamentais para entender esse processo histórico, pois expressam posicionamentos políticos e socioculturais, ao refletirem as mudanças históricas e de mentalidade vivenciadas por um povo. Os instrumentos artísticos expressam a voz e a luta de homens e mulheres em prol da ressignificação da história, reafirmando ou resistindo aos discursos preestabelecidos.

Lucas, afinal quem és?

Em uma sexta-feira, 30 de novembro de 2007 o *BlogDemais* publicou uma matéria intitulada “*Feira pode viver sem o busto de Lucas*”³, em suas linhas é destacado: “*Busto para Lucas. A idéia só pode ser coisa de um gozador ou de quem desconhece - ou não a conhece bem -*

² Cf. GARCIA, Nelson, Jahar. Propaganda: **Ideologia e Manipulação**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/manipulacao.html>> Acesso em: 30/11/2023.

³ CRUZ, Batista. Feira pode viver sem o busto de Lucas. **Blog Demais**, 2007. Disponível em: <http://oliveiradimas.blogspot.com.br/2007/11/feira-pode-viver-sem-o-busto-de-lucas.html>. Acesso 05 nov. 2023

a história deste larápio e assassino que apavorou a região no século XIX. Ele não tem nada de herói.” O jornalista Batista Cruz segue o texto reafirmando a sua indignação e contrariedade a possibilidade de existir homenagens a Lucas da Feira na cidade:

Homenageiam-se as pessoas pelas coisas boas que elas fizeram - pelo menos a parte oficial. Lucas, pelo que se sabe, não fez nada de bom (pelo menos no sentido 'bom' da palavra). Muito pelo contrário. Apavorou por décadas os feirenses ou quem passava por terras locais. Roubava, saqueava e às vezes matava - pelo menos é que se conta. Existem histórias de estupro.

O protesto referido pelo jornalista resulta de um projeto apresentado pelo vereador Marialvo Barreto (PT) à Câmara dos Deputados de Feira de Santana, com o intuito de ser construído um busto em homenagem ao escravizado Lucas da Feira. A sugestão não foi bem recebida pelos demais e pôde ser vista na fala de Cruz os motivos para a sua negação. Mas afinal, quem foi Lucas da Feira? E porque a sua imagem causou uma disputa de narrativas envolta a polêmicas, ao longo de séculos na região de Feira de Santana?

Antes de se tornar a vila de Sant'Anna, as terras que hoje compõem Feira de Santana pertenceram a família Viegas. O sesmeiro João Peixoto Viegas era um judeu, que se converteu ao catolicismo e por volta de 1616 saiu de Salvador e veio para o interior da Bahia em busca de novas terras. Chegando à região conhecida como Itaporocas, Viegas se instalou e construiu sua fazenda, que aos poucos foi crescendo e conquistando mais terras, até que em 1659 ele vem a falecer e sua família vende a maior parte de suas propriedades. Posteriormente o casal Domingos Barbosa e Ana Brandoa, compraram uma parte dessa terra e construíram o que depois se tornaria vila de Sant'Anna.⁴

A presença de escravizados na região de Feira de Santana se deu desde a época de Peixoto Viegas, (século XVII), que segundo Luiz Freire, trouxe para a região uma boa quantidade de escravos

⁴ ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. **Origens e povoamento de Feira de Santana:** um estudo de história colonial, 1990, 165f, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

e gado. Já em 1835, o autor destaca que os escravizados representavam cerca de 30,2% da população local.⁵ E foi na fazenda Saco de Limão, de propriedade do Padre José Alves Franco, que em 18 de outubro de 1807 nasceu Lucas Evangelista dos Santos. Filho dos escravizados Inácio e Maria, ambos de origem gêges, ambos pertencentes a senhora Ana Pereira do Lago, a tia e madrinha de Franco, por quem teria herdado os escravizados e a fazenda. Essa teria sido onde Lucas passou sua infância e trabalhou nas atividades do campo, lavoura e carpintaria.

Os cativos trabalhavam exaustivamente e recebiam uma alimentação inadequada à sua subsistência, além dos maus tratos contínuos, comuns à situação escrava. Isto aguçava ainda mais o estado de rebeldia do cativo.⁶

De acordo com Zélia Lima, apesar do contexto de vida de Lucas ter sido pautado na subserviência, ele não foi considerado um “escravizado dócil”, desde criança mostrava rebeldia ao fugir diversas vezes da fazenda onde nascera, custando aceitar sua condição escravizada. As condições de vida precárias, a exploração do trabalho, os maus-tratos aliado a privação da liberdade, foram alguns dos principais motivos que contribuíram para as rebeliões escravas no período colonial. Vale ressaltar que durante todo o período escravocrata o povo preto resistiu à condição imposta.⁷ Essa resistência assumiu variadas formas: como negociações, levantes/revoltas, até homicídios dos senhores, fugas, dentre outras formas. Com tais artifícios os escravizados procuraram se libertar da dominação e, com isso, constituíram um dos principais fatores para a abolição da escravatura. A busca por melhores condições de vida tornava as fugas de cativos recorrentes em várias regiões do

⁵ FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana 1850-1888.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. p.72

⁶ LIMA, Zélia Jesus de. **Lucas Evangelista: o Lucas da Feira: estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana 1807-1849.** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, 1990. p.160

⁷ Ibid. p. 131-132.

país. Muitos deles formaram grupos e constituíram um novo sistema de relação social, que ficou conhecido como aquilombamentos.

Em Feira de Santana houve vários casos de denúncias contra escravizados fugidos no período entre 1828 e 1843, sendo que, a maioria dos casos estavam relacionados a acusações de assaltos, saques e homicídios. Os bandos, assim chamados pela população e pelas autoridades da época, eram colocados como causadores de transtornos à sociedade.

O sistema escravista gerou um processo de animalização dos homens e mulheres escravizados, desde o momento que eram capturados em África e marcados a ferro, como gado, e transformado em propriedade. Entendendo o status mercadológico que foi delegado a eles, ao abandonarem o cativeiro, eram automaticamente impostos a ilegalidade, considerados fugitivos, e criminosos. Jacob Gorender destaca que: “O primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atentado contra o senhor à fuga do cativeiro.”⁸

É importante compreendermos que o processo de animalização dos negros escravizados perdurou no imaginário social. A exemplo, temos o livro do poeta Sabino de Campos, intitulada Lucas o ‘Demônio Negro (1957)’.⁹ O autor abordou aspectos da trajetória de Lucas, trazendo adjetivos como demônio, besta fera, para se referir a história do escravizado. Elaine Costa, ao analisar a obra, reiterou que o preconceito referido a Lucas vinha da influência cristã e da rejeição à cultura e à religiosidade de matrizes africanas. A Igreja católica, por muito tempo considerou os negros escravizados como sujeitos “sem alma”, reafirmando o caráter animalesco, e ao adjetivar Lucas nessa perspectiva, Campos fez transparecer um pensamento enraizado da moralidade entre

⁸ GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. Expressão Popular: Perseu Abramo, 6 ed. São Paulo, 2016. p.98.

⁹ CAMPOS, Sabino de. **Lucas o demônio negro**. Romance folclórico baiano. Rio de Janeiro, 1957. Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses (MCS/CENEF)

bem e mau, e que a vida de maldades e crimes o atrelava a uma fera, ou um demônio.¹⁰

Lucas fugiu da fazenda por volta dos 21 anos de idade e montou um grupo com outros escravizados que seguiram o mesmo destino. Se tornou líder, e passou a ser conhecido por Lucas da Feira. O bando de Lucas foi acusado por diversas ações criminosas na região, desde assaltos a tropeiros, saques, homicídios, estupros, roubo, furtos e lesões corporais. Não demorou para que atraíssem olhares não só das autoridades locais, mas também do Governo Imperial.

A mitificação da figura de Lucas deve ser entendida, no contexto da década de 1840, quando eclodiram diversas revoltas escravistas e federalistas, a exemplo da Sabinada. De acordo com Igor Santos, essas revoltas ganharam as páginas dos jornais na época, causando frisson em meio às autoridades. Após a Sabinada o Governo tinha como objetivo pôr fim às revoltas federalistas e desestabilizar as revoltas escravistas, a repressão foi intensificada e na imprensa era fortalecido esse discurso, com o pedido de punição dos considerados “espírito de partido”¹¹, onde suas cabeças eram postas a prêmio. Todos os homens e mulheres que propusessem um discurso ou ações que fossem de contra a ordem vigente eram considerados rebeldes e desordeiros.¹²

Através da fama vilanesca que o bando de Lucas passou a adquirir na imprensa, as autoridades foram pressionadas a capturar o grupo. Santos observa: “Um crioulo aterrorizando os caminhos das mercadorias, nas fronteiras do sertão para o recôncavo, não era bom sinal de ordem”.¹³ Seu grupo ganhou

¹⁰ COSTA, Elaine de Jesus. **Lucas da Feira e os demônios da representação**. Monografia (Licenciatura em História) Universidade Estadual de Feira de Santana. 2015. p. 62

¹¹ De acordo com o autor esse termo é a tradução para “divisionistas incitadores de desordem”. CF. SANTOS, Igor Gomes. **A ordem heterogênea: crime e criminalização de “comunidades volantes” na formação da nação, Bahia (1822-1853)**. 2017, 345f. Tese (Doutorado em História Social Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017, P.269.

¹² SANTOS, 2017, pdf. p. 268 - 269

¹³ Ibid, p.269

visibilidade em toda província nos anos de 1840, Lucas era um dos salteadores mais procurados da região, cuja fama ganhou status nacional. O autor defende ainda, que a imagem tão incisiva de criminalidade proferida a Lucas estaria relacionada mais com os discursos construídos pela imprensa e autoridades locais, do que pelos seus próprios atos. Lucas de fato era um salteador, porém a imagem exacerbada sobre os seus feitos, produzida pela sociedade da época, influenciou na construção do estigma de facínora e na propagação do mito.¹⁴

Estima-se que Lucas e seu bando agiram por cerca de vinte anos em Feira de Santana e regiões próximas, período em que foram oferecidas recompensas para quem auxiliasse a polícia em sua captura. Porém sem êxito. Sua fama percorreu entre crimes cometidos e alguns atribuídos a ele sem nem ao mesmo terem sido de sua autoria. Por onde passasse ouvia-se histórias sobre Lucas O Salteador.¹⁵ Santos informa que na imprensa local fazia um esforço em desvincular Lucas à cidade de Feira de Santana. Para eles, Lucas era o bandido, o escravo fugido que assaltava e oferecia perigo à população.

Por anos, mesmo após a morte de Lucas, a imprensa feirense se encarregou de divulgar sua imagética vilanesca. Jornalistas como Arnold Silva e Hugo Silva, escreveram diversos textos que traziam à tona seus crimes, destacando o risco que ofereceu à sociedade.¹⁶ Em 1922 o jornal Folha do Norte apresentou uma matéria que destacava a indignação em atrelar a imagem de Lucas a Feira de Santana:

¹⁴ SANTOS, 2017, p. 269 - 275.

¹⁵ O jornal O Município, no ano de 1892 traz algumas reportagens intituladas “Lucas o Salteador” onde abordam partes do interrogatório feito à Lucas. Nas páginas há acusações de delitos e algumas confirmações do acusado. O jornal encontra-se no Arquivo do Museu Casa do Sertão.

¹⁶ NASCIMENTO, Jaqueline Vieira. “Lucas, porque te chamam de ladrão?”: a **construção identitária de ícone de resistência negra na figura de Lucas da Feira em Feira de Santana no século XX**. Universidade Estadual de Feira de Santana (Monografia). Feira de Santana, 2018.

Nas vésperas de meado do século passado residiu neste município um preto degenerado que se chamou Lucas. Aqui organizou a sua quadrilha; aqui cometeu um grande número de hediondos crimes; [...] E a nossa mui querida Feira, que pelos levianos, insensatos e invejosos, seus inimigos, muitas vezes, têm sido apontada como a ‘terra de Lucas’ para deste modo, deprimirem ou magoarem os que se sentem felizes por terem nascido nesta ‘Princesa do Sertão’ berço do santo padre Ovídio; sim, a nossa querida Feira soube cumprir com seus deveres de absoluta justiça, punindo, com todos os rigores da lei, aqueles detestáveis malfeitores.¹⁷

Havia um esforço da imprensa e dos governantes em estabelecer um ideário de ordem e urbanização, atrelar Lucas a Feira de Santana era atrapalhar os propósitos modernizantes para a cidade.

Entre o ano de 1937 e 1953, no Jornal Folha do Norte, em sua Coluna da Vida Feirense, foram publicadas cerca de 150 matérias sobre Lucas, escritas pelo jornalista Arnold Silva. Elas reforçavam a imagem marginalizada e violenta do escravizado. Clovis Oliveira, ao analisar a postura do jornalista, destacou:

A atividade historiadora do ex-intendente evidenciava uma disputa pela memória, na qual era desenvolvido um trabalho, no sentido de estender a condenação do rebelde, pela eternidade, tornando a existência pós morte um extenso flagelo. Como prometeu, Lucas deveria ser acorrentado aos pés do Panteão feirense, para sofrer cotidianamente, depois de morto, todas as torturas que evitara com o gesto de fuga.¹⁸

Em 1972, Hugo Silva dá continuidade ao discurso negativo acerca de Lucas. O jornalista escreve matérias como: “*Os crimes de Lucas da Feira*”, “*Histórias de Lucas*” e “*Outras histórias de Lucas*”, e destaca: “*Lucas Evangelista, Lucas da Feira, ladrão, assassino, estuprador, negro fugido, foi um dos maiores bandidos do Brasil.*”¹⁹ Entre

¹⁷ A JUSTIÇA na Feira. **Folha do Norte**. Feira de Santana. 5 de ag., 1922, p. 2. Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses (MCS/CENEF)

¹⁸ OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. “**Canções da cidade amanhecente**”: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Tese de doutorado, UNB, Brasília, 2011. p. 164.

¹⁹ SILVA, Hugo. Outras histórias de Lucas. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 26 ago. 1972. Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses (MCS/CENEF)

uma notícia e outra a respeito dos seus crimes, as construções folclóricas das histórias do bando de Lucas foram ganhando espaço na memória coletiva da população. Lucas matava, roubava nas estradas, violentava donzelas. Essas foram algumas das histórias que através da oralidade rondavam o imaginário da sociedade feirense, essas e outras foram fundamentais para a popularização de Lucas e a mitificação de sua imagem.²⁰

Gorender especifica o conceito de *sujeito de delito* e *objeto de delito* ao apontar que a categoria dos escravizados estava envolta a sua condição de propriedade animalizada e sua transformação em homem se dava quando ele cometia um crime. O autor defende que ao: “reconhecer a responsabilidade penal dos escravos, a sociedade escravista os reconhecia como homens: além de incluí-los no direito das coisas, submetia-os à legislação penal”²¹ Utilizando as reflexões de Gorender, podemos defender a ideia de que Lucas da Feira, o “Demônio Negro”, teve o reconhecimento de sua humanidade através da vida de criminalidades, que ao longo do tempo também foi utilizada para condená-lo a desumanização novamente.

Mais de vinte anos passaram desde a fuga de Lucas da fazenda Saco do Limão, durante esse período o mesmo foi protagonista em uma história de vida cercada de conflitos sociais típicos de uma sociedade escravista. Somente em 1848, após a entrega de sua localização pelo seu ex-companheiro de bando, Cazumbá, que organizou uma emboscada, Lucas da Feira foi capturado, teve seu braço amputado, graças ao agravamento do ferimento causado pelo tiro que levou no momento de sua captura. Posteriormente seguiu à sala do júri, onde foi condenado a pena de morte e enforcado em praça pública.

²⁰ Cf. SILVA, Alberto. Lucas da Feira. **Revista IGHBA**, 1949. p.185 até 191. Pasta de Lucas- Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses (MCS/CENEF).

²¹ GORENDER, 2016, p. 98

Eu sou a consciência da feira, a justiça de Santana!

A memória acerca de Lucas da Feira foi sendo construída, reafirma e ressignificada, para Jacque Le Goff: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, [...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é um instrumento um objeto de poder.”²² Partindo da ideia de poder, podemos afirmar que a memória coletiva de Lucas assumiu interesses políticos e ideológicos ao longo do século.

Concomitante ao conceito de memória, o conceito de representação cunhado por Chartier contribuiu para o entendimento dessa dinâmica, ao concluir: “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”²³, os indivíduos constroem imagens sobre suas vivências a partir das influências às quais estão submetidos, expressando e afirmando essa representação ao levar em conta as necessidades vigentes.

Nessa perspectiva que a representação imagética de Lucas da Feira, aos pouco vai sendo ressignificada. Graças ao crescimento de grupos do Movimento Negro as discussões em torno do regime escravista no país, as consequências sócio culturais e o racismo vão sendo problematizadas, gerando um novo olhar e ressignificando pautas anteriormente colocadas a margem. Os debates e novos estudos revelam a outra face da formação nacional, que foi constituída pela inferiorização do povo preto. Essas questões trazidas pelas lutas políticas do Movimento Negro no país, serviram de base e influenciaram pensamentos releituras e produções referentes a cultura afro-brasileira e os indivíduos que a compõe.²⁴

²² LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994. p.476.

²³ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17 – 23.

²⁴ Cf. NASCIMENTO, 2018.

Através das lutas políticas desenvolvidas pelo Movimento Negro, como Grupo Palmares (1971), Movimento Negro Unificado (1978), que defendiam a ressignificação, o resgate da memória, cultura e importância da história do negro no país. Esse discurso ganhou força ao longo do tempo, sendo uma importante ferramenta no combate ao racismo e na busca por melhorias de vida para a sociedade negra, seja na esfera econômica, educacional ou de busca por identidade. As organizações lutaram para colocar o negro em destaque, evidenciando os agravantes advindos da escravidão, desmitificando análises mais tradicionais que colocavam o sistema colonial escravista em uma vertente paternalista, mas agora afirmando como esse sistema foi prejudicial, colocando-os à margem da sociedade. É através desse debate que pôde ser visto novos estudos historiográficos que destacavam o caráter violento do sistema escravista e suas consequências nocivas. Autores como Clóvis Moura, Eduardo Silva, Katia Matoso e principalmente João José Reis, que na década de 1970 e 1980 trouxeram essa nova abordagem crítica do sistema escravista.

Através dessas mudanças, podemos analisar que os discursos produzidos acerca de Lucas da Feira também começaram a ganhar uma nova interpretação, se anteriormente sua história estava atrelada a uma imagem de vilania, a partir da década de 1980 e nas décadas porvir, outras produções e até mesmo os próprios jornais que construíram essa imagem negativa, começam a trazer uma abordagem mais amena, justificando os atos do escravizado, questionando o sistema escravista. Produções artísticas como cordéis, peças de teatro, música e Revista em quadrinho foram produzidas e a imagem de Lucas ressignificada enquanto um herói do sertão.

Analisemos um trecho do cordel "*Prisão e Morte de Lucas da Feira*" (1976)

Em um enorme Quilombo
Deu trabalho aos seus irmãos [...]
O seu exemplo de raça
Deve ter sido escutado
Pelos ouvidos de Lucas

Entre o povo escravizado
Porque não temeu o fim
Mesmo sendo enforcado

Como um zumbi irado

Lucas pode ser escória
Se é vilão ou herói
Discutam sua glória
Por isso ele tá vivo

E faz parte da memória.²⁵ (grifos do autor)

A mudança é significativa, quando Lucas é comparado a maior representação negra da história brasileira Zumbi dos Palmares, líder quilombola e uma importante figura representativa da liberdade e resistência negra. Quando um discurso é construído ele reflete intencionalidades, que aqui se apresenta enquanto símbolo de resistência negra, em um contexto nacional, onde Zumbi é eleito como representante desse conceito, e a data da sua morte como o dia a ser comemorado a Consciência Negra, portanto, é importante que Feira de Santana e os indivíduos que se sentem pertencentes a esse discurso, também elejam seus representantes e nada melhor do que um homem negro que fugiu da condição de escravizado para representar essa persona, Lucas da Feira se torna a essência do resgate identitário de um povo ou parte dele.

A identidade cultural vai se desenhando de acordo ao contexto histórico social e parte de grupos de poder que a constroem efetivamente a partir de seus interesses políticos e ideológicos. Stuart Hall defende que a identidade “perpassa pela representação de quem nós somos e como nós podemos nos representar a nós próprios” ou seja, um “efeito de poder” que é construído ao longo do tempo e perpassa pela relação entre os grupos, ele reitera que: “a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade.”²⁶

²⁵ SILVA, Jurivaldo Alves da; SILVA, Patrícia Oliveira da. **Prisão e morte de Lucas da Feira**. 1976, Feira de Santana, Ba: (s.n.), 2008. 8p. In: Museu Casa do Sertão - Universidade Estadual de Feira de Santana.

²⁶ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A, Rio de Janeiro. 2006. p.11

Em 2012 é lançada a História em Quadrinhos *Sant'Anna da Feira: Terra de Lucas*,²⁷ com autoria de Marco Franco e ilustrações por Hécio Rogério. A HQ de Lucas da Feira mostra Lucas enquanto um salvador, o estereótipo violento e maldoso, delegado à Lucas, é transformado em um aspecto justiceiro. Hécio Rogério constrói um Lucas protagonista de sua própria história, um personagem com pinceladas heroicas e traços marcantes que desperta um poderio nunca antes retratado sobre Lucas. A história apresenta o herói do quadrinho envolto a conflitos com fazendeiros, defesa da honra de mulheres negras vítimas de violência, uma análise completamente oposta aos crimes que foi condenado.

Marco Franco é um homem negro que direta ou indiretamente foi influenciado por essa nova visão do sistema escravista, para realizar sua obra foi feito pesquisas historiográficas mescladas as interpretações do autor. A HQ de Lucas foi um dos marcos da representação da imagem de Lucas enquanto um herói da resistência.

Em 2016 foi apresentado o espetáculo "*Lucas da Feira, herói ou Vilão do sertão*" Promovido pela Associação Cultural Comunitária Afro Pop Tambores Urbanos (ACCAPTU) e financiado pela Fundação Cultural da Bahia. A peça trouxe aos palcos um resumo da trajetória de Lucas e seu bando, focando em momentos mais marcantes, como seu nascimento, formação do bando e seu enforcamento. Ao longo da apresentação, haviam intervenções de dança e música que exaltavam a cultura afro-brasileira, ao passo que ia desconstruindo os estereótipos acerca da considerada vida bandoleira de Lucas. Com uma narrativa rica de estética poética, a nova imagem de Lucas ia sendo remontada para os espectadores, que se faziam questionados sobre o sistema escravista e suas consequências nocivas para os homens e mulheres negros vítimas desse processo.

²⁷ FRANCO, Marcos; ROGÉRIO, Helcio. **Sant'Anna da Feira terra de Lucas**. Feira de Santana. 2012.

O autor da peça, produtor cultural e instrumentista feirense Domingones França, em entrevista destacou:

No passado o Lucas da Feira ele teve que virar bandido pra combater o racismo, no futuro nós temos internet, temos os palcos, temos várias expressões, pra poder tentar diminuir essa coisa do racismo e mostrar o nosso lado bom, o lado bonito da coisa, do ser negro.²⁸

Em 2019 o grupo Grupo Recorte de Teatro produziu o espetáculo *“Lucas da Feira: o sujeito antes do mito”*, com direção e roteiro do historiador e dramaturgo Fernando Souza. O espetáculo foi realizado no Centro de Cultura e Arte - CUCA, nos dias 25 e 26 de outubro, seguido de uma mesa redonda denominada *“Sociedade escravista em Feira de Santana”* que contou com a presença dos doutores em História: Ione Sousa e Igor Gomes. A peça de teatro trouxe ao público uma proposta de volta ao passado, para uma Feira de Santana rural e escravagista, mostrando a trajetória de Lucas da Feira desde sua origem, ápice e morte. O cenário do espetáculo trouxe à tona debates raciais, culturais e políticos que problematizam toda uma estrutura social construída em Feira de Santana, deixando aberto ao público a responsabilidade de definir suas próprias respostas acerca de Lucas da Feira.

Em 2004 o cordelista Franklin Maxado e o músico e compositor Leguelé Marques lançaram a canção *“Lucas de Santana da Feira”*²⁹, incorporada no álbum *Vozes da Terra*. Analisemos a letra:

Lucas de Santana da Feira

Dizem que o negro tinha o corpo fechado
Mas qual escravo que não o tinha?

²⁸ FRANÇA, Domingones. Lucas da Feira Herói ou vilão? **TV Fênix Bahia**, Feira de Santana, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CXbSbVcCRNw&t=1133s>>. Acesso em: 04 jan. 2024.

²⁹ MAXADO, Franklin; MARQUES, Leguelé. Lucas de Santana da Feira. Intérprete: Leguelé Marques. In: **IV vozes da terra**. Feira de Santana –BA: Diretriz Estúdio, 2004, 1 CD, Faixa 9.

Pantera assaltante nas noites de sombras
Rico branco atacava sombra na sombra
Criastes mundo, mundo do sem-mundo
Sendo traído pela ingratidão
Cortaram teu braço, mas aí está a revolta
Enforcaram-te, mas tua voz mas viva agora assalta.
[...]
Lucas! Porque te chama de ladrão?
Se te roubaram teu pai, tua mãe;
Reduziram-te a escravo;
Te roubaram tudo: A LIBERDADE! (grifos do autor)

Nela podemos analisar indícios de uma narrativa que coloca Lucas como uma vítima da sociedade, uma voz viva no sertão baiano, seguindo na mesma trilha das produções anteriores, a canção questiona o sistema e inverte os papéis ao tirar a construção violenta relegada a Lucas e direcionando a sociedade da época, que aqui se torna os algozes que violentaram e mataram Lucas, revelando a verdadeira essência da escravidão. Um sistema impiedoso, cruel e desumano.

Vimos alguns exemplos de produções que resignificaram a imagem de Lucas da Feira, trazendo um novo olhar e elegendo-o como um representante da resistência negra em Feira de Santana. A oralidade e os instrumentos artísticos tiveram importância em delegar a Lucas esse título, e através dessas produções cristalizou o mito de um herói fora da lei, expressando o discurso e a voz de determinado grupo. O discurso enquanto produção de sentido se dá pela manifestação da linguagem materializada na ideologia que, segundo Michel Pêcheux: “Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”³⁰, a ferramenta ideológica constrói sentidos e eles não estão presentes somente nas palavras, no texto, mas em todo o contexto, na forma como é empregado, nas entrelinhas, nas condições que estão sendo produzidos e nos interesses dos sujeitos que os produzem.

³⁰ PÊCHEUX, M. 1993 apud ORLANDINI, 2005, p.17.

A trajetória de Lucas não só reflete a dualidade dos discursos, como também determina a perpetuação histórica do sujeito, que apesar de ter existido ainda no século XIX, continua vivo até os dias atuais.

Considerações finais

A história é construída através das ações de determinado indivíduo ou grupo e ela permanece viva graças a sua manutenção ao longo do tempo. Diversas maneiras são utilizadas para fazer com que tais ações sejam eternizadas, os monumentos, documentos e a oralidade são os instrumentos essenciais que garantiram à humanidade cravar seus feitos na memória e consequentemente na história. Outro aspecto importante apresentado nessa pesquisa foram os meios artísticos, produções culturais que serviram de voz e posicionamento em seu presente e ferramenta de perpetuação de um discurso no porvir.

No caso aqui apresentado, vimos a importância dos instrumentos artísticos na resignificação imagética de Lucas, a arte foi utilizada para reviver um passado, trazendo novos significados em sua contemporaneidade, garantindo, no contexto sociocultural, mudanças futuras. Músicas, cordéis, peças teatrais, jornais e literatura, desenvolveram novos discursos de contra cultura, analisando o que a séculos havia sendo propagado e cristalizado por um viés negativo e entregando novas perspectivas, carregada por problematizações históricas e reinterpretções válidas do processo histórico. A importância das lutas sociais advindas do Movimento Negro foi essencial para embasar os novos discursos, e entender esse processo é fundamental, tendo em vista que a sociedade produz sua memória de acordo com os pensamentos e poderes vigentes de cada período.

Entender a história de Lucas e apresentá-la foi fundamental para compreender esse processo de mudanças sociais, ao passo que revela como a sociedade é diversa e produz discursos distintos, partindo do contexto e mentalidade social, cada sujeito fala do seu

espaço e vivência. As produções artísticas analisadas aqui, nos trouxe a reflexão acerca do papel histórico e cultural na construção de ideologias políticas, sociais que delimitam espaços e dão voz a aspectos fundamentais da sociedade. Lucas da Feira foi o homem escravizado mais conhecido de Feira de Santana e região, porém sua história, assim como a de diversos homens e mulheres negros, esteve envolta a esteriótipos criminalizantes, gerando até os dias atuais diversas discussões que permeiam os julgamentos morais e sociais dos sujeitos feirenses. Cercado por histórias, mitos e contos populares. Seja pelo caráter racista que relegou sua imagem a um mero “escravo fugido, um salteador perigoso”, até o Herói, o mito negro sertanejo, que vestiu a liberdade como indumentária e quebrou padrões impostos por uma sociedade escravista. Lucas, através das produções culturais, permeou seu nome na memória e na história feirense.

Referências

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. **Origens e povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial**, 1990, 165f, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990

COSTA, Elaine de Jesus. **Lucas da Feira e os demônios da representação**. Monografia (Licenciatura em História) Universidade Estadual de Feira de Santana. 2015.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana 1850-1888**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

GARCIA, Nelson, Jahar. Propaganda: **Ideologia e Manipulação**.<<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/manipulacao.html>> Acesso em: 30/11/2023.

- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. Expressão Popular: Perseu Abramo, 6 ed. São Paulo, 2016.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A, Rio de Janeiro. 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- LIMA, Zélia Jesus de. **Lucas Evangelista: o Lucas da Feira: estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana 1807-1849**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, 1990.
- NASCIMENTO, Jaqueline Vieira. “Lucas, porque te chamam de ladrão?”: a **construção identitária de ícone de resistência negra na figura de Lucas da Feira em Feira de Santana no século XX**. Universidade Estadual de Feira de Santana (Monografia). Feira de Santana, 2018.
- OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memória e silenciamento em Feira de Santana, 1920-1960**. EDUFBA. Salvador. 2016.
- ORLANDINI, P. Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Pontes, 5ª ed. 2005.
- SANTOS, Igor Gomes. **A ordem heterogênea: crime e criminalização de “comunidades volantes” na formação da nação, Bahia (1822-1853)**. 2017, 345f. Tese (Doutorado em História Social Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

CAPÍTULO 7

Herança de conflito: debates sobre usos de passados controversos na América Latina

Vagner Silva Ramos Filho ¹

Resumo: Existem alguns passados controversos que desafiam o saber histórico no tempo presente. O estudo de suas sobrevidas demanda debates para que suas complexidades não sejam naturalizadas. Nesse texto, realizo discussão sobre um desses passados difíceis de lidar ao analisar a herança de conflito do passado de bandoleirismo rural na América Latina ao longo do século XX. A ideia é refletir sobre o lugar das representações de bandoleiros em memórias que são forjadas, contestadas e negociadas como elementos de identidades nacionais. Com atenção especial ao tema na Argentina, o escrito enfrenta o debate sobre uma determinada ideia de “herança do povo do deserto”, especialmente em torno do passado do “gaúcho rebelde”, como uma forma de enunciação que faz ver diferentes disputas dos sentidos do “ser nacional”. O estudo se desenrola com algumas notas de análise sobre rastros dessa herança em museus, arquivos e institutos culturais argentinos. As situações de conflito que daí emergem são pensadas a partir da tríade “memória, identidade e patrimônio”. Uma das formas instigantes de interpelar a presença desses passados na contemporaneidade.

Palavras-chave: Nação; Arquivos; Argentina; Bandoleiros; Representações

¹ Doutorando em História pela UNICAMP, com período sanduíche no Centro de Investigaciones Sociales del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas da Argentina (CIS-CONICET), especificamente em seu Programa de Investigación de “Estudios sobre Memoria”. A pesquisa conta com bolsa de estudos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP / Processo: 2019/23503-4 e 2022/14552-4).

Em uma visita ao Museu da Patagônia, na Argentina, vi um enunciado na entrada da sala temática de “História regional” que chamava atenção. O dizer que “territórios nunca estiveram desertos” figurava perto de um trecho do clássico poema “El gaucho Martín Fierro” (1872), escrita por José Hernandez. De imediato, recordei que a noção de “deserto” não apontava apenas para um espaço, mas para uma construção social e histórica, cuja genealogia discursiva remonta a formação de vários Estados nacionais na América Latina. Sobre o conceito, Fermín A. Rodriguez (2010, p. 14) comenta: “depósito sedimentário de materiales geológicos, biológicos, sociales y linguisticos cristalizados y organizados por la historia, el desierto há sido uma especie de laboratorio onírico de imágenes virtuales que no há dejado de producir todo tipo de enunciados”.

Esse laboratório intensifica seu movimento quando envolve alguns passados que costumam ser vistos como problemas para a pesquisa histórica. Em muitos casos, os dilemas que geram são sobejamente ignorados e tratados em si como menores, apenas memórias ou meros resquícios persistentes. Nessas situações, surge a necessidade de trabalhos que se comprometem a pensá-los de forma séria e pautem também “novas éticas para a historiografia”. (BEVERNAGE, 2018, p. 20-22). Os passados de fenômenos de banditismo rural na América Latina parecem ser um destes que se recusam a passar no tempo presente. Certamente se trata de passados complexos que convidam e impõem outras modalidades de se conhecer as histórias.

Os acontecimentos do ambiente rural são envolvidos por muitas reelaborações de memórias que possuem algumas lógicas recorrentes. Em contraste à cidade figurada como lugar de erudição, comunicação e luzes, o campo é apresentado como simples, atrasado e ignorante, embora às vezes também figure como lugar de inocência, virtude e valentia (WILLIAMS, 2001). “O ‘campo’ e a ‘cidade’ indicam “entonces dos estilos de vida distintos pero conectados entre sí, que tienen una historicidad densa basada en experiencias, ideas y relaciones de poder diferenciales”.

(MERENSON, GARAÑO, 2015, p. 6). Assim, é interessante pensar estes territórios como unidades imaginadas sedimentadas cujos significados são distintos dependendo da trajetória de cada um e das pessoas envolvidas em suas leituras.

O fenômeno de bandoleirismo rural talvez seja um dos mais paradigmáticos para as definições do que é arcaico e/ou moderno na virada do século XIX para o XX. Nas formações das ideias de povo por celebração ou censura, suas “imagens do passado” são construídas em jogos de lutas de poder” (JELIN, VINYES, 2021, p. 17). O antagonismo de apoio ou crítica a suas ações em vida fora da lei dita primitivo, responsável por gerar problemas para o poder estatal em suas missões de progresso, perdurou na forma de significá-lo depois de suas mortes. Por isso sugerimos que este passado tenha se configurado tanto como popular quanto impopular na sociedade, ou seja, (im)popular. Uma expressão válida para pensar diferentes tipos de figuras bandoleiras pelo mundo.

Sobre terreno de estudo polêmico, é preciso fazer, antes, alguns comentários. Vejamos alguns consensos mínimos em torno dele. O primeiro aponta como este é um fenômeno situado em várias partes do globo geralmente em momento de transição do que se chama de mundo arcaico para o moderno em que é preciso entender sistema de violência rural. O segundo sinaliza como a definição de criminalização ou não da violência do banditismo rural está relacionada à forma com que o Estado se defrontou com a questão que varia muito no tempo e espaço, com cada situação exigindo um estudo específico. O terceiro sugere como a dimensão de violência que os gerou, estruturou e lhe deu fim envolvem dilemas variados em debates sobre sua herança na sociedade que demanda ver formas de lidar com ela. (Cf. HOBSBAWM, 2010; FERRERAS, 2003; FENTRESS, WICKHAM, 1992).

Como se pode observar, minha análise envereda mais por essa última dimensão. É a partir dela que tenho tentado estabelecer zonas de discussão que pautem o assunto situando-o entre dinâmicas de memórias entrelaçadas e histórias conectadas. A motivação surge de um exercício de história global entre a figura

do “sertanejo cangaceiro” no Brasil e a do “gaúcho matreiro” na Argentina. Particularmente, esse texto apresenta somente notas sobre a figura do gaúcho rebelde argentino, mas muitas das suas discussões apontam para formas transnacionais de discutir o problema desse passado tão presente em vários territórios ditos periféricos da América Latina.

Os muitos conflitos que cercam esses temas fazem com que seja “un pasado “actual” o, mas bien, un pasado en permanente proceso de “actualizacion” y que, por tanto, interviene en las proyecciones a futuro elaboradas por sujetos y comunidades” (FRANCO, LEVÍN, 2007, p. 31). São passados dessa natureza que nutrem a simulação social que significa uma “herança do povo do deserto” no âmbito da imaginação de uma nação. Para entender melhor o assunto, é pertinente observar usos políticos do passado de modo menos canônico em análises dos rastros de suas sobrevidas. Dizer isto significa levar à sério várias “raízes constitutivamente políticas que as memórias têm”, como ligadas ao “valor político de toda memória em função dos imaginários, representações e símbolos que mobilizam politicamente os atores sociais” (FELD, 2016, p. 10).

O panorama da História da Memória, em diálogo com os Estudos da Memória e a História do Tempo Presente, oferece valorosa contribuição para investigações dessa natureza. Trata-se de “história centrada no passado que observa os sucessivos presentes políticos e sociais que condicionaram suas representações”. (MONTAÑA, CRENZEL, 2015, p. 15). Do tema que tratamos, convém sinalizar que estamos diante de uma “herança de conflito” atravessada por violência. Sobre essa natureza de herança, Paul Ricoeur comenta como “o que celebramos com o nome de acontecimentos fundacionais são essencialmente atos violentos logo legitimados por um precário Estado de direito (...). Os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. É assim que se

armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas.” (Ricoeur, 2007, p. 95).

Diante desse problema de herança de um passado (im)popular de bandoleirismo rural na América Latina ao longo do século XX, a pergunta central é: qual o lugar das representações de bandoleiros em memórias que são forjadas, contestadas e negociadas como elementos de identidades nacionais? Trabalho com a hipótese de que abordar usos políticos desse passado em disputas de sentidos entre encenações integradoras do folclore, polarizadoras de leituras revolucionárias e conciliadoras do patrimônio é uma forma de entender variações de sua função simbólica nas ideias de nação construídas de si, para si e para os outros. O exercício exige alguns cuidados. Afinal, pensar em herança demanda refletir sobre a tríade “memória, identidade e patrimônio”. Trata-se de “três palavras vizinhas, com conotações fortes, carregadas de múltiplos sentidos, que se chamam e se apoiam uns aos outros” (NORA, 1992).

De partida, convém salientar como “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete a conjunto de funções psíquicas, graças às quais pode-se atualizar impressões ou informações passadas, ou que se representa como passadas” (LE GOFF, 2013, p. 387). Socialmente, ela é construída entre quadros sociais, objetos de transmissão e trabalhos da memória variados, sejam de lembranças, silêncios e/ou esquecimentos. Um dos modos de resumir essa multiplicidade ocorre com o uso da expressão “sociotransmissores”, quer dizer, todas as coisas que compõem o mundo “(objetos tangíveis ou intangíveis tais como os objetos patrimoniais, seres animados, seus comportamentos e produções)”, que permitem estabelecer cadeia causal cognitiva e que favorecem conexões (CANDAUI, 2009, p. 52)

Em sintonia, podemos definir identidade como o “sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria”. Isto “para acreditar na sua própria representação, mas também para ser

percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 205). Com frequência, “a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável”. (WOODWARD, 2000, p. 13). Todavia, sabemos que as identidades são históricas, mutáveis e heterogêneas, podendo haver contradições no seu interior que demandam ser negociadas. Assim, parece mais pertinente tentar compreender, a partir de dados empíricos, “como se passa de formas individuais a formas coletivas de memória e identidade”, problematizando historicamente suas “passagens, níveis e desacordos”. (CANDAUI, 2012, p. 19).

Em tais circunstâncias, o campo do patrimônio é um ambiente fértil para pensar a maneira como uma sociedade trata seu passado por meio da atribuição de valores aos lugares, às práticas, aos objetos e tantos outros sinais que são tomados como significativos para determinada coletividade, comunidade e grupo. Por isso que a história do patrimônio é “amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio”, porque tem certa “vocação em encarnar identidade” (POULOT, 2009, p. 12 e 40). No todo, o patrimônio cultural é esse dispositivo capaz de congrega “semióforos”, quer dizer, sentidos que indicam diferentes “formas de experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem”, enfim, “maneiras de ser no tempo” (HARTOG, 2006, p. 263), em jogos de identidade e alteridade. Uma verdadeira arena de acordo e conflito constantemente movimentada por diferentes instituições, grupos e agentes entre consensos, tensões e dissensos.

A partir disso, diria que é fundamental entender algumas nuances de políticas de memória rural e seus empreendimentos. Como se sabe, “o passado transforma-se em memória depois de ter sido selecionado e reinterpretado segundo as sensibilidades culturais, as interrogações éticas e as conveniências políticas do presente” (TRAVERSO, 2012, p. 10). Falar em memórias rurais significa entender sentidos atribuídos ao povo do campo na reconstrução dos eventos do passado, analisando criticamente

leituras que o significam de modos distintos ao longo do tempo, como figura subordinada e alienada, como figura heroica e revolucionária, e/ou como figuras ressignificadas pelo viés do gênero, etnia e classe (MERENSON, GARAÑO, 2015).

A discussão também demanda notas para investigar dinâmicas transnacionais de “construção da ideia de povo e/ou encenações (CANCLINI, 2011), teatralizações e atualizações do que é ou não (im)popular na América Latina” que são encarnadas em políticas de representações de bandoleiros entre usos do folclore nos anos 1940 e 1950, de leituras revolucionárias nos anos 1960 e 1970 e do patrimônio nos anos 1980 e 1990.

Em retorno ao diálogo sobre representações, é válido pensar, primeiro, que “representar supõe um itinerário narrativo” (CATROGA, 2011) na formação de imagem no presente para um objeto ausente. Nesse sentido, utilizamos um conceito de imagem amplo, que inclui representações visuais materiais, discursivas e mentais. “Esta inclinação conceitual alargada contribui para a percepção do deslocamento e re-enquadramento de imagens enquanto princípio cognitivo e estético da elaboração de visibilidades e construção de significados culturais através da visão” (SCHIAVINATTO, MENESES, 2020, p. 8). Considerando suportes da arte, da fotografia e do audiovisual, ou, igualmente escritos sobre eles, o mais importante é saber que as imagens interferem em jogos de lembrança, silêncio e esquecimento.

Por esse ângulo, é necessário aprofundar igualmente compreensão de políticas do tempo nacional e suas atualizações. Política do tempo é conjunto de “operaciones que, a la vez que sancionan lo que es propio o característico del presente, construyen un ‘outro’ excluyéndolo diacrónica o sincrónicamente de ese presente, en que el otro es anacrónico” (MUDROVICIC, 2018, p.10). Assim, é preciso problematizar os pressupostos de quem se diz moderno e contemporâneo, notando de que forma produz una discriminação sincrônica ao dizer quem são “los primitivos” o “salvajes” e diacrônica ao postular quem são “los muertos” del pasado histórico”. Pela dimensão de violência que tais tensões “produjeron en comunidades

y subjetividades, estos procesos conservan una potente vigencia en el presente latino-americano”, sobretudo nos tempos nacionais (MONTAÑ, CRENZEL, 2015, p. 249).

Com base nesses parâmetros, desenvolvi pesquisas na Argentina em sintonia com uma etnografia pelo “mundo dos arquivos”. Tratei de relacionar “los significados atribuidos a los objetos, a los recuerdos, a los conjuntos de documentos, de imágenes y de tradiciones, según las clases de agentes que los perciben, los ponen en práctica, los usan, los interpretan” (DA SILVA CATELA, 2007). O exercício foi feito entre andanças pelo Museo de Arte Popular José Hernández” (MAP), do “Instituto de Investigaciones Gino Germani” (IIGG) e “Instituto Cultural del Chaco” (ICCH). Fiz isso seguindo a perspectiva de problematizar a consagração do gaúcho como símbolo nacional (CASAS, 2018), a fim de notar linhas de consenso e confrontação que se enredam em registros presentes na documentação dos arquivos frequentados.

A observação do MAP é um modo de acessar registros folclóricos variados. Muitos deles remetem aos anos 1940 e 1950, quando em “contextos populistas”, a ideia do popular como elemento de integração nacional domina visões do povo. O caso do folclorista Juan Alfonso Carrizo (1895-1957) que escreveu, em 1953, o livro *“Historia do Folklore Argentino”* é significativo. Na obra, chama atenção que, por um lado, ressalta uma recordação da admiração por las “costumbres del gaucho, su casa, su caballo y aprestos, como así también su indumentaria que están fotografiados con hábil y dúctil pluma”; mas, por outro, tenta esquecer sua associação com “índios salteadores”. Este recurso de silenciamento a figuras ditas primitivas parecia ser fundamental no uso político da representação do gaúcho como símbolo de integração nacional moderno. Não por acaso, o arquivo do MAP aponta tantas “polemicas em torno do gaucho”.

Nesse percurso, a observação do IIGG é um modo de acessar registros com faces revolucionárias diversas. Uma parte deles remete aos anos 1960 e 1970, quando em “contextos ditatoriais”, a ideia de popular como elemento de transformação nacional passa

a disputar visões do povo. O caso do sociólogo Roberto Carri (1940-1977) que escreveu, em 1968, o livro *"Isidro Velázquez: formas prerrevolucionarias de la violencia"* é significativo. Por um lado, questiona imagem de "delincuente" deste gaúcho bandoleiro e, por outro, ressalta que "el sentimiento que despertó su acción (...) son patrimonio de los oprimidos de las áreas rurales del Chaco". Esta lembrança que lança visão para rebeldes com traços ditos arcaicos era importante no uso político de imagem do gaúcho como símbolo de polarização capaz de conferir outros rumos à ideia de nação moderna. O IIGG é, certamente, um lugar para ver representações dissonantes do gaúcho.

A observação do ICCH é igualmente um modo de acessar registros com perspectivas patrimoniais diversas. Uma parte delas remete aos anos 1980 e 1990, quando em "contextos de redemocratização", a ideia do popular como elemento de conciliação nacional para negociar algumas visões do povo. O caso do museólogo Ertivio Acosta (1940-2000) que escreveu, em 1996, *"Introducción al folklore chaqueño"*, é significativo. Por um lado, trata com maior legitimidade recordação das origens indígenas de gaúchos e suas festividades como "patrimonio da cultura popular", mas, por outro, parece querer esquecer legados de figuras consideradas "deliquentes" difíceis de lidar na cena pública. Este silenciamento de faces rebeldes parece fundamental em usos políticos das representações do gaúcho como símbolo de conciliação moldado com intuito de estabilizar conflitos em torno do ser da nação moderna. Assim, o ICCH possibilita ver demais imagens em disputa do gaúcho.

Os traços desses passados nos arquivos sugerem muitas interpretações. Em meio a pluralidade de registros memoriais arquivados, estes rastros destacados dão a ver algumas das distintas disputas de versões que podemos acessar a partir deles. A investigação desses documentos auxilia a desconfiar de discursos que afirmam a existência de determinadas identidades com interesses políticos variados. Mais do que constatar tais crenças identitárias, podemos enveredar pelo conhecimento dos seus conteúdos, notando acordos e conflitos que fazem desse campo uma arena de constantes disputas. Nesse caminho, é fundamental notar que parte significativa dos dilemas em torno desses passados controversos ocorre não só por disputas de versões históricas do que se passou, mas sobre o que fazer com o legado do passado no

presente e para o futuro, provocando discussão mais ampliada sobre diferentes concepções de tempo.

Mesmo que esse texto não tenha o propósito de avançar nessa discussão, as notas cumprem uma função de atentar para alguns desafios e possibilidades que circundam a pesquisa histórica sobre tema tão presente em arquivos sobre o povo na América Latina. A breve incursão sobre os três arquivos mostra como os lugares são repletos de resquícios persistentes que envolvem a dita herança de povos do deserto, especialmente ligadas aos passados de gaúchos rebeldes argentinos, que geralmente funcionam como peças centrais em disputas de imaginários nacionais. Retomando a nota inicial que abre este texto, diria que o ato de ignorar estes vestígios seria talvez uma forma de silenciar a demanda ética contemporânea de que “territórios nunca tiveram desertos”. As sobrevivências dos seus temas indicam que, apesar de sua controvérsia, ou justamente por isso, estamos diante de um terreno fértil para pensar todas as questões complexas que envolvem a lida com um passado controverso na sociedade.

Arquivos consultados

Arquivos do **Museo de Arte Popular José Hernández** (MAP)
Arquivos do **Instituto de Investigaciones Gino Germani** (IIGG)
Arquivos do **Instituto Cultural del Chaco** (ICCH)

Fontes citadas:

ACOSTA, Ertivio. *Introducción al Folklore Chaqueño*. In: **Cultura Popular Regional**. 1996 Resistencia: ICPDC, 2020
CARRI, Roberto. **Isidro Velázquez: formas prerrevolucionarias de la violencia**. (1968). Buenos Aires: Colihue, 2001
CARRIZO, Juan Alfonso. **Historia del Folklore Argentino**. Buenos Aires: Ministerio de Argentina, 1953.

Referências

- BEVERNAGE, Berber. **História, Memória e Violência de Estado: Tempo e Justiça**. Vitória: Milfontes, 2018.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CANDAU, Jöel. *Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade*. In: **Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n.1, 2009.
- _____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CASAS, Matías. *Los “enemigos” de la tradición: los detractores del gaucho em la coyuntura de su oficialización como arquetipo nacional*. **Quinto Sol**, vol. 22, 1, 2018.
- CHUMBITA, Hugo. **Jinetes rebeldes: Historia del bandolerismo social en la Argentina**. Buenos Aires: Colihue, 2009.
- DA SILVA CATELA, Ludmila. “El mundo de los archivos”. Ludmila da Silva Catela y Elizabeth Jelin (eds.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid, Siglo XXI Ed., 2002.
- FELD, Claudia. *Trayectorias y desafíos de los estudios sobre memoria em Argentina*. **Cuadernos del IDES**, N° 32, 2016.
- FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. *Memórias camponesas*. **Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1992.
- FERRERAS, N. O. *Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: Revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina*. **História (São Paulo)**, 22, 211–226, 2003.
- FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencio. (comps). **Historia reciente**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2007.
- JELIN, Elizabeth; VINYES, Ricard. **Cómo será el pasado: una conversación sobre el giro memorial**. Barcelona: Ned Ediciones, 2021.
- HARTOG, François. *Tempo e patrimônio*. **Varia Historia**, v. 22, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª ed. Campinas: Unicamp, 2013.

- MERENSON, Silvina & GARAÑO, Santiago. *Memorias rurales: Avances y desafíos para los estudios sobre el pasado reciente en América Latina*. Em: **Revista Clepsidra**, Vol. 2 (3), 6-29, 2015.
- MONTAÑ, Eugenia Allier; CRENZEL, Emilio. (Org.). **Las luchas por la memoria en América Latina. Historia reciente y violencia política**. 1ed. México: Bonilla Artiga Editores / IIS-UNAM, 2015.
- MUDROVICIC, María. Inés. *Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos?* **Artcultura**, 20 (36), 2018.
- NORA, Pierre. *L'ère de la commémoration*. In: _____. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1992. v.3.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: **Estudios Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação liberdade, 2009.
- RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- RODRÍGUEZ, Fermín A. **Un desierto para la nación: la escritura del vacío**. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2010.
- TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa: edições Unipop, 2012.
- WILLIAMS, Raymond. **El campo y la ciudad**. 1973. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAPÍTULO 8

A memória do regionalismo político amazônico a partir de José Coelho da Gama e Abreu

Roberg Januário dos Santos¹

Resumo: A partir do Segundo Reinado intensificou-se o movimento para que as elites da Corte assumissem considerável peso político e econômico no cenário brasileiro, acompanhadas, por sua vez, pelas elites políticas baianas e pernambucanas, acarretando uma maior acentuação da diferenciação regional no país. Por outro lado, nas províncias banhadas pelo rio Amazonas, a economia da borracha ampliava-se em um contexto de reorganização política das elites após a Cabanagem. O cenário político e econômico criou a ambiência para que as elites amazônicas gestassem um regionalismo político em prol de seus interesses, de maneira a canalizar a percepção de “atraso” da região para a falta de atenção do Governo Central e de alcançar maior influência na política nacional, tida pelas províncias do Norte, inclusive as amazônicas, como dominada pelos interesses das províncias do Sul. Nesse processo, destaca-se para nesta comunicação o livro *A Amazônia: as Províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brasil* (1883), de autoria de um dos políticos mais conhecidos da Amazônia no século XIX, a saber: José Coelho da Gama e Abreu, também conhecido como Barão de Marajó. Objetiva-se analisar como essa obra de Gama e Abreu produziu uma memória do regionalismo político amazônico frente ao centralismo do Império brasileiro. Essa obra teve a expressa intenção de imortalizar as discussões e os argumentos em favor do regionalismo amazônico. A obra organizou grande parte dos argumentos da insatisfação política dos paraenses e dos amazonenses com o Governo Central e o Sul do país, ocasião em que dizia que os jornais da Amazônia se queixavam da Corte em função de estarem unidos pelo ressentimento das províncias amazônicas não serem

¹ Doutor em História. Professor na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: robergsantos@unifesspa.edu.br

prestigiadas pelo Centro do poder político brasileiro. José Coelho da Gama e Abreu, na condição de um homem de letras e político, foi um ativo participante do debate público na Amazônia oitocentista, dada também a sua trajetória em cargos públicos e seu envolvimento com sociedades científicas à época. Seu argumento principal era justamente que o Pará e o Amazonas eram marginalizados pelo Governo Central do Império brasileiro e o que livro que escrevera possuía a missão de organizar, circular e servir como memória da luta da Amazônia contra predomínio das províncias do Sul na política nacional e o distanciamento do Governo do Império. Registra-se ainda que, a obra de Gama e Abreu constituiu um suporte destacado para o processo de conceituação regional, colaborando para firmar no cenário regional e nacional o conceito de Amazônia.

Palavras-Chave: Memória. Regionalismo. Política. Amazônia.

Introdução

A partir do Segundo Reinado ocorreu uma configuração geográfica do poder em que as elites da Corte ganharam significativa influência política, acompanhadas pelas elites políticas da Bahia e de Pernambuco. Além da esfera política, as questões econômicas do Brasil desempenharam um papel determinante na intensificação das disparidades regionais no país. Por exemplo, entre 1860 e 1870, observou-se um aumento na produção de café e uma diminuição na produção de açúcar e algodão. Isso resultou em maiores rendimentos para as elites do Sul e, conseqüentemente, em maior peso político no cenário nacional em detrimento das elites do Norte. Nesse contexto, a segunda metade do século XIX foi um período propício para o surgimento de regionalismos, inicialmente no âmbito político, assim como movimentos autonomistas e até separatistas. Vale ressaltar que o processo de centralização política e administrativa do governo imperial, concentrado no Sul do país, desencadeou crises políticas que contribuíram para a crise e o fim do Império brasileiro.

A formação do Estado nacional brasileiro durante o século XIX, com o objetivo primordial de preservar a integridade nacional,

envolveu uma série de confrontos entre as elites governantes e as elites provinciais. Além da construção simbólica e discursiva da nação, as elites dirigentes também enfrentaram desafios para garantir a estabilidade política do Império, o que resultou em conflitos parlamentares e até mesmo conflitos armados contra as forças que contestavam a centralização. Por um lado, ocorreu um processo intenso de centralização administrativa, com destaque para as províncias do sul, especialmente o Rio de Janeiro. Por outro lado, é necessário considerar que nas províncias insatisfeitas havia elites ansiosas por administrar os assuntos locais de acordo com seus próprios interesses e, nesse processo, moldar o projeto de sociedade desejado, mantendo assim sua posição como classe dominante. Nessa perspectiva, a região também é “[...] um espaço de disputa e de poder, base para essa representação que é apropriada e reelaborada, tanto pela classe dominante como por outros grupos que se mobilizam para defender seus interesses ancorados naquele território particular”.²

É crucial compreender, conforme enfatizado por Castro, que esses grupos “[...] constroem, a partir dele [território], um conjunto de ideias e conceitos que são reassimilados coletivamente como identidade e que alimentam o caudal das lutas regionalistas”.³ Em relação à Amazônia, argumenta-se aqui que foram as elites (políticas) dessa região que se destacaram no processo de construção de um conjunto de ideias e conceitos, incluindo o próprio conceito de Amazônia, visando a formação de uma identidade regional específica. Nesse contexto, as elites são compreendidas como grupos privilegiados detentores de posições de destaque e influência na sociedade amazônica. O elemento unificador dessas elites era o sentimento de marginalização política que acreditavam sofrer em relação ao restante do Império brasileiro, especialmente diante do

² CASTRO, Iná Elias de. Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional. *Confins*, v. 49, 2021, p. 7. Disponível em: <http://journals.openediton.org/confins/35256>. Acesso em: 15 abr. 2020; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.35256>.

³ Idem.

Sul. É importante ressaltar que a marginalização das elites provinciais em relação às elites com maior capacidade de interferência na administração do Império foi um fenômeno diagnosticado em várias partes do Brasil naquela época. Esse conflito político foi parte de um conjunto de situações que culminaram na chamada crise do Império, sendo responsável, inclusive, pela formação de movimentos contestatórios do *status* social e político imperial, exemplificados por alguns movimentos intelectuais.⁴

No âmbito conceitual e teórico, este texto adota o conceito de regionalismo, conforme proposto por Iná Castro, que o define como eminentemente político, abrangendo os interesses e questões regionais. Portanto, o regionalismo é “[...] a mobilização política de grupos dominantes numa região em defesa de interesses específicos frente a grupos dominantes de outras regiões ou ao próprio Estado”⁵. A formação dos estados nacionais modernos implicou na busca pela organização e unidade territorial por meio de uma estrutura centralizada de governo, o que inevitavelmente gerou conflitos com poderes locais e regionais fragmentados. Segundo a historiadora Maria Silva Leoni, “o regionalismo representa um esforço para criar uma consciência e uma ideologia política dentro e em nome da região”.⁶ Nesse sentido, o regionalismo é um movimento que busca estabelecer as condições políticas para a diferenciação e o reconhecimento do recorte regional em relação à Nação.

A partir dessas considerações, destaca-se a participação de vários políticos paraenses e amazonenses no processo de

⁴ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

⁵ Iná Elias de Castro, « Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional », *Confins* [En ligne], 49. 2021, mis en ligne le 15 mars 2021, consulté le 02 décembre 2022. URL: <http://journals.openedition.org/confins/35256>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.35256>

⁶ LEONI, Maria Silvia (2015). Historia y región: la historia regional de cara al siglo XXI. *Folia Historica del Nordeste*. N° 24, Resistencia, Chaco, Diciembre. IIGHI - IH-CONICET/UNNE. P. 171.

construção do regionalismo político amazônico. Lembra-se aqui que os políticos mais destacados do regionalismo foram: Cônego Manoel José de Siqueira Mendes, Guilherme Francisco da Cruz, Ambrósio Leitão da Cunha, Domingos Antonio Raiol, Tito Franco de Almeida, José Coelho da Gama Abreu, entre outros. Dentre esses nomes, elegemos para discutir sobre o político e escritor, pertencente ao partido Liberal à época, José Coelho da Gama e Abreu, por ter sido um dos mais destacados nomes do regionalismo político amazônico durante a segunda metade do século XIX.

José Coelho da Gama e Abreu: alguns traços da sua biografia política

José Coelho da Gama e Abreu (Barão de Marajó) nasceu em Belém, em 12 de abril de 1831, filho de um oficial da marinha portuguesa, José Coelho de Abreu e sua mãe Anastácia Michaela da Gama e Abreu. Logo 1836 viajou para Portugal onde fez os estudos primários, secundários e a formação superior em Filosofia, com a conclusão em 1853, pela Universidade de Coimbra, onde ainda conquistou o grau de bacharel em Ciências Matemáticas, em 1854. Após a fase dos estudos, o Dr. Gama e Abreu, como era conhecido, retornou ao Pará e em Belém passou a ocupar cargos públicos, a exemplo do cargo de Diretor de obras públicas, em 1863, e os cargos eletivos, na condição de Deputado Provincial e Deputado Geral, em 1867 e 1868, ambos pelo Partido Liberal. O mandato de Deputado Geral foi interrompido em função da dissolução da Câmara dos Deputados, tendo em vista a queda do Gabinete Zacarias diante dos desígnios imperiais.

Ao retornar ao Pará, ele ocupou vários cargos, bem como chegou ser nomeado, pelo Imperador D Pedro II, Presidente das províncias do Amazonas, em 1868, e Presidente do Pará em 1879. Em 7 de maio de 1881, Gama e Abreu recebeu do Imperador o título

de Barão de Marajó⁷. Foi Chefe da Guarda Nacional e comendador da Ordem de Cristo e das Ordens Militares Portuguesas.

Além disso, com um nome forte na política paraense, Dr. Gama e Abreu ainda assumiu os cargos em administrações provinciais, como o de Diretor do Museu Paraense (1881). Na política, com a transição do Império para a República, o Dr. Gama e Abreu foi eleito intendente de Belém entre 1891 e 1893, bem como ainda no início dos tempos republicanos no Pará, ele assumiu a condição de Senador estadual. José Coelho da Gama e Abreu ocupou outras funções e foi membro de associações científicas, a exemplo da Sociedade de Geografia de Lisboa. Ele faleceu em 1906.

Ademais, deve-se ter em mente que não se pode esquecer que Gama e Abreu ao passo que assumiu uma condição de importância representativa na e para a Amazônia, fazia parte da elite paraense, nascido em melhores condições do que os caboclos do Pará, por exemplo, Gama e Abreu, pela visão elitizada que detinha, também possuía uma visão negativa em relação aos populares e cearenses que migraram para o Pará à época da extração da borracha ainda no século XIX, pelo menos foi essa a acusação que foi feita a sua pessoa na condição de Presidente de Província pelo jornal oposicionista A Constituição, em 1880, quando foi mencionado que o Barão de Marajó havia atribuído aos cearenses os problemas de criminalidade em Belém⁸. Um filho seu, José Bricio da Gama e Abreu, na condição de deputado provincial paraense, disse na Assembleia Provincial, por oportunidade de um debate sobre a presença dos cearenses em Belém, que esses migrantes eram “vadios e ociosos”. Nesse sentido, percebe-se que no mesmo ano,

⁷ CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. Talento e atitude: Estudos Biográficos do Museu Emilio Goeldi, I10svaldo Rodrigues da Cunha. - Belém: Museu Paraense Emfio Goeldi, 1989.

⁸ Belém, 28 de fevereiro de 1880. A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA). Belém, 28 de fevereiro de 1880. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=385573&pesq=%22Gama%20e%20Abreu%22&passa=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=4643> Acesso em: 01/02/2024.

duas ocorrências sobre a visão dos Gama e Abreu sobre os migrantes cearenses⁹.

José Coelho da Gama e Abreu e o regionalismo político amazônico

O contexto histórico em questão refere-se à segunda metade do século XIX, um período marcado pela emergência de regionalismos, principalmente no âmbito político. Em diversas partes do país, observa-se o surgimento de movimentos com essa natureza. Em São Paulo, por exemplo, surge a ideia de "Pátria Paulista" na década de 1880¹⁰. No Sul de Minas Gerais, ocorre um movimento separatista que busca a separação dessa região do restante da província para criar a nova província de Minas do Sul, em 1892¹¹. No Norte agrário, liderado por Pernambuco, forma-se o bloco do Norte, principalmente a partir de 1878, com destaque para o setor açucareiro¹². No Norte amazônico, abrangendo o Pará e o Amazonas, surge o regionalismo da região amazônica, posteriormente conhecida como Amazônia, entre 1850 e 1890¹³.

José Coelho da Gama e Abreu teve participação ativa no movimento de construção do regionalismo político amazônico, ou

⁹ Discurso. A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA). Belém, 28 de fevereiro de 1880. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=385573&Pesq=%22Gama%20e%20Abreu%22&pagfis=4647> Acesso em: 01/02/2024.

¹⁰ ADDUCI, Cássia C. (1996). *A "pátria paulista": O separatismo como resposta à crise final do Império brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

¹¹ BORGES, Pérola Maria Goldfeder. *Minas Do Sul - Espaço E Política No Século XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

¹² SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

¹³ SANTOS, Roberg Januário dos. O fim do Grão-Pará e a institucionalização da região amazônica: o papel dos liberais paraenses na mudança do status regional no século XIX. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 18, n. 1, p. e20210099, 2023. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0099> Acesso em: 05/01/2024.

seja, o movimento capitaneado pelas elites políticas sediadas no Pará e no Amazonas que visava construir uma argumentação em defesa da região amazônica diante dos interesses de outras províncias (do Sul) e do Governo Central, tidos como privilegiados frente à Amazônia.

O Dr. Gama e Abreu se inseriu no movimento regionalista a partir de seu curto mandato de Deputado Geral pelo Pará. Em maio de 1868, demonstrando o clima de decepção decorrente do parco desenvolvimento da região após a abertura do rio Amazonas, em 1866, em virtude da falta de ações por parte do Governo Central, José Coelho da Gama Abreu realizou pronunciamento à Câmara dos Deputados do Brasil, ele revelava à Câmara que falava em nome das províncias do Pará e do Amazonas, pois se sentia filho de ambas por ser representante legal do Pará e por gratidão ao Amazonas, o que demonstra mais uma vez certo interesse no discurso regional em detrimento de uma postura provincial. O deputado paraense informava à Câmara que não houve incremento ao comércio nem aumento da renda com a abertura do Amazonas, haja vista que o Governo Central não editou regulamentos para a navegação nessa área do país¹⁴. O deputado Gama Abreu também reclamava da falta de atenção com as fronteiras do Pará e Amazonas que, segundo ele estavam desguarnecidas, ao passo que o Peru cada vez mais matinha fortificações e atividades próximas à fronteira, indicando assim certo perigo de invasão.

Além disso, Gama e Abreu ainda teceu críticas ao Governo Central, desta feita a partir do Ministério da Agricultura com relação a dois temas que ele considerava de substancial importância para o desenvolvimento regional, a saber: a imigração voltada para a colonização e a catequese indígena, temas, que aliás, também faziam parte do pensamento e dos discursos de outros representantes amazônicos, pois acreditavam que o desenvolvimento regional só aconteceria mediante as luzes da

¹⁴ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 28 de maio de 1868, p. 209.

civilização sobre essa área do país de forte formação étnica indígena, ocasião em que os imigrantes europeus, além de trazerem uma suposta mão de obra qualificada, também diversificariam e ampliariam o contingente populacional, inclusive branqueando esse mesmo contingente. Ainda havia a esperança de que a presença de imigrantes estrangeiros atrairia investimentos internacionais à Região amazônica. Esse processo seria completado com a catequese dos Índios, ou seja, a domesticação de uma população considerada pelas elites como bárbara que, no discurso de um liberal como Gama Abreu, era tida como “despida de toda a ilustração” e que deveria ser catequisada para o trabalho.¹⁵

A atuação mais acentuada do Dr. Gama e Abreu para o regionalismo político amazônico ocorreu na década de 1880, visto que é importante considerar a década de 80 do século XIX como um momento chave para a invenção da região amazônica e sua inscrição, várias obras reverberaram em seus títulos a palavra Amazônia, sejam elas consideradas no âmbito do regionalismo ou não, como obras de viajantes, por exemplo. A inscrição da região no ano de 1883 teve: a *Revista Amazônica*, dirigida por José Veríssimo; o livro *A Amazonia: as Províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brasil*, de José da Gama Abreu; neste ano o *Diário do Gram-Pará* promoveu uma verdadeira campanha em prol da Amazônia, em termos políticos; também foi o ano da publicação do livro *O Paíz das Amazonas*, do jornalista e propagandista da região e do Brasil na Europa, Frederico José de Santa Anna Nery; neste mesmo ano, o Bispo do Pará, Dom Macedo Costa, proferiu conferência em Manaus, com o título *Amazônia: meio de desenvolver sua civilização*, cuja repercussão foi enorme na imprensa regional e até do Brasil, oportunidade em que o Bispo buscou apresentar um projeto religioso e de caráter civilizador para a região, criando a campanha de construção de um navio evangelizador para a Amazônia.

Esse conjunto de obras praticamente consolidou o uso do termo Amazônia para denominar a antiga província do Grão-Pará.

¹⁵ Ibidem, p. 211.

Também é necessário notar que durante toda a década de 1880 foram surgindo escritos, menções e iniciativas que se referiam não mais ao Pará, mas à Amazônia ou à derivação “amazônica”. Essa ampliação do uso termo Amazônia, por exemplo, era recente e refletia uma certa consciência de uma identidade política regional trabalhada pelas elites nativas.

Destaca-se, nessa época, a contribuição de um dos chefes do Partido Liberal no Pará, José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó. Gama Abreu, político, tido como historiador e representante do Brasil na Europa, publicou vários livros, entre eles, os mais conhecidos: *A Amazônia: as Províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brasil* (1883) e *As Regiões Amazônicas: estudos Chorographicos* (1885). O político e autor, a partir de sua obra de 1883, chamaria atenção da Nação para a região, demonstrando ser a Amazônia uma região promissora, rumo à civilidade. Através da obra, o Barão de Marajó advogou ferrenhamente a favor das províncias do Pará e do Amazonas em detrimento da centralização do Governo Imperial que tanto privilegiava as províncias do Sul do país.

O Barão de Marajó, em *A Amazônia: as Províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brasil* (1883), viria organizar todos os argumentos da insatisfação política dos paraenses e dos amazonenses com o Governo Central e o Sul do país, ocasião em que dizia que os jornais da Amazônia se queixavam da Corte em função de estarem unidos pelo ressentimento das províncias amazônicas não serem prestigiadas pelo Centro do poder político brasileiro. Em boa parte da apresentação do livro, o Dr. Gama e Abreu buscou demonstrar que escrevia para conceder maior expressão as reclamações da região natal e para construir uma memória de toda a discussão posta naquele momento que envolvia a região e a nação. Na visão do Gama e Abreu, apenas as notas e matérias dos jornais da região amazônica não possuíam a devida expressão e durabilidade que uma obra poderia ter.

O Barão acusava o predomínio das províncias do Sul na política nacional e reclamava do tratamento da imprensa do Sul

com a Amazônia. Gama Abreu ressaltava que havia escrito o folheto (obra em tela) demonstrando:

[...] De um modo mais sensível e durável do que em artigos dispersos de jornal, antecedendo-a essa enumeração, ligeiras considerações sobre o valor comercial e político d'essa immensa porção do Império tão desconhecida quanto olvidada, concluindo pela demonstração da necessidade que ha para a consolidação do Império, e rápido desenvolvimento das províncias, (o que constituirá a sua força), de um systema que dê mais iniciativa e liberdade a estas, modificando a demasiada centralização, ora existente.

Na percepção do Barão de Marajó, a centralização imperial sufocava o desenvolvimento da região amazônica e que era necessário conceder liberdade e atenção para uma região do Império pouco ouvida. É sintomático que o Barão de Marajó tenha intitulado sua obra de *A Amazônia*. Logo no primeiro capítulo da obra em tela, intitulado “A Amazônia – sua importância”, o Barão esclarece que:

As duas províncias de que trato, isto é, o Pará e Amazonas, tão dignas de interesse não só pela sua posição relativamente ás outras províncias do Império, como ás diferentes e numerosas nações com que são confinantes, não o são menos pela espantosa extensão de seus territórios. A região amazônica ou Amazônia, como modernamente lhe têm chamado alguns, referindo-se aos territórios reunidos de ambas as províncias, apresentam uma area de 2.954:722 kilometros quadrados, ou cinco e meia vezes a area da França, seis e meia a da Hespanha, dez vezes a da Itália, e trinta e seis vezes a de Portugal.¹⁶

O Barão de Marajó tratava assim de uma região formada pelas províncias [...]”¹⁷do Pará e do Amazonas como centros de gravidade da vida social, cultural, política e econômica dessa parte do território brasileiro, demonstrando quão recente era a nomeação

¹⁶ ABREU, José Coelho da Gama e. *A Amazônia: as províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brazil*. Lisboa. Typographia Minerva, 1883 [Ao leitor, introdução, s/p].

¹⁷ ABREU, José Coelho da Gama e. *A Amazônia: Aas províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brazil*. Lisboa. Typographia Minerva, 1883, [Ao leitor, introdução, s/p].

da Amazônia ou região amazônica. Ao longo da obra, Gama Abreu estabeleceu o que fundamentava a emergência da Amazônia, o que para ele tal questão era derivada de uma identidade regional comum as duas províncias:

[...] digo Amazônia porque as duas províncias que a compõem embora separadas por uma divisão política e administrativa, continuam a ser irmãs pela identidade de caracteres, pela identidade de suas vias fluviais que são a grandeza de ambas, pelos mesmos produtos, porque tem os mesmos mercados consumidores, e porque Manaus e Pará, centros da grande circulação Amazônica ligados e alimentados juntos e pela mesma forma, são destinados a crescerem ou sofrerem juntos. Não pôde uma engrandecer sem que a outra tenha acontecido o mesmo, e se no presente separadas, parece-me que no futuro a união de ambas será a condição para que um grande império se forme nas desertas regiões do vale do Amazonas.¹⁸

Gama Abreu abre o caminho para fundamentar a ideia de identidade regional amazônica, visto que segundo Castro, tanto os grupos dominantes, quanto outros grupos se mobilizam geralmente para defenderem seus interesses territoriais na região, de modo que ambos ou um ou outro passa a construir ideias e conceitos que são reassimilados como identidade.¹⁹ A pretensa identidade regional, elaborada a partir da base regional é voltada para o imaginário social e constitui uma dimensão do regionalismo, que para Castro se manifesta como consciência regional.²⁰ É justamente isso que Gama Abreu postulava ao falar da identidade da Amazônia, ou seja, projeta um conteúdo para a região a partir das características das duas províncias e alavanca o conceito de Amazônia como definidor da região, embora também ainda utilizasse o conceito de Vale do Amazonas.

O Barão de Marajó acreditava que o sistema de centralização imperial implica no poder e no atendimento às províncias do Sul e como este poder era sediado no Sul, ele reproduzia uma expressão

¹⁸ Ibidem, p. 19-20.

¹⁹ CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: território, escala de análise e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

²⁰ Idem.

já utilizada na Amazônia: “O Sul não nos quer!”, justificando a insatisfação da Amazônia com as injustiças ao seu desfavor que havia, por exemplo, na divisão:

[...] do orçamento, á calma e bom censo da nossa população, succede uma justa irritação quando vê que nós que pedimos, nós que solicitámos, nós que, obedientes, damos os nossos milhares de contos, de que somos despojados em beneficio unicamente das províncias que tem grande deputação, ou daquellas que lhe estão filiadas, não somos attendidos, somos vilipendiados na discussão das câmaras pelas influencias do Sul, somos ridicularisados pela pouca delicadeza de um ministro ignorante das cousas do seu paiz, em quanto que o Rio Grande, que não pede, que não solicita, mas que reclama, exige, impõe, e tudo obtém e tudo alcança.²¹

O Barão de Marajó, em “As Regiões Amazônicas: estudos Chorographicos”, reforçava a informação acima e ainda consubstanciava a ideia de formação recente de um campo de conhecimento sobre a região amazônica quando elencava que “o verdadeiro conhecimento, a revellação do que é a Amazonia com excepção dos estudos das comissões geográficas portuguezas é muito moderna, a sua riqueza o seu brilhante futuro, só há poucos anos tem sido descortinado ao resto do mundo [...]”²².

Gama e Abreu foi um dos principais representantes do regionalismo político amazônico na década de 1880, suas obras visavam questionar a centralização do Governo Central e como esse processo prejudicava as províncias do Pará e Amazonas, ambas vistas como uma única região: a Amazônia. Nesse ponto, encontrava-se, à época, o pensamento de políticos liberais e conservadores, em especial, a necessidade de maior autonomia e atendimento em melhorias para a região. Mesmo não aderindo à ideia separatista por acreditar na conciliação com o Império, Gama Abreu trouxe, em vários momentos para o centro da discussão, as possibilidades de separação do Pará em relação ao Império do

²¹ ABREU, José Coelho da Gama e. Op. Cit., 1983, p. 101-102.

²² ABREU, José Coelho da Gama. *As Regiões Amazonicas, estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas*. Lisboa: Imprensa de L. da Silva, 1896, p. 6.

Brasil. Segundo o Barão do Marajó, a possível separação só era cogitada em função do tratamento distante do Império com a população amazônica, pois perguntava-se “por que somos desconhecidos pelo Sul?” E mais, repetia uma pergunta dos redatores do *Diário do Gram-Pará*: “o Sul não nos quer?”, logo o Sul era a região obstáculo para o desenvolvimento do Norte e, no caso em tela, da Amazônia.

Gama Abreu ainda considerava que existia, na Câmara dos Deputados, uma campanha contra o Pará e que ela se estendia à imprensa do Sul. Possivelmente Gama Abreu se referia às notícias da imprensa carioca e paulista, como se pode observar nas palavras dos redatores do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, que relatavam em 1882 haver uma agitação no Pará relacionada à autonomia da Amazônia. Neste ponto relativo à imprensa, o autor deixou de lado as diferenças partidárias e ressaltou o papel do jornal paraense ligado aos conservadores O *Diário do Gram-Pará* na defesa da região amazônica.

Outro estágio da invenção das regiões baseia-se na delimitação de suas fronteiras, ou seja, a existência da região passa pela definição de seu território. Nesse sentido, destaca-se a preocupação dos liberais do Pará com a fronteira norte da Amazônia, isto é, o território limite com a Guiana Francesa. O jornal “O Liberal do Pará” publicou uma série de textos sobre a chamada “Questão do Amapá”. A recém-denominada Amazônia e a pretensão de uma nova região fizeram com que as elites políticas se preocupassem com o território que até então pertencia ao Pará, oportunidade em que ganhou espaço um texto escrito por José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó, intitulado “Um Protesto”, publicado em partes em várias edições de “O Liberal do Pará” com o seguinte título “Pretensões da França a uma parte do Amazonas” (1883). Nas discussões elencadas pelo Barão do Marajó, estavam explícitas as preocupações com os limites do território da região, sobretudo tratada a partir da junção dos territórios do Pará e Amazonas, constituintes da Amazônia.

José Coelho da Gama e Abreu atuou não só na política paraense, mas esteve envolvido com a produção de conhecimentos

sobre a região amazônica, oportunidade em que esteve envolvido no desenvolvimento do Museu Paraense e da Sociedade de Estudos Paraenses. Além do que, ele atuou como delegado em exposições internacionais, a exemplo da Exposição Universal de Paris, em 1889, bem como se destacou como divulgador da Amazônia fora do país, especialmente em Portugal.

Conclusão

A obra *A Amazonia: as Províncias do Pará, Amazonas e o Governo Central do Brazil*, 1883, de autoria de José Coelho da Gama e Abreu, o Barão do Marajó, pode ser tida como uma síntese da discussão sobre a relação política e econômica do Pará e Amazonas com a Nação brasileira e algumas províncias à época do Segundo Reinado. O autor intitulou sua obra de *Amazônia*, ou seja, a leitura da obra permite aventar que nestes tempos a ideia de Amazônia como uma região ganhava contornos e formação no cenário brasileiro, inclusive através da pena de um representante político liberal que já havia sido presidente de Província do Amazonas e do Pará. O livro em tela de Gama Abreu ecoou à época como um tipo de manifesto, visto que buscava amplificar a defesa da Amazônia feita pela imprensa paraense, especialmente pelo *Diário do Gram-Pará*. A publicação foi notícia em vários jornais brasileiros, a exemplo do *Diário do Brasil*, do Rio de Janeiro, que em 1884 noticiava o livro do Barão como uma defesa contra o inconveniente da centralização²³.

Ao organizar e escrever argumentos em defesa da região amazônica frente a outras províncias e do próprio Estado nacional, o Dr. Gama e Abreu também buscou a materialização e perpetuação dos citados argumentos em formato de livro. Sua obra é uma das obras fundantes não só do regionalismo amazônico, mas

²³ ABREU, José Coelho da Gama e. **A Amazônia**: as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brazil. Lisboa. Typographia Minerva, 1883 [Ao leitor, introdução, s/p].

também pode ser considerada uma das obras centrais da própria invenção do recorte regional Amazônia. O discurso regionalista teve na reinvenção nominal dessa área – de Grão-Pará à Amazônia – um dos seus pontos mais importantes, visto que a invenção de uma região, para além das províncias, requeria naquele momento também o estabelecimento de um novo nome, sobretudo que representasse uma possível identidade regional, movimento que contou com a colaboração do Dr. Gama e Abreu.

Referências

ABREU, José Coelho da Gama e. *A Amazônia: Aas províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brazil*. Lisboa. Typographia Minerva, 1883, [Ao leitor, introdução, s/p].

ABREU, José Coelho da Gama. *As Regiões Amazonicas, estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas*. Lisboa: Imprensa de L. da Silva, 1896.

ADDUCI, Cássia C. (1996). *A “pátria paulista”*: O separatismo como resposta à crise final do Império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

Belém, 28 de fevereiro de 1880. A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA). Belém, 28 de fevereiro de 1880. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=385573&pesq=%22Gama%20e%20Abreu%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=4643> Acesso em: 01/02/2024.

BORGES, Pérola Maria Goldfeder. *Minas Do Sul - Espaço E Política No Século XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Senhores Deputados*. Sessão em 28 de maio de 1868.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: território, escala de análise e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, **Iná Elias de**. Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional. *Confins*, v. 49, 2021, p. 7. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/35256>. Acesso em: 15 abr. 2020; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.35256>.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. Talento e atitude: Estudos Biográficos do Museu Emilio Goeldi, Osvaldo Rodrigues da Cunha. - Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

Discurso. A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA). Belém, 28 de fevereiro de 1880. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=385573&Pesq=%22Gama%20e%20Abreu%22&pagfis=4647> Acesso em: 01/02/2024.

LEONI, Maria Silvia (2015). Historia y región: la historia regional de cara al siglo XXI. *Folia Historica del Nordeste*. Nº 24, Resistencia, Chaco, Diciembre. IIGHI - IH- CONICET/UNNE.

SANTOS, Roberg Januário dos. O fim do Grão-Pará e a institucionalização da região amazônica: o papel dos liberais paraenses na mudança do status regional no século XIX. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 18, n. 1, p. e20210099, 2023. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0099> Acesso em: 05/01/2024.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

CAPÍTULO 9

Primeiro congresso de História Nacional: Henrique Américo Santa Rosa e a construção de uma geografia-histórica

Lucilvana Ferreira dos Santos Barros

Resumo: O IHGB realizou na Primeira Metade do século XX quatro congressos de História Nacional, além de conferências, palestras, comemorações do centenário da independência (1922) e de D. Pedro II (1925), dentre outros eventos. Esses eventos congregavam participantes de várias partes do país e alguns do exterior, como foi o caso do Congresso Internacional de História da América, era comum o IHGB encaminhar convites aos Institutos estaduais para que estes enviassem um representante de cada estado para participação nos eventos. Além de espaços de sociabilidade intelectual, os congressos e exposições foram historicamente espaços também de competições, não só entre as nações, mas entre diferentes saberes, influências e ideias, a ponto de terem se constituído em reuniões de grande concorrência, demonstração de unidade e de representação de fortalecimento de determinadas nações, seguimentos e associações. No Brasil, em 1883, foi realizada a Exposição Pedagógica no Rio de Janeiro, e em 1900 foi realizado o congresso de Medicina e Cirurgia, o Congresso de Engenharia e Indústria e o Congresso Jurídico Americano. Em 1909 ocorreu o I Congresso de Geografia, no Rio de Janeiro, sendo um dos primeiros congressos de áreas de estudos ligadas às Ciências Humanas. A partir destas considerações, a presente comunicação tem como objetivo analisar a participação dos historiadores amazônicos, em especial Henrique Américo Santa Rosa no Primeiro Congresso de História Nacional realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1914. Assim, será tomada como fonte para a presente comunicação, a tese apresentada por este historiador no citado congresso, buscando investigar o processo de integração de Henrique Santa Rosa nos círculos intelectuais do centro sul do país, e como este

através de sua tese entre outras formas de participação (elaboração de pareceres, etc.), buscou se inserir nas redes de comunicação científica da historiografia brasileira da primeira metade do século XX, observando o diálogo estabelecido entre a historiografia amazônica e a historiografia brasileira neste contexto.

Palavras-Chave: Henrique Américo Santa Rosa; Primeiro Congresso de História Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Introdução

Em 1913, o membro do IHGB, Manoel de Oliveira Lima, escritor, crítico literário, diplomata e historiador, proferia conferência nas dependências do IHGB sob o título “O atual papel do Instituto Histórico”¹. Oliveira Lima possuía vasta experiência de viagens ao exterior e era considerado pela imprensa brasileira como “embaixador da inteligência brasileira”, tendo participado de vários eventos internacionais na condição de historiador: conferência ministrada para a Sociedade de Geografia da Bélgica por ocasião da Exposição de Bruxelas, em 1910; na condição de membro e representante da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, participou do XVI Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido em Londres no ano de 1908; participou do Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado em Londres, em abril de 1913. Nesse último evento Oliveira Lima foi convidado a desenvolver a discussão sobre a guarda, conservação e divulgação de arquivos brasileiros, o que permitiu a seu autor lançar a ideia de que o IHGB promovesse um congresso de história nacional, visto que em vários países do mundo os estudos do passado nacional englobavam uma gama de acervos, arquivos, centros de memória e a realização de reuniões científicas aos

¹ LIMA, Manuel de Oliveira. Actual Papel do Instituto Histórico. **Revista do IHGB**, Tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 489.

moldes de um congresso que efetivasse a criação de uma “federação intelectual e afetiva”.²

Oliveira Lima propunha uma “federação intelectual”, considerando que o sentimento nacional era maior do que os localismos e que as diferenças entre estados e regiões deveriam ser tomadas pela História como integrantes de uma única história, percebida assim como brasileira. O interesse no tema da unidade recaía sobre algo maior: a unidade política, visto que para Oliveira Lima o IHGB possuía o papel de zelar por ela, inclusive nos estados, embora devesse manter contato com as associações e agremiações internacionais. Diante dessas questões, a ideia do Primeiro Congresso de História Nacional era gestada sob a necessidade de o IHGB assumir papel efetivo junto ao Estado brasileiro nas missões de construir um passado comum da nação – algo que já fazia parte dos objetivos do Instituto desde sua fundação em 1838 – e colaborar para a unidade política do país por meio da história, especialmente reunindo os institutos históricos e historiadores estaduais para difundir um modelo de história nacional. Nesse sentido, Lucia Paschoal reforça que:

No período de 1910-1920, a intelectualidade brasileira vivenciava uma fase de efervescentes manifestações cívicas. À medida em que crescia este apostolado, reflexo da crise internacional que acabaria desaguando na primeira Grande Guerra, tomava corpo uma onda de interesse pelas questões nacionais.³

Após a conferência de Oliveira Lima, o IHGB encaminhou a proposição de um congresso de história. Aprovada pelos membros, a proposta foi levada a frente com data marcada para o período entre 7 e 16 de setembro de 1914. Segundo Lucia Paschoal, a estrutura do evento “[...] compreendia nove seções de trabalho,

² Idem.

³ PASCHOAL, Guimarães, Lucia Maria. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo** [online]. 2005, v. 9, n. 18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042005000100007>> Acesso em: 13 jan. 2023, p. 150.

cada qual correspondendo a uma especialidade dos estudos históricos. Grosso modo, a divisão inspirava-se na tipologia definida por Langlois & Seignobos, no manual *Introduction aux études historiques*.⁴ Não por acaso, a fala de Oliveira Lima pautou-se pela importância dos arquivos e documentos, premissas da pesquisa histórica promulgadas pelos trabalhos dos citados historiadores franceses, pois, o encaminhamento de Lima para o Primeiro Congresso de História Nacional foi justamente a importância de reunir contribuições à História do Brasil por meio de efetivas pesquisas em arquivos.

Essas eram as influências historiográficas do Primeiro Congresso e foi nesse universo que os historiadores amazônicos se inseriram, visto que o Primeiro Congresso demandou teses a serem apresentadas dentro do escopo já evidenciado acima, qual seja: dentro uma postura historiográfica da história tomada como verdade, pautada em uma rigorosa pesquisa nos documentos, sobretudo localizados em arquivos clássicos. Foram apresentadas 102 teses, sendo que o evento reuniu algo em torno de 200 participantes. O Congresso contou com nove seções: 1.^a História Geral do Brasil; 2.^a História das Explorações Geográficas; 3.^a História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas; 4.^a História Constitucional e Administrativa; 5.^a História Parlamentar; 6.^a História Econômica; 7.^a História Militar; 8.^a História Diplomática; 9.^a História Literária e das Artes.

Henrique Américo Santa Rosa e a historiografia amazônica no Primeiro Congresso de História Nacional

Em junho de 1913, a comissão organizadora do Primeiro Congresso de História Nacional enviou ofício a todos os governadores dos estados brasileiros, informando sobre a decisão de realizar o evento, detalhes da programação e normas para as teses, bem como solicitando ampla divulgação e o envio de

⁴ *Ibidem*, p. 152.

representantes de cada estado para o citado congresso. Ainda entre as informações relevantes do ofício estava o recorte cronológico a ser abordado no evento, sendo o período entre 1500 a 1871⁵. Logo, esse recorte evidencia não só o distanciamento do passado que se acreditava necessário para a realização de qualquer abordagem histórica, mas, também, indicava que o IHGB, apesar dos tempos republicanos, abria espaço para o estudo de boa parte do período imperial, concernente ao regime monárquico brasileiro, a quem o IHGB por muito tempo serviu como instrumento essencial do aparelho estatal.

Em 29 de setembro de 1913, era noticiado na imprensa paraense a escolha feita pelo Governo do Estado em relação aos delegados que representariam o Pará no Primeiro Congresso de História Nacional, sendo eles: Manuel de Mello Cardoso Barata e Pio de Andrade Ramos. O primeiro representante, vale destacar, era um político paraense de revelada tradição e composição do Partido Republicano, ocupou altos cargos, como o de Senador da República, bem como era membro do próprio IHGB. Em 1914, ocorreram mudanças nas representações do Estado do Pará para o referido congresso. Dessa feita, foram escolhidos os paraenses José Veríssimo Dias de Mattos e Henrique Américo Santa Rosa, o primeiro, à época, era um dos nomes mais conhecidos da Amazônia no centro do país e o segundo um nome de destaque na intelectualidade local e futuro refundador do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1917.⁶

Com relação à efetiva participação dos historiadores amazônicos no Primeiro Congresso de História Nacional, registraram-se as presenças de Manuel de Mello Cardoso Barata, José Veríssimo Dias de Mattos, Henrique Santa Rosa, sendo que os dois primeiros já viviam nos círculos intelectuais do Rio de Janeiro,

⁵ Primeiro Congresso de História Nacional. **O Paíz**. Rio de Janeiro. 07 de junho de 1913.

⁶ Com relação a José Veríssimo Dias de Mattos, a notícia de sua participação no Congresso foi publicada pelo jornal **O Imparcial**. Ver: 1º Congresso Brasileiro de História. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1914.

e o terceiro aquele que de fato viajou em nome do Estado do Pará e unicamente apresentou uma tese no congresso, visto que os outros dois apenas acompanharam os trabalhos. O representante do Amazonas foi Bertino de Miranda que apenas acompanhou os trabalhos da secção de História Geral. Já José Veríssimo manteve presença assídua na secção de História Literária e das Artes.

Assim, quem de fato apresentou uma tese no Primeiro Congresso de História Nacional foi Henrique Américo Santa Rosa (1860-1933), com o título “A depressão amazônica e seus exploradores”, apresentada e avaliada na seção de “História e explorações geográficas”, coordenada por Gastão Ruch, com a presença de vários outros intelectuais, como Norival Soares, Clóvis Bevilaqua, Basílio de Magalhães, Gentil de Moura, Alfredo Russel, Justo Jansen Ferreira, Jardim Derby, entre outros. No que diz respeito a Santa Rosa, representante paraense, deve-se lembrar que além da sua influência no círculo intelectual de Belém à época, visto sua trajetória advinda de família com tradição política republicana, ele foi um dos intelectuais com destacado papel na refundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, instituto esse que teve decisivo papel na construção de uma história da Amazônia inclinada à produção de um regionalismo histórico em diálogo com o nacionalismo vivido à época.

Henrique Santa Rosa era natural de Belém, Pará, formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, geógrafo, político e historiador. Intelectual abolicionista foi um dos fundadores do Clube Republicano do Pará, trazendo uma série de contribuições para a história e a Geografia amazônicas, com a publicações de textos e obras de caráter regional. Atuou como diretor-geral das Obras Públicas e Colonização do Pará, além da chefia da Comissão de Saneamento de Belém. Dentre as obras publicadas, cita-se aqui: *Mapa Geral do Pará, Belém e a sua tipografia*, 1924; *História do Pará*; *Descrição física do Pará*; *Limites do Amazonas e Pará*; *História do rio Amazonas* (1926, Belém), dentre outras.

Santa Rosa compunha um círculo de intelectuais paraenses que buscava produzir interpretações da Amazônia a partir do

diálogo entre a história e a geografia, destacando nesse círculo outros dois engenheiros: João de Palma Muniz e Ignácio Baptista de Moura. Esses homens de letras estavam próximos ao Estado, com funções públicas, o que explica o Governo do Pará enviar Santa Rosa ao Congresso de História, como muitos chamavam o evento. Filhos de uma elite política e econômica da região, João de Palma Muniz e Ignácio Baptista de Moura e Henrique Santa Rosa se formaram em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, uma das melhores do país a época. Graduados por uma cultura politécnica, baseada nos princípios positivistas reinantes no Brasil à época, constituíram no Pará uma elite científica de intelectuais responsáveis pela integração da região amazônica à nação brasileira, forjando por meio das narrativas históricas e geográficas, uma tradição de modernidade, progresso e civilização,

Historiografia Amazônica: diálogos internacionais

A partir da leitura dos Anais do Primeiro Congresso, observa-se, que três assuntos mereceram uma atenção especial dos estudiosos, a saber, o “Domínio Holandês”, a “Revolução de 1817” e a “Guerra do Paraguai” – episódios da história pátria e com destaque para o fato de que as discussões sobre os holandeses e a Revolução de 1817 acabaram contemplando Pernambuco⁷. Não se pode esquecer as prementes influências da participação de paraenses no Congresso e o processo de refundação do IHGP, justamente no ano de 1917, do centenário da Revolução Pernambucana de 1817. Se o Primeiro Congresso de História Nacional, tido como um dos maiores eventos da historiografia brasileira à época, valorizou a Revolução 1817, como um dos pontos fortes do evento, a intelectualidade paraense buscou alinhar a refundação do IHGP com o que estava na ordem do dia nacionalmente, já que a Revolução de 1817 servia ao ideário patriótico. Deve-se lembrar, nesse ponto, que também contribuiu

⁷ PASCHOAL, Guimarães, Lucia Maria. Op. Cit., 2005.

para a refundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará as comemorações do Tricentenário de Belém, iniciadas em 1915, visto o volume de material produzido no campo da memória e comemorações ditas históricas no Pará.

Henrique Santa Rosa, com a tese intitulada “A depressão amazônica e seus exploradores”, foi o único historiador da região a apresentar uma tese no Primeiro Congresso – no caso a sexta tese oficial e a décima primeira da segunda seção – e, como o próprio título da tese demonstra, esse intelectual apresentava um texto em que realizava um diálogo da história com a geografia. Conforme Tarcísio Moraes:

Nessa obra, Santa Rosa desenvolve a mesma abordagem metodológica no campo da geografia histórica, que, anos mais tarde, em 1926, dará origem a sua grande obra *A História do Rio Amazonas*; como já vimos, esse é um trabalho cuja abordagem, em última análise, demonstra a sintonia do engenheiro-geógrafo-historiador com as principais tendências historiográficas dos primeiros anos do século XX, período no qual as pesquisas em geografia histórica vinham se consolidando como uma nova área de estudos nos principais centros universitários europeus.⁸

A maior inspiração teórica de Santa Rosa foi o francês Élisée Reclus (1830-1905), geógrafo com uma vasta biografia, cujos apontamentos são apenas alguns elementos de influência de sua trajetória sobre a intelectualidade brasileira mediante a circulação de ideias. Um dos pontos centrais de seu pensamento era a abordagem do espaço a partir da história e no que se refere à relação desse geógrafo com o Brasil, registra-se que Reclus inclinou-se para a América visando a elaboração de um projeto sobre a Nova Geografia Universal. Nesse processo viajou para o Brasil, Uruguai e Argentina, 1893 e conforme Federico Ferretti (2016) esteve bastante interessado em conhecer o projeto de

⁸ MORAES, Tarcísio Cardoso. **A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, p.48.

República no Brasil, além de considerar, naquele momento, que o país se constituía uma espécie de núcleo experimental da possível miscigenação universal, vista por Reclus como antídoto contra o racismo, uma vez que possuía posição ideológica contrária às formas de dominação e autoritarismo.⁹ Ainda de acordo com Ferretti, o geógrafo foi recebido pela intelectualidade brasileira representada pela Sociedade de Geografia, pelo Instituto Brasileiro de História e Geografia e pela Academia Brasileira de Letras.

A relação com o Brasil ganhava novos contornos quando os estudos de Reclus foram utilizados pelo Conselho Federal Suíço para arbitrar o contestado fronteiro franco-brasileiro, em 1900. Dessa feita, “o capítulo da Nova Geografia Universal sobre o Brasil é publicado e traduzido para português, pelos barões Rio Branco e Ramiz Galvão, sob o título Estados Unidos do Brasil”¹⁰. A partir dessa obra é possível aventar sua recepção na Amazônia, pois um dos maiores capítulos é justamente sobre a região. Inclusive, é nessa produção que Reclus trabalha com a ideia de “depressão amazônica”, apresentando um mapa da região. O movimento de cheias e recuos das águas do rio Amazonas foi pensado por esse geógrafo como fatores centrais para a constituição da “depressão amazônica”, tema da tese de Henrique Santa Rosa no Primeiro Congresso. Na obra citada, Reclus elaborou uma divisão regional do Brasil, que, de acordo com Miyahiro, é “[...] a partir da proposta de divisão regional do Brasil de Reclus em que o conceito de região natural se evidencia, com o uso das bacias hidrográficas norteando sua descrição e análise”.¹¹ A divisão proposta era seguinte: a

⁹ FERRETTI, Federico. Breve cronologia da vida de Élisée Reclus (1830-1905), **Terra Brasilis** [Online], 7/2016. Acesso em 18 janeiro 2023. URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1764>; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1764>

¹⁰ *Ibidem*, p. 05.

¹¹ MIYAHIRO, Marcelo Augusto. **O Brasil de Élisée Reclus: território e sociedade em fins de século XIX**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 52. doi:10.11606/D.8.2011.tde-25062012-135823. Acesso em: 21 jan. 2023.

Amazonia; o Araguaia e o Tocantins; a Costa equatorial; o São Francisco; o Parahyba; o Matto Grosso; Uruguay e o Paraná.

Essa configuração acabou influenciando o campo geográfico brasileiro. Na Amazônia, os estudos de Henrique Santa Rosa demonstrados na tese escrita para o Primeiro Congresso evidenciam que o engenheiro e intelectual paraense adotou a perspectiva de que a bacia do rio Amazonas era o centro da análise regional. A influência teórica europeia comprova que esse autor paraense já fazia parte da chamada nova geração de historiadores brasileiros, influenciados pelo ambiente republicano e pelas novas tendências historiográficas europeias. Segundo Nicodemo, Santos e Pereira, os historiadores dessa geração possuíam uma diferença em relação aos anteriores em termos de discurso, especialmente por se mostrarem atualizados nas discussões científicas da época da *belle époque*, com diálogos com outras ciências, cujos métodos visavam a erudição e a busca por métodos ligados à pesquisa documental.¹²

Santa Rosa realizou um instigante exercício não só de geografia histórica, mas, também, trabalhou em uma linha que ele mesmo chamou de história geológica, já que buscou analisar a formação geológica da bacia do rio Amazonas, especialmente a partir dos estudiosos exploradores dessa região ao longo do tempo. O debate trazido por ele acionava o campo de produção científica acerca da formação do que chamou de “depressão amazônica ou amazonense”, citando viajantes, cientistas e escritores que estiveram na Amazônia e pesquisaram acerca da formação do relevo amazônico, como Jean Louis Rodolphe Agassiz, Alfred Wallace, Charles Fred Hatt, Euclides da Cunha, Jacques Huber, dentre outros. No que se refere aos trabalhos de Jacques Huber, Henrique Santa Rosa menciona a obra *Contribuição à geographia physica dos furos de Breves: e a parte occidental de Marajó*, publicado pelo Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1902. Nessa obra

¹² NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Op. Cit., 2018.

Santa Rosa destaca os aspectos geográficos (vegetação, hidrografia, relevo, fauna) amazônicos, afirmando a importância das pesquisas do botânico suíço para a região à época de sua passagem pelo Museu Goeldi, colaborando, em especial, para conhecer “as phases diversas por que tem passado a depressão amazônica nos períodos que hão contribuído para sua formação geológica”.¹³

Santa Rosa, dialoga, ainda, sobre os rios da região, e em especial o Amazonas, tratando de sua história, recuando aos tempos coloniais de Vicente Pinzon para relatar sobre a descoberta do rio, uma espécie de história dos exploradores do rio Amazonas, dos espanhóis aos portugueses, dividindo o texto a partir dos temas dos primeiros exploradores, os exploradores para a catequese, e os exploradores científicos. Todo o movimento textual acaba por revelar uma prática comum entre os historiadores amazônicos na primeira metade do século XX: a ênfase sobre as origens da região amazônica. No caso, o estudo das origens recaía sobre a depressão amazônica e a exploração do rio Amazonas.

A tese de Henrique Santa Rosa para o Primeiro Congresso de História Nacional passou pelo crivo de seus pares historiadores do IHGB e obteve aprovação da comissão avaliadora:

A mencionada produção, além de revelar a capacidade do seu autor, claramente evidencia o cuidado por elle posto em apoiar-se na licção dos melhores tratadistas nacionais e alienígenas, e acha-se versada em forma escoreita.

Digna é, portanto, de figurar na obra com o 1º Congresso de História Nacional vae agora erigir, a prol da cultura brasileira [...].¹⁴

A comissão avaliadora – formada por Gastão Ruch, Basílio de Magalhães, Alfredo Russel, Domingos Monteiro, Geraldino Campista e Moraes Jardim – demonstrava reconhecimento pelos vários autores citados por Santa Rosa, além de reforçar o caráter de

¹³ SANTA ROSA, Henrique. A depressão amazônica e os seus exploradores. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (tomo especial consagrado ao 1º congresso de História Nacional)**, t. II. 1914, p. 287.

¹⁴ O ESTADO DO PARÁ. Ano IV, N.º 1.302. Belém – PA, 5 de nov. de 1914.

produção nacional da tese. Por outro lado, o engenheiro e historiador paraense cumpria seu papel em representar e inserir a Amazônia na história nacional, com os antigos objetivos da região relacionados ao desenvolvimento regional, além da busca por visibilidade a partir do aproveitamento das riquezas disponíveis.

Considerações finais

Henrique Santa Rosa ao longo de sua tese apresenta importantes nomes da intelectualidade amazônica, descrevendo-os positivamente como dedicados pesquisadores de dados científicos sobre as terras amazônicas e propagadores da superioridade “da raça de nossos aborígenes”¹⁵. Além de construir a história e geografia regional, articula-a a história do Brasil, trazendo destaque para os principais acontecimentos e paisagens da região, dialogando com os interesses da intelectualidade amazônica deste contexto.

Mas, o que chama a atenção, também, é a demonstração do alinhamento do autor com a política governamental amazônica, pois declara que a menção aos intelectuais do passado deveria servir de exemplo às gerações do presente para que “o desenvolvimento da Amazônia se faça em marcha acelerada, aproveitando a utilidade de tantas riquezas que contém”¹⁶. Ou seja, o discurso do desenvolvimento da Amazônia aparece claramente, além da ideia de que a região seria núcleo de riquezas inexploradas. A evidência para a região se fazia por meio da história exemplar do passado aplicado ao presente da época.

¹⁵ SANTA ROSA, Henrique. A depressão amazônica e os seus exploradores. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (tomo especial consagrado ao 1º congresso de História Nacional)**, t. II. 1914.

¹⁶ *Ibidem*, p. 322.

Referências

1º Congresso Brasileiro de História. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1914.

FERRETTI, Federico. Breve cronologia da vida de Élisée Reclus (1830-1905), **Terra Brasilis** [Online], 7/2016. Acesso em 18 janeiro 2023. URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1764>; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1764>

LIMA, Manuel de Oliveira. Actual Papel do Instituto Histórico. **Revista do IHGB**, Tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 489.

MIYAHIRO, Marcelo Augusto. **O Brasil de Élisée Reclus: território e sociedade em fins de século XIX**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 52. doi:10.11606/D.8.2011.tde-25062012-135823. Acesso em: 21 jan. 2023.

MORAES, Tarcisio Cardoso. **A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, p.48.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Op. Cit., 2018.

O ESTADO DO PARÁ. Ano IV, N.º 1.302. Belém – PA, 5 de nov. de 1914.

PASCHOAL, Guimarães, Lucia Maria. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo** [online]. 2005, v. 9, n. 18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042005000100007>> Acesso em: 13 jan. 2023, p. 150.

Primeiro Congresso de História Nacional. **O Paíz**. Rio de Janeiro. 07 de junho de 1913.

SANTA ROSA, Henrique. A depressão amazônica e os seus exploradores. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (tomo especial consagrado ao 1º congresso de História Nacional)**, t. II. 1914.

CAPÍTULO 10

O lugar do testemunho na poesia de combate moçambicana

Josilene Silva Campos¹

Resumo: A literatura de combate moçambicana é representada por um conjunto de poemas ligados ao movimento nacionalista da FRELIMO (Frente de libertação de Moçambique) que emergiram durante a guerra de independência, cuja temática girava em torno da opressão colonial portuguesa e da resistência encabeçada pela luta armada. Este artigo tem como objetivo propor uma reflexão sobre o lugar do testemunho nos textos poesia de combate publica entre 1964 até 1975. A base teórica do estudo se apoiou em Márcio Seligmann-Silva, e sua compreensão de que literatura de testemunho é uma forma de expressão literária que documenta e transmite as experiências vividas por indivíduos em situações extremas. A metodologia de pesquisa, utilizada foi a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Memória; Testemunho; Poesia; Moçambique; África

Introdução:

Os poemas de combate moçambicanos são uma forma de expressão artística literária que se originou da experiência da luta armada de libertação nacional ocorrida em Moçambique. São caracterizados por sua natureza política e socialmente engajada, buscando denunciar as injustiças do colonialismo, promover a

¹ Doutora em História (USP), professora da UEG. Este estudo é parte do resultado do trabalho desenvolvido no projeto de pesquisa *“As literaturas africanas e a escrita da História: contestação colonial e a autoinscrição nacional”*, na Universidade Estadual de Goiás –UEG.

conscientização política e inspirar a resistência contra o domínio colonial português. Alguns dos autores dessa literatura eram ativistas políticos e intelectuais pertencentes ao alto quadro político do movimento. Outros, eram pessoas do povo que haviam se juntado ao movimento de guerrilha que produziram os textos a partir das ações educativas e formativas realizadas pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) nas zonas libertadas.

Esses poemas² refletiam as experiências e aspirações do povo moçambicano durante um período de intensa agitação política e social. Frequentemente abordavam questões como a opressão colonial, a exploração econômica, a luta pela liberdade e a construção de um estado nacional moçambicano. Outros temas abordados incluíam a glorificação da resistência e da luta armada, a denúncia das atrocidades cometidas pelo regime colonial, a celebração da identidade cultural moçambicana e a visão de um futuro livre e independente para o país. Esses poemas muitas vezes eram recitados em movimentos políticos fora de Moçambique, manifestações e reuniões comunitárias, servindo como uma forma de mobilização e unificação do povo em torno de uma causa comum.

A FRELIMO concebe a poesia de combate como uma expressão revolucionária, uma vanguarda da luta, um braço armado. De acordo com esse entendimento, a literatura “não é apenas uma necessidade literária, antes faz parte do equipamento revolucionário”³. O sentido da produção poética é inteiramente ligado aos domínios da guerra; a escrita do poema é a escrita da

² Após a independência, estes poemas tornaram-se veículos poderosos de transmissão das experiências coletivas de resistência, sofrimento e esperança vividos durante o período colonial e a luta pela independência. Além desse fator, tornaram-se um importante instrumento político e ideológico da FRELIMO sendo alçados ao status canônico, compondo com o conjunto de discursos oficiais criados com o objetivo de fortalecer a legitimidade do governo. O partido promoveu ativamente a cultura como uma ferramenta de mobilização política e de construção nacional, estimulando a produção de literatura e arte que promovessem os ideais da revolução moçambicana.

³ FRELIMO. *Poesia de combate II*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico, 1977b, p. 5.

guerra, os poemas são tomados como a voz do povo em marcha para a liberdade, “há [uma] identificação absoluta entre prática revolucionária e a sensibilidade do poeta”⁴. A relação entre o movimento e as poesias de combate é vista como duas faces de uma mesma moeda, defendendo-se inclusive a confluência entre a história da FRELIMO e a insurgência da poesia de combate. Essa ideia é explicitada na introdução do segundo tomo. Cito: “esta segunda edição de poemas é obra da FRELIMO e faz parte da história da FRELIMO”⁵.

Em *Lutar por Moçambique*⁶, Eduardo Mondlane argumenta que a arte foi objeto de repressão durante o domínio colonial português, mas que se configurou como um dos maiores espaços de resistência, ao criar formas “subterrâneas” de sobrevivência. Com a luta de libertação, em particular nas zonas libertadas, houve um ressurgimento de práticas culturais silenciadas pelo colonialismo como canções, danças e artes plásticas. A vivência da guerrilha possibilitou o contato com culturas diferentes oriundas dos diversos povos de Moçambique e de países que apoiavam a causa nacionalista. As expressões culturais experimentaram um intercâmbio de referências, técnicas e temas que influenciaram as produções que eram feitas, sobretudo nas zonas libertadas, como é o caso da literatura de combate.

Essa “explosão poética” ocorrida nas áreas controladas pela FRELIMO, de acordo com Mondlane, está relacionada, dentre outros, a dois fatores: ao processo de alfabetização concretizado nas zonas libertadas, e à formação técnica e política que acontecia nas escolas militares da FRELIMO ou em países parceiros. O acesso e o aperfeiçoamento da escrita e da leitura promoveu um novo significado às produções literárias incentivando setores da população a lerem sobre si e a escrever suas histórias, podendo

⁴ FRELIMO. **Poesia de combate I**. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico, 1974. p. 1.

⁵ FRELIMO, 1977b, p. 5.

⁶ MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Costa e Sá, 1975.

transformar-se em sujeitos da escrita e em escritores de poesia. Mondlane argumentou: “a distância entre o intelectual e o resto da população está a desaparecer. E isto trouxe uma nova dimensão à poesia política, que perdeu o seu tom de lamento e adquiriu um novo fogo revolucionário”⁷. Os ideais políticos e ideológicos da frente nacionalista e a experiência da guerrilha forjaram uma poesia militante, cuja essência libertária estava comprometida com a construção de uma cultura revolucionária.

Michele Petit, em *A arte de ler ou como resistir à adversidade*, pondera que em situações de crise, quando há o estabelecimento de mudanças brutais e violências generalizadas, os modos de regulamentação social e psíquica vigentes tornam-se extensamente inoperantes. Ao vivenciar tais rupturas violentas os indivíduos são confinados a um tempo imediato sem horizontes de expectativas, sem futuros, sem projetos, sem continuidades. Entretanto, as situações de crise “podem igualmente estimular a criatividade e a inventividade, contribuindo para que outros equilíbrios sejam forjados”⁸, como uma possibilidade de regeneração, de recomeço. Diante do horror, produzir arte é a reafirmação da humanidade, da existência dos sujeitos no mundo, é apostar no efeito transformador da escrita, é uma atitude de insubordinação frente a um real insuportável. Em contextos de traumas históricos a arte é um elemento que possibilita não somente denunciar o horror, mas também pensar a redenção. Em Moçambique – e demais países africanos – as manifestações artísticas se apresentaram como uma fissura por onde escoaram as expressões de angústia, indignação, revolta e contestações: “as canções, música e danças populares, a literatura e a arte constituíram meios fundamentais para o reforço da resistência anticolonial”⁹ mas, também, para restabelecer o lugar dos sujeitos e de sua humanidade.

⁷ MONDLANE, 1975, p. 142.

⁸ PETIT, Michèle. *A arte de ler: ou como resistir à adversidade*. São Paulo: Editora 34, 2009. p. 21.

⁹ HEDGES, 1999, p. 231.

O processo de escrita literária dos poemas associado à luta pela independência política – para além das questões políticas de instrumentalização da arte – foi uma janela que possibilitou exhibir as feridas, expurgar as dores e construir novos horizontes. Os poemas figuraram como uma forma de ler o mundo, mas também, de projetá-lo; viabilizou a recuperação, a partir da escrita poética de um referencial diferente do colonizador e do registro das vivências em que se revelam sentidos, anseios, experiências, suscitando um deslocamento e assegurando o acesso e a posse de sua própria história, como narra o poema *As palavras descolonizadas* de Podogoma, as palavras “até aqui oprimidas pelo som e a fúria / da falsa superioridade colonialista”¹⁰ ao serem apropriadas e utilizadas como armas de guerra “destruíram os mitos / da civilização que nos oprimia / entre um deus tolo e uma bíblia-cofre”¹¹.

Os sujeitos colonizados têm na sua escrita uma forma de atuação no movimento de libertação. A construção de sentido a partir de suas narrativas é parte do caminho para a liberdade, a poesia criada na/pela guerra – um espaço hostil de violência generalizada – é uma forma de resistência, de luta. Uma estratégia para não sucumbir à corrente de destruição gerada pelas experiências dolorosas, um ato subversivo, uma reação à destruição, à morte e ao medo.

Uma das características dessa produção é a utilização da memória de dor ligada a experiência colonial como substrato de construção do nacionalismo frelimista. O uso do tom testemunhal nos poemas tinha como objetivo criar um regime de verdade nas publicações literárias, tornando-as um importante espaço de discurso político / ideológico. Ao reificar uma realidade, essa literatura codificava uma história vivida, promovia identificação, criava uma consciência coletiva e permitia o reconhecimento de um

¹⁰ PODOGOMA. *As palavras descolonizadas*. In: FRELIMO. **Poesia de Combate** 3. Maputo: FRELIMO, 1980. p. 8.

¹¹ PODOGOMA, 1980, p. 10.

inimigo comum (o colonialismo português), fator crucial para a constituição de um nacionalismo moçambicano.

Ao lançar mão das memórias das violências coloniais na literatura, projetava-se sentimentos de pertencimento a um espaço comum, e de unidade na resistência entre aqueles que sobreviveram, por isso, poderiam testemunhar, uma vez que o narrado tem poder ao personificar uma experiência e compartilhar uma memória comum. Nesse caráter testemunhal o sobrevivente, aquele que viu a destruição e a morte de perto, é alguém disposto a partilhar sua experiência, mas, também a mobilizar politicamente quem o ouve. A memória compartilhada pelos poemas é coletiva, social, faz referência a uma situação histórica onde o comum encontra no testemunho um reflexo de sua própria experiência. Nesse sentido, os poemas de combate produzidos em Moçambique devem ser lidos como parte da política estratégica da FRELIMO em tecer uma rede de significados socialmente partilhados que, além do sentimento de pertencimento, criaria um senso de direção para a construção de um projeto de Estado Nacional.

A trama que vai unir os diferentes povos em torno do movimento de libertação é justamente a experiência compartilhada, o inimigo em comum e a expectativa da libertação. Por seu teor testemunhal, os poemas apresentam-se como um espaço de rememoração, um lugar privilegiado onde aqueles que foram silenciados pela violência colonial podem falar. Há uma aposta no poder dessa narrativa e na potencialidade da recepção, uma expectativa de que o testemunho materializado na palavra poética seja incendiário e se converta em prática revolucionária.

Memória, testemunho e os princípios da unidade

Os poemas de combate moçambicanos, sobretudo os escritos entre 1965 -1975, possuem como principal cerne discursivo a memória do colonialismo, o testemunho das violências perpetradas. É uma produção que engendra um tempo teleológico que por vezes faz confluir presente e passado a partir da narrativa

da violência colonial. Ciente do valor da memória das experiências individuais e o impacto gerado por uma partilha coletiva dessa realidade, a FRELIMO privilegiou narrativas que permitiam uma identificação dos temas dos poemas de combate no plano da coletividade. As situações de abusos, mortes e humilhações infligidas contra a população local foram transformadas em substrato para as construções literárias. Foram criados poemas tecidos pelos fios da memória da violência colonial em uma dinâmica onde o caos e a dor são revisitados e reconstruídos em uma operação depurativa de um testemunho revivido.

Como lembra Sartre, “os indivíduos de uma mesma época e de uma mesma coletividade, que viveram os mesmos eventos, [...] têm um mesmo gosto na boca, têm uns com os outros a mesma cumplicidade e há entre eles os mesmos cadáveres”¹². O uso do tom testemunhal nos poemas tinha como objetivo criar um regime de verdade nas publicações, construídas como uma espécie de diário memorialístico compartilhado por todos os moçambicanos. Ao reificar uma realidade, essa literatura codificava uma história vivida, promovia identificação, criava uma consciência coletiva e permitia o reconhecimento de um inimigo comum (o colonialismo), fator crucial para a constituição do nacionalismo. Além disso desempenhava a função de aproximar a população daqueles que se apresentavam como os libertadores, no caso, a FRELIMO.

O testemunho foi um elemento fundamental na prática política da FRELIMO por ser a base dos princípios da unidade, ou seja, o elemento que garantiria que os distintos moçambicanos se integrassem na luta de libertação nacional em prol de um desejo coletivo maior: a libertação do domínio colonial português. Além da literatura, essa base testemunhal aparece nos textos e discursos políticos por estar ligado a ideia de unidade. Esse princípio - a unidade - garantiria os fundamentos e estabeleceria os objetivos da luta nomeando que era o inimigo a ser combatido assegurando que

¹² SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Petrópolis: Vozes, 2015, p. 61.

as ações políticas desempenhadas pelos combatentes levassem a vitória do movimento.

Nesse sentido, o testemunho ocupa um lugar tanto na composição quanto na manutenção do movimento nacionalista, associado à ideia de unidade configurava-se um elemento fundamental para a vitória na guerra. Como exemplo dessa importância, José Luís Cabaço, nos fala sobre um ritual de passagem adotado pela FRELIMO, denominado “narração de sofrimento” em que o testemunho seria a grande chave de integração dos sujeitos que desejavam se integrar no movimento nacionalista. O autor faz um relato detalhado de como essa dinâmica funcionava e os objetivos por trás dela. Cito:

Perante uma assembleia de todos os combatentes presentes no local, o elemento recém-chegado deveria declarar sua minuciosa identificação (nome, família, aldeia, chefe etc.) e narrar a própria história de vida, detalhando as motivações de sua decisão de se juntar à luta: as situações de opressão e explorações vividas, as humilhações sentidas, os sofrimentos físicos e psicológicos pelos quais passara. Após sua apresentação, a assistência pedia esclarecimentos sobre algumas passagens e teciam-se comentários e declarações de apoio ou crítica. Um comissário político moderava o debate. Com fase conclusiva da sessão, os presentes eram convidados a apresentar outras experiências de humilhação e sofrimento por eles vividas, ou do seu conhecimento, passadas em outras regiões de Moçambique. Os quadros mais qualificados ou o próprio comissário político recordavam histórias de anteriores “narrações de sofrimento” ouvidas de recrutas de outras proveniências etnolinguísticas, estabelecendo paralelismos.¹³

Essa cerimônia segundo Cabaço, além de tentar evitar possíveis infiltrados e construir no plano psicológico uma situação de vulnerabilidade entre os envolvidos tinha um caráter ideológico. Ao apresentarem suas narrativas testemunhais de

¹³ CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 298.

sofrimento, construía-se a percepção de que a dominação colonial não era uma experiência individual e sim, coletiva. Portanto, o elemento fundamental da libertação é o senso de coletividade, de unidade. A trama que vai unir os diferentes povos em torno do movimento de libertação é justamente a experiência compartilhada, o inimigo em comum e a expectativa da libertação.

O testemunho enquanto elemento estrutural na política da FRELIMO, naturalmente, foi refletido na produção literária ligada ao movimento. Os poemas de combate apresentam como principal eixo temático o testemunho da violência colonial. Junto com a expressão do que foi vivido, há um desejo pela partilha ligado por um chamado, uma convocação em torno do ideal de liberdade. A narrativa poética cumpriu uma função política, foi um importante elemento discursivo na construção do sentimento de unidade, fundamental durante a guerra, mas, também, após a independência.

Poesia e testemunho

A poesia de combate moçambicana desempenha um papel significativo na transmissão de testemunhos e na representação das experiências traumáticas do colonialismo, ao dar voz aos que foram silenciados pelo domínio colonial, resgata memórias coletivas de dor. A escrita se apresenta como um instrumento de denúncia e preservação da memória daqueles que foram vítimas da opressão. Os poemas confrontam e apresentam histórias de sofrimento e injustiça que possibilitam um despertar para o desejo de libertação, se apresentam como uma forma de resistência e um meio de transformação social. Essa criação literária que mergulha de forma tão intensa nos aspectos da memória é, segundo Alfredo Bosi, “nem pura ficção, nem pura historiografia; testemunho”¹⁴. Esse caráter testemunhal dos poemas de combate é aludido pela

¹⁴ BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. In: **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 309.

FRELIMO no texto de introdução do tomo II de sua antologia, onde é declarado: “este livro de poemas é menos de versos que de testemunho. De testemunho activo. Testemunho dinâmico.”¹⁵, uma forma utilizada para organizar, pensar e projetar o mundo.

Ao analisarmos essa produção literária, fica patente o compromisso do texto com o viés testemunhal de partilha coletiva. Nos trechos dos poemas de Jorge Rebelo, *Vem contar-me o teu destino irmão* e *Gostaria de ser poeta* de Desi Mora, publicados respectivamente no tomo I e III da *Poesia de Combate*, é evidenciado a importância do testemunho daqueles que sofreram a experiência da violência colonial. Em ambos há uma narrativa de dor, revolta e resistência, e seus temas são centrados no valor do compartilhamento do inimigo comum, por meio do qual se delineou uma ideia de destino comum de libertação:

Vem contar-me o teu destino, irmão/ Vem apontar-me no teu corpo a revoltas / Que o inimigo plantou / Vem dizer-me: Aqui as minhas mãos esmagadas / porque defenderam a terra / que lhes pertencia / Aqui o meu corpo foi torturado / porque recusou-se curvar ao invasor / aqui a minha boca foi ferida / porque ousou cantar / a liberdade do meu povo / Vem contar-me o teu destino, irmão / Vem dizer-me os sonhos de revolta / que tu e teus pais e teus avós / alimentaram / em silêncio / em noites sem sombras / próprias para amar/ [...] / vem contar-me tudo isto irmão / Eu depois vou construir palavras simples / que mesmo as crianças compreendam / que entrem em todas as casas como o vento / que caíam como brasas / na alma do nosso povo. / Na nossa terra / as balas começam a florir.¹⁶

Gostaria de ser poeta / E poder contar para todos / A dor e a humilhação / Que por tantos anos sofremos / Pois assim relataria como foi / A luta durante séculos / De opressão ao colonialismo / Para os nossos filhos amanhã / avaliarem como foi a vida / antes deles ... / Gostaria de ser poeta / Para fazer sentir ao Povo / que muitas vezes os corpos / É que serviam de estrada / Explicar a própria razão / Da nossa luta armada / Explicar / A construção da liberdade/ a expulsão do divisionismo / Da exploração e do racismo / [...] /

¹⁵ FRELIMO, 1977, p. 4.

¹⁶ REBELO, 1977, p. 53-54.

Gostaria de ser poeta / Para poder relatar / Tudo que foi vida / E que amanhã será POEMA.¹⁷

Por seu teor testemunhal, os poemas apresentam-se como um espaço de rememoração, um lugar privilegiado onde aqueles que foram silenciados pela violência colonial podem falar. Nesse caráter testemunhal o sobrevivente configura “aquele que passou por um “evento” e viu a morte de perto, desperta uma modalidade de recepção nos seus leitores que mobiliza a empatia na mesma medida em que desarma a incredulidade”¹⁸. No primeiro poema, o sentido de solidariedade e “irmandade” é construído a partir do lugar comum da violência colonial. Há uma aposta no poder dessa narrativa e na potencialidade da recepção, uma expectativa de que o testemunho materializado na palavra poética seja incendiário e se converta em prática revolucionária. No segundo poema há uma dimensão de “biblioteca revolucionária” atribuído aos poemas que seriam guardiões das memórias e dos testemunhos daqueles que vivenciaram o período colonial, a luta e a libertação. Carrega um sentido projetivo com uma “moral histórica” para que as gerações futuras aprendessem o caminho percorrido por gerações passadas. Em ambos os poemas citados os poetas são apresentados como os responsáveis por relatar a experiência e o testemunho. E enquanto ouvinte dos fatos que serão poetizados o escritor é o responsável por salvaguardar a memória do sofrimento colonial (fator de unidade) e os caminhos da luta de libertação.

Mesmo com a conquista da independência nacional, os textos que fazem referência à luta de libertação seguiram sendo modelo de produção literária. A literatura é tomada como um dos instrumentos de formação cívica e moral do Estado, ideal para desempenhar a função formativa de elevar o novo poder e edificar os valores da revolução. Vista como uma realidade documentada

¹⁷ MORA, Dési. Gostaria de ser poeta. *In: Poesia de combate III*. Maputo: FRELIMO, 1980. p. 15.

¹⁸ SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 375.

compunha a política da memória da FRELIMO, que tinha como objetivo projetar a experiência da luta armada entre a população, desempenha uma importante função na criação de uma consciência nacional. Por seu tom testemunhal, a poesia de combate é consagrada como uma memória da luta armada de libertação nacional, uma testemunha dos sofrimentos, do sangue derramado, do triunfo do movimento nacionalista e leme para os novos dias. O poema que já fora a voz destemida da guerrilha agora se apresenta como baluarte da voz da revolução social que se encaminha para construção de um novo país.

Referências:

- BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. *In: Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- FRELIMO. **Poesia de Combate III**. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico, 1980a.
- FRELIMO. **Poesia de Combate II**. Maputo: Departamento de Trabalho Ideológico, 1977a.
- FRELIMO. **Poesia de Combate I**. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico, MORA, Dési. Gostaria de ser poeta. *In: Poesia de combate III*. Maputo: FRELIMO, 1980.
- REBELO, Jorge. **Vem contar-me o teu destino, irmão**. *In: FRELIMO. Poesia de Combate II*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico, 1977a. p. 53-54
- MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Costa e Sá, 1975.
- PETIT, Michèle. A arte de ler: ou como resistir à adversidade. São Paulo: Editora 34, 2009.
- SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Petrópolis: Vozes, 2015.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Unicamp, 2003.

_____. Testemunho e a Política da Memória: O Tempo depois das Catástrofes. Projeto História, Revista do Programa de Estudos PósGraduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, v. 30, n.30, 2006.

_____. Literatura da Shoah no Brasil. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, v. 1, nº 1, 2007.

_____. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Psicologia Clínica, v. 20, n. 1. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia da PUC – Rio, 2008.

CAPÍTULO 11

Tambor de crioula em comparação: abordagens e caminhos teóricos possíveis para a construção de uma pesquisa sensível

Maria Arthuane da Costa Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho pretende investigar a prática cultural do tambor de crioula nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Pautados nos estudos de Marc Bloch e D'Assunção Barros, pretendemos elaborar um estudo comparativo acerca do recorte espacial já mencionado. Além disto, este apresenta alguns encaminhamentos teóricos que consideramos estruturantes na edificação de uma pesquisa substancial e sensível, aos quais tivemos acesso ao longo do primeiro ano do curso de doutorado. Por fim, como este ainda é um estudo a ser desenvolvido, reiteramos que os apontamentos e hipóteses levantadas são de caráter inicial e apenas com a continuação deste, se mostrarão pertinentes ou não.

Palavras-chave: História Comparada. Tambor de Crioula. Oralidade. Memórias.

Esta é uma pesquisa já iniciada no período de graduação no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí – CSHNB. Tendo sido continuada no espaço do Mestrado Acadêmico em História pela UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon. Enquanto pesquisa na graduação, a mesma se concentrou

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí – CSHNB, mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Marechal Cândido Rondon e doutoranda em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: costaartuane@gmail.com

no tambor de crioula da região dos Cocais - PI². Já dentro das delimitações do mestrado esta foi construída para abranger um recorte geográfico mais específico. Se concentrando na cidade de Porto – Cocais – e na capital do estado, Teresina. Sendo possível um estudo comparativo entre esses espaços tendo em vista seu contraste de construção, urbanização e das formas em como o tambor é praticado nestes. Nossa intenção para a pesquisa dentro do Doutorado é de acrescentar novos eixos de conhecimento assim como percorrer uma delimitação espacial maior, sendo que já fizemos pesquisa de campo e entrevistas no Piauí. A proposta de continuidade é uma pesquisa ligada aos estados do Ceará e Maranhão, adicionando entrevistas e reconhecimento de campo a edificação deste estudo. Para que este englobe o desenvolvimento de um trabalho no espaço e contexto dos estados, visamos a manobra historiográfica da História Comparada, consoante os escritos de Bloch³.

A problemática aqui disposta tem relação com dois pontos centrais de interesse, o primeiro tem relação com a construção histórica da prática cultural do tambor de crioula que se constituiu dentro dos espaços geográficos do Ceará, Piauí e Maranhão, com seus marcadores territoriais e culturais, buscando, portanto, a realização de um estudo comparativo. Assim, nosso interesse neste ponto é compreender como a prática do tambor, a musicalidade e as espacialidades ajudaram a construir esse movimento em um recorte temporal ainda não completamente definido, respeitando os encaminhamentos possíveis através da realização da pesquisa. Mas, tendo em vista o trabalho de campo que já realizamos no Piauí e as limitações encontradas nos entrevistados mais idosos, tecemos

² A região dos Cocais, está localizada na Macrorregião Meio Norte do Piauí e reúne ao todo vinte e dois municípios. No período de graduação realizamos trabalho de campo nos municípios de Porto e Miguel alves, já no espaço do mestrado voltamos apenas a Porto.

³ BLOCH, Marc. “Para uma história comparada das sociedades europeias”. In: História e Historiadores. Textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998, p.119-150.

inicialmente um recorte cronológico delimitado a partir da segunda metade do século XX, época em que muitos dos sujeitos com quem produzimos entrevistas começaram a receber os ensinamentos do manejo dos tambores, até os dias atuais, no intuito de nos debruçar mais arduamente sob o tempo presente do que propriamente recuar no passado. No entanto, destacamos mais uma vez que esta é uma delimitação inicial e que será alterada se isso se mostrar necessário ao longo da pesquisa e das possibilidades existentes.

O segundo ponto de conhecimento se molda em torno dos Estudos Étnicos dentro de ambos os territórios, enquanto ao longo da pesquisa percebemos e trabalhamos o tambor de crioula como proveniente dos povos afrodescendentes. Principalmente quando observado os sujeitos e espaços onde se há a prática de tocar o tambor dentro do Maranhão. No trabalho já elaborado e apresentado na modalidade de Conclusão do Curso, destacamos a presença da prática do tambor nas festividades religiosas afros em terreiros e centros, no decorrer da pesquisa analisamos um grupo de tambor piauiense que relata a ligação da prática que constroem para com a religiosidade afro. Também apontamos que como diversos outros batuques, a prática do tambor de crioula foi difundida em solo brasileiro pelos povos africanos trazidos na condição de escravizados para cá. Há brincantes no norte do Piauí que relataram em entrevista que a primeira festa de tambor de crioula foi realizada em comemoração à alforria dos povos escravizados no Brasil, no dia 13 de maio de 1888. Todas essas questões nos levam a pensar a questão negra a partir da prática do tambor de crioula, a fim de entender sua construção em uma historicidade que talvez escape a memória de seus praticantes, mas ainda se encontra enraizada neles e, na prática cultural do tambor.

O Tambor de Crioula é uma família instrumental que se divide em três, sendo do maior para o menor o tambor grande/rufador, meio/socador e crivador/mixirico. A confecção se inicia com a extração da madeira, caso essa não seja encontrada já caída e de preferência ocada, é feita a derrubada da árvore, o corte estipulando o tamanho vertical de cada tambor e depois realizado

o processo de ocar o tronco. A parte de cima do tambor é coberta por couro de boi, sendo esse fixado na madeira com pregos. Existe a crença entre os tocadores e foi reportado a nós na entrevista, de que a retirada da madeira deve acontecer em um período específico do mês, tendo essa conexão com fase da lua. No entanto, conferindo o calendário lunar não encontramos o mesmo ciclo presente no recorte do dia quatro ao dia dez, sendo que esses foram os dias destacados pelos entrevistados como apropriados para a retirada da madeira independente do mês.

A outra etapa que antecede a realização da roda de tambor de crioula é o aquecimento dos tambores na fogueira. Esse ritual é realizado no intuito de afinar o couro, dando mais flexibilidade a este e favorecendo o som. A preparação da fogueira também seria de responsabilidade dos tambozeiros, que usariam os pedaços de madeira disponíveis no local. Além da função de afinar os tambores, essa também demarca o local onde se posicionaria posteriormente a roda de tambor, fazendo uma alusão prévia aos presentes do espaço onde irá acontecer a festa.

Dado início a roda de tambor além do batuque e das cantigas entoadas, outro aspecto marcante da prática é a punga – passo da dança/baia que consiste nas baiadeiras/dançarinas aproximarem os umbigos. Embora essa seja uma característica bem marcada nas referências bibliográficas sobre o tambor de crioula, a punga é mais presente no estado do Maranhão, no Piauí apenas o grupo da capital realiza este movimento nas apresentações. Ao questionar os tambozeiros de Porto, região dos Cocais, sobre a punga ser realizada nas rodas piauienses, não encontramos narrativas acerca da presença da mesma nas rodas da região. A baia – dança do tambor de crioula que pode ou não incluir a punga - é um dos pontos altos da festa, já que envolve tanto as dançarinas e dançarinos dos grupos como a população no geral, proporcionando aos presentes a oportunidade de participar da roda e interagir com os tambores e tambozeiros. Observamos no estado do Piauí duas modalidades de baia: em Teresina essa realiza a punga e os passos são bem característicos dos realizados no

tambor maranhense, já em Porto as narrativas produzidas fazem menção a uma dança mais improvisada, onde é comum que os dançantes se envolvam passando a mão pelo pescoço de quem está ao seu lado formando uma linha horizontal que se movimenta no meio da roda. A realização das rodas de tambor é o resultado das etapas já descritas, sendo caracterizada pela formação de um círculo envolvendo tocadores e seus tambores, baiadeiras e baiadores – aqueles que dançam ao centro – e os demais presentes a sua volta.

A pesquisa que propomos ao longo deste projeto está estreitamente ligada as observações de Bloch sobre o método da História Comparada - HC. Consideramos que este é um campo que inicialmente necessita de semelhanças e diferenças entre objetos de estudo para ser possível a atribuição do instrumento comparativo. Chegamos à conclusão de que o método da HC seria o caminho historiográfico mais assertivo ao nos depararmos com continuidades e rupturas significativas entre os estados do Piauí e do Maranhão. Embora não tenhamos realizado trabalho de campo no território maranhense, ao longo da pesquisa acessamos fontes bibliográficas sobre o tambor de crioula em suas delimitações geográficas. Este foi o impulso necessário para problematizar a prática cultural dentro dos três estados citados a partir da comparação desta. No caso específico da pesquisa do tambor de crioula disposta nos estados citados, Bloch nos inspira a respeitar as delimitações de cada território e dos sujeitos presentes nestes, não sobrepondo um espaço sob outro nem as narrativas que certamente ora coincidirão, ora não. É importante lembrar que trabalhamos com fontes orais e que esse exercício é vital para a interpretação da prática cultural a partir dos seus agenciadores.

Para além disto, uma das hipóteses norteadoras deste trabalho é que as “novas gerações”⁴ da prática do tambor de crioula presentes nos estados citados são as maiores formuladoras da prática na

⁴ Nossa hipótese se constrói acerca de grupos ou sujeitos que tenham adentrado a aprendizagem da prática a partir dos anos iniciais do século XXI.

atualidade e também as responsáveis por como esta será repassada e continuada de agora em diante. Em nosso trabalho de campo no Piauí observamos duas frentes dessa “nova geração”, uma em Porto e a outra em Teresina, sendo a segunda mais antiga e fundada por volta de 2013. Dessa forma, supomos que as “novas gerações” de cada um dos estados estão moldando novas faces e caminhos de continuidade para a prática do tambor de crioula. Para tanto, faremos uso do método de análise denominado História Cruzada e trabalhado por José D’Assunção Barros⁵ que nos ampara na interpretação dessas “novas gerações” da prática. Como o autor bem pontua, os objetos observados não precisam obrigatoriamente pertencer ao mesmo espaço cronológico ou geográfico, apenas o problema⁶ precisa ser o mesmo para ser possível uma análise entre estes. No caso da nossa pesquisa, quando nos referimos as “novas gerações”, acreditamos que o problema esteja centrado na necessidade destas darem continuidade a prática do tambor de crioula nos espaços que ocupam. Portanto, percebemos estas gerações cruzadas ao passo em que trabalham para solucionar as problemáticas que desafiam a estabilidade da manifestação nos espaços que circulam e, também, por estarem construindo, mesmo que uma sem o conhecimento da outra, um movimento de continuação que já acreditamos está fortificando ambos os lados. Ao passo em que nós enquanto pesquisadores conseguimos identificar estas como caminhos viáveis para a realização e estruturação continua da manifestação no recorte espacial sugerido.

A bibliografia específica sobre a prática do tambor de crioula é referente aos escritos de Sergio Ferretti⁷ que trabalha o tambor

⁵ BARROS, José D’Assunção. “Histórias Cruzadas” In: História Comparada / José D’Assunção Barros. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

⁶ Tema comum entre os dois objetos e os caminhos para solução das problemáticas existentes em cada contexto.

⁷ FERRETTI, Sergio. Tambor de Crioula: ritual e espetáculo / organizado por Sergio Figueiredo Ferretti. 3. ed. - São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

maranhense, Ricardo Augusto Pereira⁸ que pesquisou o tambor de crioula na região dos Cocais – PI, Wanderson Carlos Lima da Silva⁹ que trabalha a identidade do tambor de crioula em Teresina – PI e, também, as produções da 3ª etapa do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Tambor de Crioula da Região dos Cocais – PI¹⁰ que agrupa três relatórios acerca do tambor de crioula nos Cocais: etnomusicológico, antropológico e histórico. Outras referências bibliográficas estão sendo incorporadas a estas, inclusive de autores maranhenses e cearenses. Destacamos nossa preferência por trabalhar autores locais e, inclusive, textos não publicados como monografias, dissertações e etc. O *status* de não publicação não anula a qualidade de muitos trabalhos a que já tivemos acesso e que estão em uso nesta e em pesquisas anteriores que construímos.

Ao longo do período de 2023.2 cursamos pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão a disciplina Teoria da História, ministrada pelo Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho, na qual tivemos a oportunidade de acessar referências bibliográficas e discussões estruturantes a pesquisa que propomos. Sobre estas gostaríamos de realizar um apanhado geral, não apenas como requisito de obtenção da nota final da disciplina, mas como uma escrita, ainda inicial, dos caminhos teóricos pelos quais irá seguir a versão final da tese ao final do curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

⁸ PEREIRA, Ricardo Augusto. **Poetas do tambor de crioula do Piauí** / Ricardo Augusto Pereira. Rio de Janeiro, 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁹ SILVA, Wanderson Carlos Lima da. **“Eu me criei na palha do côco, deixando o vento me balançar”**: a identidade do grupo de tambor de crioula Mangacrioula de Teresina-PI / Wanderson Carlos Lima da Silva. – 2019. 59 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Piauí.

¹⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais Do Tambor de Crioula da Região dos Cocais – PI. Teresina, 2014.

A primeira obra a ser exposta é o escrito de William H Sewell, *Acontecimentos históricos como transformações das estruturas: inventando a revolução na Bastilha*¹¹, que apresenta *acontecimentos históricos* como fatores de ruptura em um dado contexto. Assim como Sewell que aborda a história como um aglomerado de “terrenos irregulares”, também acreditamos que nenhum processo é linear ou que possua tal eixo de desenvolvimento e explicação, nos distanciando dos direcionamentos da já ultrapassada História Tradicional. Mesmo percebendo a não linearidade dos contextos históricos, ainda se faz possível vislumbrar a possibilidade de reorganização destes a partir de *acontecimentos históricos* que aceleram o processo de mudança do curso imaginado ao proporcionar rupturas na estrutura em uso.

Ao passo em que somos desafiados a aproximar as leituras de nossas pesquisas, entendemos o processo do registro do tambor de crioula como patrimônio histórico do Maranhão como um *acontecimento histórico*. Pois, desencadeou rupturas na estrutura cultural da qual este faz parte, assim como norteou novas sequências históricas. Exemplo disto são as narrativas sobre o "tambor de sacola". Conceito usado por alguns grupos que tem sua formação anterior ao registro, datado de 2007, e faz referência ao que eles consideram como grupos oportunistas, que não estão preocupados necessariamente em continuar ou viver a cultura do tambor maranhense, mas em aproveitar os editais de cultura, contratos de grupos e ajudas de custo governamentais e de outros órgãos possibilitados pela conclusão do registro da prática. Na pesquisa que desenvolvemos, os sujeitos são os grandes norteadores das problemáticas e caminhos teóricos aos quais recorreremos. Estas narrativas que descrevemos aqui não estão oficializadas, foram conversas informais que tivemos com mestres

¹¹ SEWELL, William H. *Acontecimentos históricos como transformações das estruturas: inventando a revolução na Bastilha*. In: *Lógicas da história: teoria social e transformação social* / Willian H Sewell. Tradução Caesar Souza. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

e baiadeiras sobre o tambor de crioula, mas que despertou nossa atenção para este acontecimento como uma quebra na estrutura que já estava em uso, na prática maranhense. Ou seja, o tambor como herança repassada entre gerações ou para sujeitos já imersos no contexto de sociabilidade de realização da prática. Composto por sujeitos periféricos que entendiam a manifestação para além do lazer, e até então bem longe de ser explorada pelo turismo cultural, como a sobrevivência da cultura dos povos escravizados que também lutaram para manter e vivenciar suas festas e crenças em solo brasileiro.

Por fim, o escrito de Sewell ainda nos motivou a investigar se houve uma ruptura gerada pelo registro do tambor de crioula, se sim, se esta foi absorvida pela estrutura - não gerando mudanças significativas nesta - ou se este foi um *acontecimento histórico*, que como prevê o autor, capaz de alterar o curso da prática dentro do estado e reorganizar a estrutura vigente.

A próxima obra a ser abordada é o texto de Jorge Myers, *Uma "Atlantic History" avant la lettre: transculturações atlânticas e caribenhas em Fernando Ortiz*¹², que como já sugere o título, discute a trajetória intelectual do autor cubano, sobre principalmente a ruptura de uma produção enraizada no "racismo biológico" que dá lugar a história cultural após o mesmo aguçar sua leitura e olhar sobre os sujeitos negros, seu contexto histórico social no país e a cultura nacional pela qual este se debruça já em idade avançada. Myers faz apontamentos importantes ao longo de sua obra, como, por exemplo, explanar os processos de transformação cultural como produtos da dominação violenta de raça e classe. O que obviamente é observável na história das colonizações na totalidade, mas que ele busca chamar atenção para o espaço geográfico banhado e formado (histórico e culturalmente) pelo Atlântico. Ao usar esta referência que não é mais apenas geográfica, ele acentua

¹² MYERS, Jorge. *Uma "Atlantic History" avant la lettre: transculturações atlânticas e caribenhas em Fernando Ortiz*. Sociologia&Antropologia. Rio de Janeiro, v. 05.03: 745 – 770, dezembro, 2015.

alguns dos processos históricos de formação baseados nas relações de deslocação através do Atlântico e que recentemente encabeça uma nova maneira de se pensar e fazer História.

Ainda baseado nos estudos de Ortiz, Myers apresenta como discussão principal o conceito de *transculturação*, que, resumidamente, nega a “pureza” cultural ou o isolamento desta como produto de um único povo/lugar. O autor chamou nossa atenção para os processos de transformação cultural e seus produtos, mas também para os fatores que impulsionaram estes e os sujeitos presentes, embora apagados, dos resultados “finais” que temos acesso através da história. É importante ressaltar que estes processos quase sempre se deram de forma truculenta para o lado do “dominado”, mas que isso não significa que estes sujeitos não tenham participação ativa e influente nos produtos culturais gerados neste contato.

Desta forma, quando aproximamos a leitura da nossa proposta de pesquisa, alinhamos a ideia de que nenhuma prática cultural pode ser entendida de forma satisfatória se analisada como um objeto isolado. No caso da prática do tambor de crioula, até momento reconhecemos que esta recebe influência no estado maranhense do Bumba-meu-boi, outra prática cultural, das festividades juninas, da religiosidade afro, mas também da católica. Aliás, no Piauí o tambor de crioula está mais presente em festejos católicos do que ligado a religiões de matriz afro, também neste estado existe a ligação entre a prática e a colheita do babaçu, agricultura, pesca e novamente do Bumba-meu-boi, que possui, inclusive, o mesmo calendário de atuação do tambor de crioula e das festas juninas e julinas. Ou seja, para entender a prática do tambor de crioula será necessário observá-la através dos contextos em que esta está inserida e as demais ramificações culturais que lhe atravessam, e, principalmente, compreender os processos, lugares e construções culturais das quais os sujeitos que edificam a prática estão imersos. Para tanto, e ainda baseados no escrito de Myers, se faz imprescindível um jogo de escalas, para construirmos uma pesquisa que possibilite o entendimento da prática, em sua

totalidade, formada por fragmentos pequenos e que nem sempre vão se encaixar reciprocamente, mas que justamente por isso agregam a esta um caráter multifacetário e contrastante. Não apenas no contexto de comparação entre os recortes geográficos anteriormente já mencionados, mas também dentro destes em áreas de menor extensão, como no caso das duas cidades analisadas no Piauí.

A última obra que gostaríamos de relacionar é de autoria de Serge Gruzinski, *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*¹³, onde o autor escreve sobre um cronista indígena do México que chama atenção pelo conteúdo mundialista, embora hoje tenhamos o discernimento que apenas tratava-se sobre a Europa ocidental, que aborda em suas crônicas. Como a morte do rei da França em 1610, a monarquia católica espanhola que travava seu reinado como universal ou a influencia religiosa que exerceu sob caravanas japonesas que passaram pelo México em meados do mesmo ano.

Pois bem, algo a se observar é que o personagem principal deste escrito, *Chimalpahim*, é um mestiço abrigado na capela de um religioso católico e é descrito pelo autor como acumulador de notícias. O cronista permeia, desta forma, vários espaços que possibilitam seu interesse por assuntos variados, e, também, o que facilita seu acesso a informações que neste contexto apenas pessoas de classe mais abastardas seriam detentoras. A principal sacada de Gruzinski neste escrito foi mostrar ser possível fazer uma História “mundial” a partir da micro-história, analisando apenas a vida e feitos de um único sujeito. Obviamente que nem sempre será possível tal manobra, tratamos aqui sobre um belo exemplar que se destacou aos olhos do autor justamente por exceder o que se esperava de um sujeito dado suas características e o contexto em

¹³ GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Trad.: Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

que se encontrava. No entanto, mostra não ser impossível que possamos abarcar grandes escalas a partir de suas menores peças.

Dito isso, enfatizamos que esta leitura apaziguou a gula historiográfica que possuíamos de abarcar todos os lados de uma história. Ao chegar no Maranhão nos deparamos com uma grande concentração de grupos – espalhados por todo o estado – e sujeitos avulsos que constroem a prática do tambor de crioula de forma e *sotaques*¹⁴ distintos. Reconhecemos nossas limitações, limitações da nossa pesquisa e do tempo hábil para conclusão desta, por isso destacamos neste ensaio a obra de Gruzinski, pois acreditamos que pautados em recortes mais específicos e uma seleção atenta, conseguiremos mediante um número satisfatório de narrativas construir um estudo relevante sobre a prática do tambor de crioula nos estados mencionados. Certamente, de forma responsável, destacaremos ao longo da tese as restrições de nosso estudo e os horizontes que nos propomos a abarcar. Ao passo em que estaremos atentos as delimitações e exigências dos sujeitos, deixando espaço para sugestões e se necessário adições ao número final de fontes orais.

No mais, retiramos desta leitura a eminente necessidade de observar os sujeitos com mais atenção, principalmente o que não dizem sobre si, mas apresentam em sua vivência, seja no contexto em que estão inseridos ou na construção da prática. A História do não dito, dos silêncios e dos silenciados é cada dia mais necessária por sua sensibilidade em registrar o que não está explícito. Seria essa a grande tarefa do(a) historiador(a) contemporâneo? Buscar construir uma História sensível que fale mais dos sujeitos do que da academia? Acreditamos que sim! E é com este intuito que gostaríamos de encerrar este ensaio, com a certeza de que não apenas a disciplina, mas o docente, as leituras e as discussões e vivências dentro e fora da sala de aula ampliaram nosso *horizonte*

¹⁴ COSTA, Alex Silva. Dança de negro, bailado maranhense, sotaque da gente: um estudo sobre as novas configurações do bumba meu boi e do tambor de crioula / Alex Silva Costa.- São Luís: Editora UEMA, 2015.

de expectativa sobre a qualidade da pesquisa que podemos e queremos desenvolver. Os créditos concluídos neste 2023.2, sem dúvidas, foram formadores de pilares decisivos para a continuidade deste estudo e, principalmente, da relevância deste.

No mais, as referências apresentadas ao longo da disciplina sanaram muitas das nossas dificuldades quanto aos caminhos teóricos possíveis e necessários, também ampliaram nosso olhar para uma construção historiográfica mais maleável e menos impositora, fornecendo aos campos comparados e aos sujeitos nestes atuantes o espaço prioritário de edificação das nossas problemáticas e pretensões.

Referências

BARROS, José D'Assunção. "Histórias Cruzadas" In: História Comparada / José D'Assunção Barros. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BLOCH, Marc. "Para uma história comparada das sociedades europeias". In: História e Historiadores. Textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998, p.119-150.

COSTA, Alex Silva. Dança de negro, bailado maranhense, sotaque da gente: um estudo sobre as novas configurações do bumba meu boi e do tambor de crioula / Alex Silva Costa.- São Luís: Editora UEMA, 2015.

FERRETTI, Sergio. Tambor de Crioula: ritual e espetáculo / organizado por Sergio Figueiredo Ferretti. 3. ed. - São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Trad.: Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais Do Tambor de Crioula da Região dos Cocais – PI. Teresina, 2014.

MYERS, Jorge. *Uma “Atlantic History” avant la lettre: transculturações atlânticas e caribenhas em Fernando Ortiz*. *Sociologia&Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 05.03: 745 – 770, dezembro, 2015.

PEREIRA, Ricardo Augusto. **Poetas do tambor de crioula do Piauí** / Ricardo Augusto Pereira. Rio de Janeiro, 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SEWELL, William H. *Acontecimentos históricos como transformações das estruturas: inventando a revolução na Bastilha*. In: *Lógicas da história: teoria social e transformação social* / Willian H Sewell. Tradução Caesar Souza. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

SILVA, Wanderson Carlos Lima da. **“Eu me criei na palha do côco, deixando o vento me balançar”**: a identidade do grupo de tambor de crioula Mangacrioula de Teresina-PI / Wanderson Carlos Lima da Silva. – 2019. 59 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Fderal do Piauí.

Tambor de Crioula do Maranhão / coordenação, Yêda Barbosa. – Brasília, DF : Iphan, 2016. 96 p. : il. color. ; 25 cm. – (Dossiê IPHAN; 15)

Autores e Autoras



Tiago Boruch

Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, atualmente é Professor Profissionalizante no Senac- PR. Realiza pesquisas na área de história e literatura, tempo e memória e imigração ucraniana no Brasil. Suas

investigações têm ênfase na relação das representações entre história e poesia.



Henrique S. Vitichmichen

Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutorando pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), é autor do livro “Conflitos do Leste Europeu: Os embates Rússia-Ucrânia representados no Chliborob (2009-2019)” e coautor de “A Fortaleza de

Wira: A biografia da ucraniana-brasileira que sobreviveu ao Holodomor e ao Nazismo”. Possuindo vários artigos publicados na área, atualmente suas pesquisas giram em torno de conflitos no Leste Europeu e processos de refúgio durante a Segunda Guerra Mundial.



Augusto Borges

É mestre em história pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2017). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil (2017), graduação em Filosofia pela Universidade Metropolitana de Santos (2017) e graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2012). Atualmente é professor no Colégio Estadual Cívico-Militar

Duque de Caxias e também no Educacional São Vicente. Tem experiência na área de Educação.



Luiz Henrique Gonçalves

Especialista em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade de Educação São Luís (2021) e Game Design pela Universidade Positivo (2017). Possui graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Positivo (2023) e em História pela Universidade Estadual

do Centro-Oeste (2011). Atualmente é professor de História no Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva e no Colégio Estadual Trajano Gracia e professor de Pensamento Computacional no Colégio Estadual João XXIII. Possui experiência na área de Educação.



Camila da Silva Portela

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (2011). Desenvolve pesquisas na área de História das Religiões abordando o Catolicismo no Século XX, Ditadura Militar no Brasil, Arquivos e Registros Documentais da Ditadura e a Relação entre Igreja Católica e Ditadura Militar. Foi bolsista de Iniciação Científica no CNPq (2008-2009 e 2009-2010), Bolsista Mestrado UFMA (2013-2015). Atualmente é Bolsista Doutorado (2024-2026). Está como Superintendente de Combate à Violência Institucional, da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão.



Joyce Oliveira Pereira

Possui Licenciatura Plena em História pela UFMA. É Especialista em Política de Igualdade Racial no Ambiente escolar (NEAB-UFMA) e Mestra em História (PPGHIST/UEMA). Atualmente é Doutoranda em História (PPGHIST/ UEMA) e docente da Rede Municipal de Rosário nos anos finais. Possui pesquisas em torno de Teoria da História, Ensino de História, História da África e Afrodíaspóra maranhense.



Jaqueline Vieira Nascimento

31 anos, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense-PCIUFF, licenciada em História, com Mestrado na área de concentração História, Cultura e Poder pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Pós Graduação Latu sensu em História da Cultura Afro-Brasileira,

Pós Graduação Latu sensu em Relações Étnico-Raciais. Possui experiência nos estudos referente a História Cultural, desenvolvendo pesquisas sobre os aspectos socioculturais da cidade de Feira de Santana - Ba, perpassando por questões de raça, turismo, patrimônio, memória, identidade, sertanidade, cultura popular e negritude baiana.



Vagner Silva Ramos Filho

Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP com período sanduíche no Centro de Investigaciones Sociales del Consejo Nacional Investigaciones Científicas y Técnica de la Argentina - CIS/CONICET. Bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

Possui graduação em História (2014) e mestrado em História (2016) pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Foi professor na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN / Campus Assú e da sua Especialização em Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Membro da Memory Studies Association - MSA (Grupo Regional América Latina) e Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM-UFC/CNPq), com inserção igualmente no Grupo de Pesquisa

Cultura Visual, Imagem e História (UNICAMP/CNPq) e no Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste (HPOPNET-UFS/CNPq). Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: teorias da história, estudos da memória; tempo presente; redes intelectuais; arquivo; patrimônio cultural; nordeste; sertões e cangaço.



Roberg Januário dos Santos

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN, Mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande UFCG e Doutorado em História pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, lotado no Curso de História do Instituto de Estudos do Trópico Úmido - IETU, e professor do Programa de Pós-Graduação em História da Unifesspa. Tem experiência na área de História, com ênfase em: História Regional do Brasil; História da Amazônia; e História dos sertões, atuando principalmente nos seguintes temas: A Amazônia: conexões com a História da América; Brasil Império; elites políticas; invenção e conceituação dos espaços; sertão; história regional e local; ensino de História.



Lucilvana Ferreira dos Santos Barros

Professora efetiva do Curso de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- Unifesspa. Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST)/Unifesspa. Doutora em História Social da Amazônia-PPHIST-UFPA. Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Foi professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-Campus Central da UERN, vinculada ao Departamento de História. Atuou como professora formadora no Curso de primeira licenciatura em História do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR. Nas Universidades Federais de Campina Grande - UFCG e do Rio Grande do Norte - UFRN, tem experiência docente na graduação e respectivamente no Curso de Aperfeiçoamento em Ensino de História Local e Produção de Material Didático. Atualmente é coordenadora de Estágio Supervisionado do Curso de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará IETU/UNIFESSPA. Foi coordenadora de Estágio Supervisionado do Curso de História nos anos de 2015-2018. Atualmente é líder do Núcleo de Estudos em História da Amazônia, História Regional e Ensino de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/IETU-UNIFESSPA. Integrante da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), e da Associação Brasileira de Pesquisa de Ensino de História/ ABEH. Tem interesse nas seguintes áreas temáticas: Ensino de História; Cultura e diversidade no espaço escolar; Livros didáticos de história; Gênero, História das mulheres, etnia e identidades; Currículo; Historiografia; História da Amazônia; História do Nordeste; História Local e Regional; História do Brasil Republicano.



Josilene Silva Campos

Professora do curso de História da Universidade Estadual de Goiás, é graduada em História; Especialista em Formação Docente para o Ensino de História e Culturas Africana e Afro-americana pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Especialista em Culturas negras no Atlântico pela Universidade de Brasília (UNB); mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP).



Maria Arthuane da Costa Oliveira

Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí - CSHNB, mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Marechal Cândido Rondon e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Este volume oferece uma abordagem rigorosa e interdisciplinar de diferentes interações entre história e memória, examinando seu impacto e relevância contínuos no social contemporâneo. Os ensaios aqui reunidos exploram as diversas facetas das

relações entre passado e presente, destacando a importância das narrativas, dos lugares de memória e das transformações socioculturais para a compreensão das sociedades atuais. Sob uma perspectiva historiográfica, analisam-se tanto as dimensões individuais quanto coletivas da memória, revelando-a como um fenômeno dinâmico e em constante diálogo com as representações do passado.